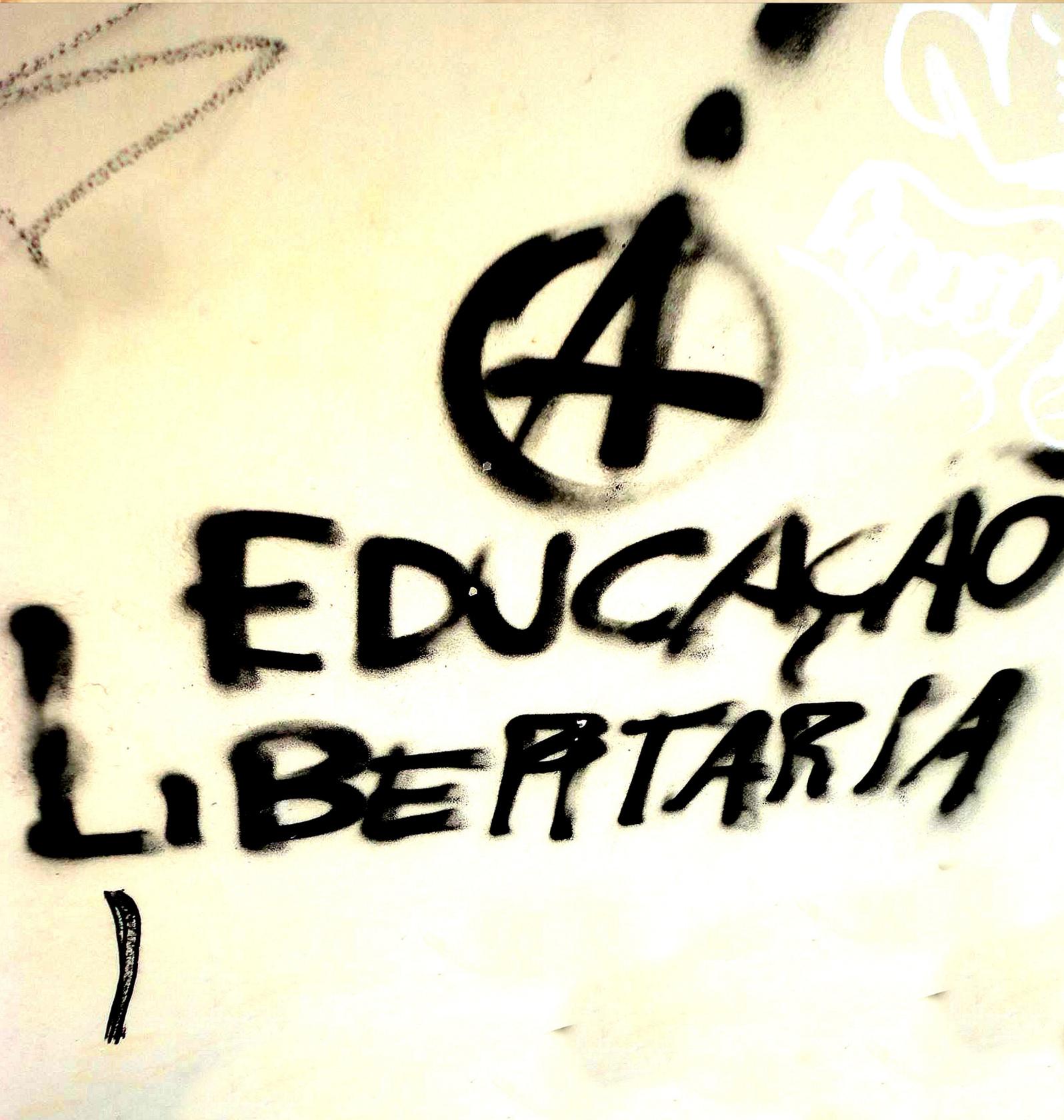


R E V I S T A D A
• b i b l i o t e c a •
TERRA LIVRE

revistabl.noblogs.org



Contato

Caixa Postal 195, CEP 01031-970
São Paulo - SP, Brasil
bibliotecaterralivre@gmail.com
bibliotecaterralivre.noblogs.org

Conselho Editorial, Projeto Gráfico e Revisão

Biblioteca Terra Livre

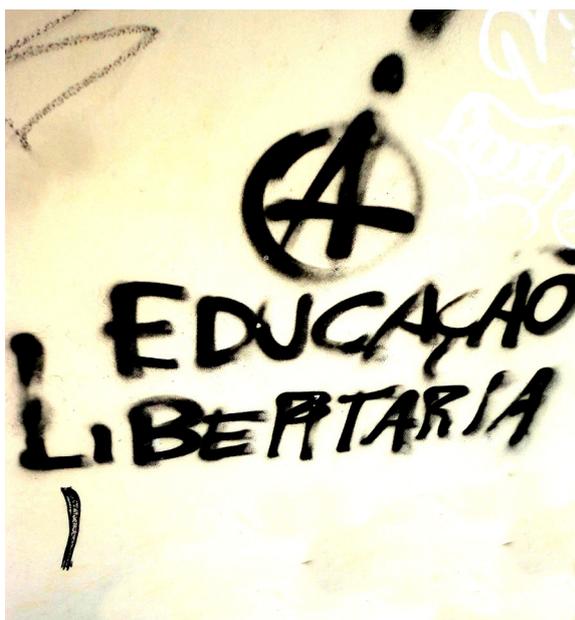


Foto tirada por Rodrigo Rosa.

O número 3 da *Revista da Biblioteca Terra Livre* foi publicado em setembro de 2015, na cidade de São Paulo (Brasil).

A Revista da Biblioteca Terra Livre é uma publicação ampla, tanto em suas inquietações sociais como no critério que aplica para a seleção de seus textos. Portanto ela não compartilha necessariamente com as opiniões apresentadas.



É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que esta nota seja incluída e a autoria seja citada.

Sumário

EDITORIAL	4
DOSSIÊ PEDAGOGIA LIBERTÁRIA	
O papel da educação no movimento operário e anarquista <i>Vitor Ahagon</i>	9
Espaços para crianças nas Feiras Anarquistas <i>Rodrigo Rosa</i>	25
A escola e a barricada <i>Marianne Enckell</i>	39
O sistema educativo em Rojava <i>Dorşin Akif entrevistada por Derya Aydın</i>	48
Balanço de um Ensino Básico no Serviço Social da Indústria - parte II <i>Giu</i>	54
ESTUDOS ANARQUISTAS	
O Sentido da Ação Direta <i>Eduardo Colombo</i>	72
LEITURAS LIBERTÁRIAS	
Organização política anarquista: Críticas, autocríticas e aprendizados <i>Alexandre Samis e Robson Alves</i>	89

Podemos? Só se for abaixo e à esquerda 98
Panclasta

A anarquia como palavra 105
Diego Mellado

DOCUMENTOS

O livro, síntese do Homem 111
Lucía Sánchez Saornil

Carta a Jean Grave/Solidariedade Mundial 119
W. C. Owen, Ricardo Flores Magón, Enrique Flores Magón/Ricardo Flores Magón

EXPRESSÕES LIVRES

A justiça na China 126
Florencio Sánchez

O homem é o lobo do homem - uma reflexão sobre o filme Mad Max 130
Vanderleia

Inconforme e inapropriado 135
She Devils

DIÁLOGOS

“O confederalismo democrático é uma proposta para todos os povos” 144
Solidaridad Kurdistán entrevistado por A las barricadas

Editorial

Biblioteca Terra Livre

A *Revista da Biblioteca Terra Livre* chega ao seu terceiro número com uma edição especial, contendo um Dossiê exclusivo sobre Pedagogia Libertária. Em tempos nos quais as iniciativas da esquerda partidária carecem de criatividade e divorciam-se cada vez mais das ruas e da classe, um mergulho em ideias e experiências autônomas, contemporâneas ou de outras épocas, ajuda a arejar e renovar a disposição militante na defesa incondicional da autogestão.

Na atual conjuntura, as alternativas postas para o campo educacional encastelam-se monocórdia e irremediavelmente no Estado, considerado o alfa e o ômega da resolução das mazelas sociais. Na proposta de uma ‘Pátria Educadora’, esquerda e direita dão-se as mãos, vinculando uma proposta de cima para baixo para a reformulação da educação básica do país a uma perspectiva pragmática, tecnicista e meritocrática de escolarização, desconsiderando os atores sociais e suas aspirações. Para o bem e para o mal, proposta em si insustentável e natimorta, posto que a área educacional foi uma das que mais sofreram com os cortes globais derivados da política de ajuste fiscal em curso.

Quer se considere a variação histórica, quer a geográfica, o campo autônomo foi capaz de construir soluções antiestatistas e anticapitalistas que, desde uma perspectiva classista e constituída na luta, de baixo para cima, são inspirações para a continuidade e aprofundamento de nossas ações no campo educacional. Os textos

que compõem o dossiê foram selecionados com esse espírito: retratar a educação como uma atividade simultânea de desescolarização e de sedição, que rompe os limites institucionalizados e contribui para a transformação social.

O Dossiê *Pedagogia Libertária* inicia-se com o texto de Vitor Ahagon, *O Papel da educação no movimento operário e anarquista*, que resgata a trajetória dessa vinculação entre classe, educação e transformação, articulando a proposta educacional anarquista com as demais lutas operárias do começo do século XX, no Brasil. Segue com o artigo *Espaços para Crianças nas Feiras Anarquistas: práticas de pedagogia anarquista em Firenze, Barcelona e Londres*, de Rodrigo Rosa, no qual o autor reconstrói as experiências de espaços dedicados às crianças nesse tipo de evento, entre os anos de 2011 e 2013. O texto também destaca a manutenção do Espaço Adelino de Pinho na Feira Anarquista de São Paulo pelo Laboratório de Educação Anarquista (LEA), uma prática inspirada tanto pelas ideias anarquistas clássicas como por essas experiências contemporâneas. Ainda no mesmo espírito de um balanço das experiências anarquistas não escolares, apresentamos *A Escola e a Barricada*, de Marianne Enckell. Enckell realiza uma leitura da história das bibliotecas anarquistas de matriz operária e popular, destacando seu papel

como espaços de resistência e de autodidatismo e a importância da manutenção de seus arquivos para a memória e para a reconstrução contínua do movimento anarquista. O dossiê também contém *O Sistema Educativo em Rojava*, entrevista concedida por Dorşin Akif a Derya Aydın em 2015, que destaca a instauração de um ensino plurilinguístico (com a presença simultânea dos idiomas curdo, árabe e sírio, entre outros) nas academias públicas, cuja perspectiva orienta-se pelos temas da economia ecológica, da emancipação de gênero e da prática da democracia na gestão de seus espaços. Encerrando o dossiê temos a segunda e última parte do texto da Giu, *Balanço de um Ensino Básico no Serviço Social da Indústria*, que trata, da perspectiva de uma ex-aluna, as possibilidades de exercício de autodidatismo e apoio mútuo em um sistema que, embora totalizante, apresenta brechas e fissuras que podem constituir-se como possíveis pontos de resistência ao saber institucionalizado.

Além do dossiê, a revista manteve a divisão em seções consagrada nos números anteriores. A seção *Estudos Anarquistas* contém mais um texto de Eduardo Colombo inédito em português, *O sentido da ação direta*. Nele, o autor explora os (des)caminhos da ação direta no movimento operário do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, desde suas primeiras

formulações nos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) até sua constituição como orientação estratégica no Congresso de Amiens e como experiência prática pela CGT francesa.

A seção *Leituras Libertárias* contém três artigos que recobrem três temas diferentes: a organização política anarquista, as perspectivas de uma nova política do mais-do-mesmo, com os partidos Podemos e Syriza e os fundamentos ontológicos e universais da anarquia. O artigo de Alexandre Samis e Robson Alves, *Organização política anarquista: críticas, autocríticas e aprendizados*, reflete sobre o papel do coletivo e do indivíduo nas organizações anarquistas. Fruto de anos de militância ativa, essa reflexão busca estabelecer algumas sugestões para a compreensão e articulação de três diferentes níveis inter-relacionados da organização anarquista: social, político-social e político. O artigo *Podemos? Só se for abaixo e à esquerda*, de Panclasta, examina a recente promoção do Podemos como alternativa para uma esquerda “renovada” na Espanha, por ocasião dos resultados das eleições de maio naquele país. Relacionando-o com o Syriza da Grécia, outro símbolo recém instituído e já em processo de derrocada após a renúncia de Tsipras, denuncia os limites organizacionais e estratégicos desses “mercadores

de ilusões”. Por fim, *A Anarquia como palavra*, de Diego Mellado, explora os fundamentos filosóficos e ontológicos da anarquia enquanto harmonia inscrita como possibilidade na estrutura universal.

A seção Documentos traz uma tradução, inédita em português, do artigo *O Livro. Síntese do homem*, de Lucía Sánchez Saornil, um panegírico a respeito do livro e de seu papel como elemento central na constituição da humanidade. Já o texto dos editores do jornal *Regeneración* e a carta de Ricardo Flores Magón apresentam uma defesa do processo revolucionário em voga no México, no início do século XX, frente à desconfiança de dois dos principais veículos de propaganda anarquista europeus, os periódicos *Les Temps Nouveaux* e *Cronaca Sovversiva*. Estes textos dão início à publicação, pela revista, de uma série de artigos em defesa da Revolução Mexicana, a partir de uma perspectiva anticolonial.

Expressões Livres reúne um conto de Florencio Sánchez (*A justiça na China*), também inédito em português. Traz também *O homem é o lobo do homem*, de autoria de Vanderleia, uma resenha do filme *Mad Max*, lançado em 2015. A autora investiga as diferenças entre sociedades patriarcais e matriarcais expressas no longa metragem. Encerrando a seção, há uma tradução do poema *Inconforme e inapropriado*,

com tradução e ilustrações de Gabriela Brancaglioni.

Dando continuidade à seção *Diálogos*, inaugurada no último número da revista, há a tradução de uma entrevista com o Solidaridad Kurdistán sobre o confederalismo democrático, proposta libertária do povo curdo. Essa tradução é parte do esforço que a Biblioteca Terra Livre vem fazendo para divulgar informações em língua portuguesa a respeito da situação no Curdistão. Dessa maneira, sua apresentação soma-se ao texto sobre o sistema educacional de Rojava, já citado, e ao artigo do coletivo *Todo por hacer*, publicado no número 2 da Revista da Biblioteca Terra Livre, compondo um cenário inicial para a compreensão e o debate a respeito dessa experiência histórica autogestionária.

Que a leitura seja agradável e inspiradora! Saúde e anarquia!

*Biblioteca Terra Livre,
setembro de 2015.*



Dossiê Pedagogia Libertária

O papel da educação no movimento operário e anarquista

Vitor Ahagon

Seja, pois, o nosso lema: união e instrução, pois só pela íntima ligação dessas duas atividades poderemos alcançar a realização de nossos anelos de felicidade e paz universal.

Adelino de Pinho

Educação e movimento operário

A história do movimento operário internacional desde muito cedo têm assinalado a importância da educação para os trabalhadores¹. Primeiro, porque a educação, durante todo o século XIX e meados do XX, foi destinada quase que exclusivamente para a burguesia. Em segundo lugar, porque os trabalhadores viam na educação a possibilidade de estudar os problemas fundamentais que enfrentavam. Portanto, a educação servia de instrumento de estudos das chamadas “questões sociais”, lhes dando maior *ciência de suas infelidades e os instruindo para a revolta*².

Tal postura não foi diferente no caso brasileiro. Esposando a tática do sindicalismo revolucionário, propaladas e desenvolvidas no interior da CGT fran-

1 Podemos verificar tal importância no livro de memórias de James Guillaume, *A Internacional*, Editora Imaginário, São Paulo, 2009.

2 Duas ideias desenvolvidas pelo sindicalista e anarquista, secretário das Bolsas de Trabalho da CGT francesa, Fernand Pelloutier

cesa (*Confédération Générale du Travail*), organização operária fundada em 1895, os trabalhadores aperfeiçoam diversas formas de *ação direta* no conflito contra os patrões e o Estado. Além de recorrerem às táticas da sabotagem, boicote e do antipartidarismo – componentes presentes na luta anarquista – a CGT tinha como principal instrumento de mobilização e reivindicação a Greve Geral revolucionária, ou seja, uma greve que tinha como fundamento a expropriação dos meios de produção da burguesia e do Estado, que devem ser postos a serviço dos trabalhadores das fábricas, campos e oficinas. A CGT era, portanto, um organismo de resistência operária contra as investidas da burguesia e do Estado. Por isso, desde que concordassem com as estratégias e táticas do sindicalismo revolucionário, todos poderiam fazer parte de sua organização não importando qual ideologia seguisse.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro teve início no dia 15 de abril de 1906 e se estendeu até o dia 20. Sua realização ocorreu no Centro Galego na Rua da Constituição 30/32, no Rio de Janeiro. Neste histórico congresso foram discutidos diversos temas, desde a organização até a ação do conjunto do movimento. Entretanto, o que conduziu as discussões sobre a orientação do movimento operário foi norteadas a partir das experiências da CGT. Em

suas considerações, o congresso ponderou que o operariado encontrava-se extremamente dividido no que concernia às opiniões políticas e religiosas, por isso a única base de acordo sólida que existia entre os operários era sua situação econômica, portanto, a de serem trabalhadores. Essa base de acordo material lhes possibilitava ter de maneira mais clara quais seriam os melhores meios de ação, tal qual de sua organização.

Ao examinar as experiências históricas do movimento operário, o congresso avaliou que enquanto esperassem as melhorias de suas vidas por meio de leis dificilmente elas se realizariam. Para alcançar as mudanças que lhes eram urgentes os trabalhadores reconheciam a necessidade de ação no campo econômico:

Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;

Que a única base de acordo sólido e de ação representa os interesses econômicos comuns a toda classe operária, e dos mais a clara e pronta compreensão;

Que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não haja lei que valha; (RODRIGUES, 1979, p.100)

Assim é definido que toda a luta política (eleitoral ou religiosa) não poderia ser realizada dentro do sindicato, pois este era um espaço de resistência da luta econômica. A adoção de uma doutrina política ou religiosa poderia levar o sindicato à lutas internas que ruiriam com o objetivo maior do sindicato: defender e construir uma política que tivesse como base a condição de classe dos trabalhadores. Portanto, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro negava a luta parlamentar e por isso qualquer programa eleitoral, visto que a tomada do poder governamental enfraquecia o movimento e, por conseguinte, impedindo o avanço das transformações reais:

O ‘Congresso Operário’ aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, e pôr fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política e religiosa, ou de um programa eleitoral.” (Idem, p.101)

Partindo deste pressuposto, foram discutidas diversas questões estratégicas, como o aumento salarial, a agitação em prol das oito horas de trabalho,

a propaganda do sindicalismo, a abolição das multas nas oficinas e fábricas, a atitude do operariado quanto à proibição do direito de reunião, os acidentes de trabalho, não faltando espaço para a educação. A pergunta disparadora da discussão sobre a educação foi acerca da conveniência de cada associação operária em sustentar uma *escola laica* para seus associados e de seus filhos, assim como quais poderiam ser os meios de que deveriam lançar mão para essa finalidade. A resolução tirada foi a seguinte:

Considerando que o ensino oficial tem por fim inculcar nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortalecer as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que os próprios trabalhadores interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos;

O ‘Primeiro Congresso Operário Brasileiro’, aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo. (Idem, p.109.)

Assim sendo, os trabalhadores deste primeiro congresso já percebiam que a educação não era e nunca havia

sido neutra, que a “educação oficial” tinha como finalidade ideológica manter o regime de opressão e exploração da burguesia. *Ideias e sentimentos* eram transmitidos, ou melhor, incutidos nas crianças, por isso era *necessário* o movimento operário criar escolas que servissem seus próprios interesses, que buscassem produzir um conhecimento e uma prática emancipadora. Tal responsabilidade não cabia senão a eles mesmos realizar. Para tanto, ficava a cargo dos sindicatos formarem tais espaços educativos e se caso não estivesse ao alcance da associação a Federação local tomaria para si a responsabilidade. E com tal enfática percebemos que não se abriu mão da realização dessas escolas, pois era crucial que a educação das crianças fosse empreendida.

Os debates em torno da educação continuaram até a realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro, que ocorreu nos dias 8, 9, 10, 11 e 13 de setembro de 1913. Este congresso foi realizado logo após o congresso organizado por Pinto Machado em 1912, a convite do deputado Mario Hermes. Este encontro foi interpretado pelo movimento operário como um “desvio” das questões operárias, por isso merecia uma resposta de todo o conjunto do movimento (SAMIS, 2004, p.137). No congresso organizado pela COB, foi reunido um número muito mais significativo que o anterior, sindi-

catos, associações e ligas operárias de todo o Brasil puderam participar das discussões e deliberações, sendo que nas considerações sobre *a educação e instrução das classes operárias* conseguiram apurar melhor seu olhar tornando mais complexa sua análise. Para esses trabalhadores, as primeiras classes a possuir o monopólio da instrução e educação foram a aristocracia e as *igrejas de todas as seitas*, com isso procuravam manter o povo na ignorância para melhor controlá-la:

Considerando que a instrução foi, até uma época recente, evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, que visavam manter o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade; para melhor explorá-lo e governá-lo; (idem, 138)

Todavia, no momento em que viviam esses trabalhadores, a classe que detinha o controle da instrução e da educação era a burguesia. Tal classe inspirava-se em ideias positivistas e teorias materialistas quando abordavam o conhecimento científico. No entanto, tais ideias eram travestidas de certo misticismo, uma religião do Estado caracterizada pelo patriotismo e o nacionalismo. A ciência mística da burguesia se baseava em falsas ideias propositalmente maquiadas por argumentos supostamente verdadei-

O papel da educação no movimento operário e anarquista

ros, tendo como anseio arremedar-se real, mas que tinha como finalidade a aceitação voluntária da situação que viviam o conjunto da sociedade. Ao inferir ao conhecimento esta roupagem patriótica, a burguesia colocava a ciência à serviço de seus interesses, o que inviabilizava a *emancipação sentimental, intelectual, econômica e social dos proletários e de toda a humanidade*. Por isso, na medida e que a burguesia tomava para si a responsabilidade de educar a população, nada mais fazia do que *enlouquecer os cérebros* daqueles que frequentavam suas escolas.

Considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas teorias positivis-

tas e nas teorias materialistas sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseiam a ciência segundo os convencionalismos da sociedade atual; centralizando a instrução, tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que frequentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que formam o civismo ou a religião do Estado;

[...]

Considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais ampla ignorância; e que consolidam, com mais firmeza, todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual,



Foto do Terceiro Congresso Operário Brasileiro - Acervo do Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri

econômica e social do proletariado e da humanidade; (Idem)

Para se contrapor a este tipo de educação, o Segundo Congresso Operário Brasileiro recomendava aos sindicatos, associações e ligas operárias – reafirmando os encaminhamentos do congresso anterior – a construção de novas escolas, onde os próprios trabalhadores fossem os protagonistas da construção de seus conhecimentos e que estivessem, por isso, à serviço de seus interesses. Não obstante, nesse encaminhamento foi colocado que tais escolas deveriam tomar como princípios o método racional e científico, que já haviam sido amplamente divulgados pelo educador catalão Francisco Ferrer y Guardia e que já circulavam pelo Brasil desde meados de 1906. Além disso, o projeto educativo do movimento operário não se restringia apenas à construção de escolas, mas também, e inclusive, na criação de ateneus, cursos profissionais, revistas, jornais, palestras e edições de livros e folhetos. Vemos, desta maneira, que a propaganda servia também à causa da educação e instrução da população, sabendo que essa propaganda não era isenta de um posicionamento, mas sim um conhecimento produzido pelos e para os trabalhadores.

O ‘Segundo Congresso Operário Brasi-

leiro’, aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípios o método racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritário, promovam a criação e divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, revistas, jornais; criando conferências e prelações, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros e folhetos. (Idem, p.139)

É justamente na resolução do Segundo Congresso que podemos perceber que a dimensão educacional do movimento operário assemelhava-se muito da perspectiva pedagógica do movimento anarquista no Brasil. Como nos mostra o historiador da educação José Damiro (2013), para os militantes anarquistas a educação se dava não apenas na escola, mas também nos sindicatos, grupos de estudos, ateneus, bibliotecas e centros de cultura, sendo que os veículos desta nova forma pedagógica eram apresentados tanto nos periódicos operários e anarquistas, quanto nos livros e folhetos editados. Dessa maneira, a alfabetização era fundamental para a divulgação e expansão das ideias anarquistas, sendo de responsabilidade destes espaços educativos construir o ambiente necessário para tal intento.

Por conta da grande quantidade

de analfabetos entre os operários, as leituras de jornais e livros eram realizadas de maneira coletiva³. Os próprios trabalhadores se cotizavam e contratavam pessoas que liam livros como de Émile Zola e jornais operários como *A Voz do Trabalhador*, possibilitando a esses trabalhadores se apropriarem de conceitos e reflexões feitas pelos libertários. Tendo em vista potencializar a apropriação do conhecimento letrado, a alfabetização se torna uma das prioridades para os anarquistas na medida em que quanto maior for o número de pessoas alfabetizadas tanto era maior o número da participação dos trabalhadores nas organizações sindicais. Neste sentido, a luta pela emancipação econômica estava estreitamente ligada à emancipação intelectual do operariado

Formalizando o consórcio entre o mundo do trabalho e o mundo do conhecimento, ofereceram aos trabalhadores uma reflexão acerca de sua própria condição de existência, para que pudessem, com maior propriedade, orientar a revolta da classe. (SAMIS, 2014, p.50)

3 “[...] em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, à hora do almoço, ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudesse ouvir, compreender as ideias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!”. RODRIGUES, Edgar. *Quem tem medo do anarquismo?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1992, p.48.

Adelino Tavares de Pinho: Educação, movimento operário e anarquismo

Adelino de Pinho, fazendo parte desse movimento, não deixou de estabelecer o consórcio entre o mundo do trabalho e do conhecimento. Em textos e conferências podemos notar como relacionava cada uma destas perspectivas, propalando de tal maneira que o sustentáculo de toda a emancipação só poderia vir por meio da união e da instrução.

[...] só unindo-vos e instruindo-vos podereis atingir aquele grau de consciência e convicção capaz de vencer todos os empecilhos, todas as ciladas e todas as dificuldades com que os nossos inimigos costumam procurar impedir o advento de uma sociedade mais justa, mais benéfica e altruísta: é pela união que adquirireis a dureza do aço, a resistência do ferro, a rija do granito, a qual afronta todas as tempestades e todas as tormentas, mantendo-se insensível, sem mossas e sem arranhaduras. É pela instrução que conseguireis adquirir a consciência de vossa força, de vossos deveres e de vossos direitos. (PINHO, 2013, p.101)

Para Adelino, a união do operariado e a instrução criariam, portanto, a força necessária para sua emancipação. No entanto, para que tal força fosse “benéfica”, elas deveriam estar à serviço



Adelino de Pinho (1885 - ?)

das causas *justas, nobres e altruísticas*, e tal sentido só poderia ser traçado se caso o “espírito” dos trabalhadores fosse “esclarecido por uma sã e clara instrução”, podendo distinguir as divisões produzidas pelo mundo capitalista, tais como o “justo do injusto, o belo do disforme, a verdade da mentira”. Adelino sublinha que somente assim deixará de ser seduzido “pelo canto da sereia burgueso-capitalística”.

Dessa maneira, seria pela união em sindicatos que o trabalhador tornaria-se capaz de lutar contra a exploração e dominação, sendo pela instrução que não se deixaria seduzir pela ideologia das classes dominantes. Congregando um ponto a outro os trabalhadores produziram uma nova forma de ver o mundo, diferente daquelas entoadas

pelas sereias burgueso-capitalistas. Neste sentido, forjaram uma moral que se realiza no seio da luta contra a opressão e a exploração, não no sentido normatizador da moral que se institui como a certa, imposta de cima para baixo, mas uma conduta que diz respeito às vivências nos sindicatos, nos estudos de suas mazelas e nas reflexões da construção de uma sociedade socialista libertária.

Foi pelo trabalho e reflexão que o ser humano pôde domesticar a natureza, produzindo muito mais conforto para sua vida cotidiana. Utilizar-se dos ventos para mover um moinho, fazer uso dos períodos de inundações dos rios para regar e plantar, produzir luz elétrica iluminando casas, cidades e oficinas, todos esses benefícios só foram possíveis por conta do trabalho do “homem esclarecido”, mas por um pequeno descuido, um pequeno acidente que se produza e todo o trabalho e a sociedade que se construiu a partir dele poderá ser destruído.

Carregado de um iluminismo radical, radical também é o humanismo classista de Adelino, pois se ao mesmo tempo coloca o uso da racionalidade como instrumento de emancipação dos trabalhadores, tal razão, ou melhor, “consciência”, só poderia ser adquirida se os trabalhadores frequentassem suas associações operárias:

O papel da educação no movimento operário e anarquista

[...] esta consciência adquiri-la eis frequentando a vossa associação, em convivência diária e cotidiana com os vossos companheiros de labuta e de miséria, discutindo, trocando impressões, tomando parte nos trabalhos associativos, inscrevendo-vos e fazendo vossos filhos inscrever-se como alunos em escolas já inauguradas; estudando todas as questões que se relacionam com a sociologia e com a questão social; procurando conhecer os grandes acontecimentos que se sucedem em todas as nações ditas civilizadas e que são como um prelúdio à grande e inevitável transformação que se está incubando e que não demorará em desatar em opiniões e salutareos frutos de solidariedade e de igualdade universal. (Idem, p.102)

Segundo Adelino, é do cotidiano da vida do trabalhador que se alimenta a instrução. O estudo das questões sociais não poderia ser adquirido nas escolas e nos liceus da burguesia, mas sim no sindicato e nas escolas racionalistas, pois estes lugares estavam à serviço não da preservação dos privilégios de alguns, mas sim na socialização de todas as riquezas, seja ela intelectual ou material. O objetivo da união destes dois “baluartes da defesa” do operariado era fazer com que as reivindicações não se estagnassem como as águas dos pântanos, unir educação e associação operária era fazer com que a educação

ganhasse a dimensão das lutas sociais a partir de um movimento dinâmico entre educação e luta de classes, num movimento contínuo, onde os trabalhadores pudessem passar a compreender quais eram as tiranias e os despotismos que lhes recaiam, impedindo que a luta se consumasse apenas nas reivindicações de melhorias pontuais, estendendo o horizonte de expectativa dos trabalhadores para o futuro, não interrompendo a luta até que a liberdade fosse consumada na sociedade:

[...] sede como as águas sempre agitadas. Vibrai a todas as ideias generosas; protestai contra todas as tiranias e despotismos; adere a todas as atitudes altruísticas e sãs; interessai-vos por todos os movimentos de reivindicação e de solidariedade universal, e, sobretudo, não adormeçais sobre os troféus das conquistas já ganhas, das vitórias já alcançadas. Os nossos inimigos não dormem. (Idem, p.103)

Tanto o movimento operário quanto Adelino estabeleceram uma relação quase que intrínseca entre a luta sindical e a educação. Percebemos ao analisar as atas do primeiro e segundo Congresso Operário Brasileiro que os trabalhadores estabeleciam essa relação de tal forma que entendiam que a emancipação intelectual dos operários não seria possível se não houvesse, in-

clusive, a emancipação econômica. No entanto, a emancipação econômica não aconteceria se não houvesse também a emancipação intelectual. A tomada de consciência da situação de explorado e de oprimido se dá concomitantemente às lutas contra os patrões e o Estado.

Essa dinâmica de tomada de consciência torna-se mais fácil quando nos referimos à educação de jovens e adultos. Já no caso da educação dos filhos dos trabalhadores, tendo em vista a relação educação e movimento operário, se tornava mais complexa, e foi justamente nesse sentido que Adelino colaborou de maneira decisiva para o debate. Em 13 de dezembro de 1908, Adelino de Pinho fez uma conferência na Liga Operária de Campinas. Sua fala foi editada em folheto pela gráfica “Peninsular Monteiro Gonçalves A.C.”, editora de Portugal. Adelino, nesse período, era professor da Escola Social de Campinas e seu discurso se destinava aos pais dos alunos, suas primeiras linhas fica logo claro que dissertava para as famílias operárias.

Pontuando uma série de motivos, Adelino procurou argumentar porque a Escola Social não havia aplicado os exames finais, o que comumente era feito em época de férias. Adelino colocou que os exames eram prejudiciais aos alunos, pois atentavam contra a verdadeira instrução e que tais exames de nada provavam sobre a competência

de qualquer indivíduo. O saber, portanto, não implicava uma tabula rasa onde eram preenchidos os conhecimentos, mesmo aqueles que nada conhecem podem sair-se bem em tais exames, já que o saber não é passível de ser avaliado. O que conferia o sucesso nos exames não era apreender o conhecimento, o que fazia com que uns ganhassem o diploma e outros não, estava relacionado muito mais com questões individuais e sociais do que pedagógicas, em detrimento de “favoritismos, de compadrio ou de polícia”, assim como o “temperamento” das crianças.

Para Adelino, os exames não consideravam os aspectos emocionais da criança. Aquelas que eram mais tímidas, que facilmente se deixavam impressionar ou eram tomadas pelo medo, quando questionadas por pessoas que nunca tinham visto e que não possuíam nenhuma relação próxima, não conseguiam responder às perguntas feitas, mesmo se soubessem as respostas. Já outras, que eram mais desinibidas, que não se deixavam abalar em situações de estresse ou que memorizavam as informações que lhes eram requeridas, poderiam sair-se melhor.

Os exames dividiam os estudantes entre aqueles que eram aprovados e reprovados, entre os que eram capazes e incapazes, essa divisão obedecia a uma lógica que não necessariamente correspondia aos conhecimentos reais de

cada um. O resultado desses exames, ou seja, a obtenção ou não do diploma,

como toda espécie de prêmios, é contrário, é prejudicial, é daninho, atentatório às regras da pedagogia moderna. São coisas que só serve para tornar as crianças vaidosas, pedantes – aquelas que o obtém. As outras, as menos hábeis, as menos aptas para o ensino que lhes dão – essas são lançadas para o lado e perseguidas com dichotes e epítetos de todas as espécies de feitios. (PINHO, 2013, p.26)

Sendo este o castigo para quem não consegue. A dualidade – capazes e incapazes – produzida pelos exames criavam, segundo Adelino, uma perversidade que jogava na criança a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso, construindo uma hierarquia de valores das mais “aptas” intelectualmente (e por isso vaidosas e pedantes) e das menos “aptas” (burras e incompetentes) reforçando as exclusões típicas da sociedade capitalista. Concordando com a pedagogia racionalista de Ferrer y Guardia, Adelino ressalta que esta hierarquia é formada a partir da lógica de prêmios e castigos do ensino tradicional, formando uma noção meritocrata da educação totalmente adaptada à moral capitalista. Por isso, a proposta de se acabar com os exames era uma maneira de interromper a reprodução

dessa mesma moral.

E aqui Adelino toca num ponto fundamental: as crianças que não conseguem o diploma não o adquirem por uma série de motivos, tais como problemas cognitivos, psicológicos ou de uma má formação congênita. O fracasso em se obter o diploma, por mais que possa parecer incapacidade da criança, na verdade, não dizia respeito às necessidades reais e individuais que cada um possuía. As características psicológicas e biológicas de cada um eram determinações que estavam para além da vontade individual da criança, pois

a criança não fez a si mesma. Aquilo que é, não o é por vontade própria: o é forçada por circunstâncias estranhas à sua vontade; ao seu conhecimento. Logo, como conclusão, as crianças devem-nos merecer todo respeito, toda simpatia, todo amor. (Idem, p.27)

Seria função do educador, portanto, incluir tais crianças dentro do processo educativo entendendo seus aspectos intelectuais e afetivos, pois essas sim requereriam cuidados mais atentos, diferente daquelas que não possuíam, aparentemente, nenhum problema físico, psicológico ou cognitivo. Os estudantes com maiores facilidades no aprendizado deveriam contentar-se com o “prêmio” que a natureza os dotou, pois se encontravam mais prepa-

radas para enfrentar a luta pela vida e terem mais elementos para prosseguir.

Para Adelino de Pinho, mesmo aquelas crianças que são enquadradas em parâmetros “normais”, a realização de exames para elas não eram benéfica, pois mesmo estas poderiam não conseguir passar nos exames, o que não significaria que não se esforçaram. O que se avaliava nos exames não era esforço dos estudantes em aprender tal ou qual conteúdo, o que se avaliava eram os resultados obtidos, acirrando uma maior competitividade entre os estudantes. O esforço não poderia ser medido por uma prova, assim como o talento específico de um e de outro.

o talento é uma coisa imaterial, como querer prezá-lo, medi-lo, compará-lo? Todos têm sua utilidade em existir. Têm-se talento e habilidade numas coisas, e é tapado ou inábil em muitas outras – é o que é. Por isso, nós, que não temos empenho senão em dar a maior soma de saber e conhecimentos a todos, e que sabemos que o conhecimento não precisa de documentos que o atestem, senão de fatos que o provem, condenamos os castigos. (Idem, p.35)

O problema da educação seria, quando voltada para os exames e a obtenção dos diplomas, a homogeneização do ensino. Não se levava em consideração quais eram as singula-

ridades de cada um, também não era ponderado se os estudantes possuíam um “talento” maior para a fala do que para a escrita, para a observação do que pela redação. Também não se levava em consideração àqueles estudantes que possuíam maior facilidade em absorver o conteúdo e que poderiam se desenvolver com maior liberdade, pois deveriam limitar-se a partir dos conteúdos que foram pré-estabelecidos pelo exame.

Depois dessa série críticas feitas aos exames, Adelino indaga aos seus interlocutores: mas não seria o diploma uma vantagem que os filhos da classe operária teriam em melhorar de vida? Tendo a posse de um diploma, não seria possível ter uma vida mais saudável longe dos ambientes insalubres do trabalho fabril, da árdua labuta diária dos campos, de *poder viver com menos esforço, com mais conforto, melhor acomodado?* Sim, mas é claro! Todavia, essa educação não seria destinada às classes operárias, mas sim para aqueles que desejavam reproduzir o sistema de desigualdades e de opressão do mundo burguês. Qual seria a finalidade, então, da educação voltada para a classe trabalhadora? A educação dos filhos dos operários não deveria criar novas hierarquias, não poderia servir à construção de novas desigualdades. Adelino averigua que o conhecimento que tem como objetivo a obtenção de diplomas

assevera mais ainda o fosso que existia entre a classe operária e a burguesia, e ao desejar fazer das crianças economistas ou advogados seria desejar fazer das crianças burocratas que parasitariam o trabalho alheio.

[...] os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim, mas de fazer de seus filhos uns bons trabalhadores manuais, bem hábeis nos seus misteres, bem aptos nos seus ofícios, capaz de viver trabalhando e lutando. (Idem, p.28)

A educação dos filhos da classe trabalhadora deve, portanto, segundo Adelino, formar não os verdugos da antiga sociedade, mas trabalhadores que estariam aptos a continuar o trabalho de seus pais e seguir lutando contra o regime de opressão e exploração capitalista. Adelino percebe que ao reproduzir o sistema que mantém as posições de bacharéis de toda estirpe faz-se manter o *status quo*, ou seja, se reproduziria a dinâmica onde uns trabalham e outros se aproveitariam do trabalho do outro, onde uns são explorados e outros usufruem de todas as riquezas produzidas, tudo isso através da hierarquia formada não pelo conhecimento, mas pela

obtenção de um título que lhe confere certa posição social. Por isso, “o reino dos diplomados”, para Pinho, “é o reino dos acomodados”.

O fundamento da sociedade capitalista não se centrava apenas na esfera econômica e política, mas também, e inclusive, na ética. Para exemplificar isso, Adelino criou a imagem do “chiqueiro moral” associando-a à sociedade em que vivia. Nesta sociedade a consciência é vendida como uma mercadoria, onde o trabalhador deve se humilhar e vender-se sem pudor e escrúpulos. Em tal sociedade a educação destinava-se



“Quem não trabalha não come”, por Adelino de Pinho

à escravização dos cérebros, corações e sentimentos ao superior hierárquico, ao chefe político, ao deputado e ao ministro, pois estes, com medo da tomada de consciência dos trabalhadores, receavam em perder suas posições de privilégios.

O operário, com um cérebro para pensar, um coração para sentir, um braço para empunhar a ferramenta, é a única unidade de valor moral que se impõe, que se faz vegetar nesse pântano em que vegetamos. (Idem, 29)

Segundo Adelino, o trabalhador tornava-se, portanto, a “unidade de valor moral” que combateria a imoralidade capitalista. O que constituía a moral, dessa forma, mais do que o trabalho era o trabalhar. Era no ato de trabalhar que se adquiriria a consciência de produtor, ou seja, daquele que constrói a riqueza pelo seu trabalho, sendo útil para a sociedade. Existiam, portanto, aqueles trabalhos que eram úteis e/ou inúteis socialmente. O trabalho útil era aquele que *proporcione à humanidade alguma parcela de bem estar moral ou físico*. Entender o trabalho através dessa chave – útil/inútil –, não é localizá-lo no campo do utilitarismo clássico, pois tal perspectiva não o procura enquadrar na atual sociedade, mas entendê-lo como elemento que constrói outra sociedade, pautada sob outros princí-

pios. Se assim não fosse, Adelino reconheceria a utilidade do trabalho do advogado, por exemplo, na medida em que este, reconhecendo as instâncias legais da sociedade capitalista, proveria com seu trabalho o melhoramento desta mesma sociedade. No entanto, os trabalhos burocráticos são tidos como trabalhos inúteis, dado que não fornecem à sociedade os meios necessários para a sua reprodução enquanto seres humanos. O que os trabalhos burocráticos reproduzem eram, justamente, as desigualdades econômicas, políticas e sociais. Por conseguinte, o imoral era aquele que não trabalhava – o parasita – ou aquele que trabalhava inutilmente ou utilmente para a reprodução do capitalismo.

Assim sendo, trabalho manual por si só não era suficiente para se construir outra sociedade. Era necessário que este trabalho estivesse atrelado ao trabalho intelectual.

O seu braço (do trabalhador), auxiliado pela inteligência remove todos os obstáculos; rasga canais, perfura túneis, aplanha montanhas, cava lagos, sulca o oceano. E tudo isto sem diploma! (Idem)

Podemos pensar que quando Adelino une o trabalho manual ao trabalho intelectual entendia que ambos *eram* dois tipos de trabalhos distintos e que deveriam ser unidos. Contudo,

acreditamos que Adelino e, de certa forma, grande parte dos anarquistas que se preocuparam com a temática da educação, constataram que o trabalho manual e o trabalho intelectual *estavam* desconectados, desligados um do outro. O capitalismo, ao aprofundar a divisão social do trabalho, criou uma série de hierarquias que determinaram o tipo de trabalho que um e outro poderiam ou deveriam fazer, sendo os trabalhos braçais menos valorizados do que os trabalhos intelectuais. O que Adelino de Pinho buscou apresentar foi justamente acabar com estas hierarquias, propondo que tanto um trabalho quanto o outro fossem postos em pé de igualdade. Mais do que isso, o que propõe é a possibilidade dos sujeitos de se empoderar tanto do trabalho manual quanto do intelectual, pois reconhecia na união destes dois trabalhos o dado natural da vida.

A vida é uma troca perpétua. O homem está em relação de reciprocidade com o meio natural e o meio social, com o universo inteiro e os seus semelhantes. Não nasceu unicamente para conhecer, mas também para agir. Alternativamente ativo e passivo, dá-se e recebe; toma ideia nas coisas, e depois põe suas ideias em suas obras. Entra em comunidade de interesses, de sentimentos, de pensamentos com os outros homens, utiliza-se do trabalho de outrem, e, seguidamente,

exerce sua atividade em proveito próprio e em proveito de todos. (Idem, p.32)

Se a educação não cumprisse este duplo papel, o de *assimilar e produzir, compreender e exprimir, conhecer a realidade e realizar o útil* seria uma educação incompleta e estéril. Deste modo, a educação anarquista, sugerida por Adelino, deseja construir o ser humano completo, busca formar tanto um trabalhador/a que produz e transforma a realidade em sua volta de maneira socialmente útil, quanto um pensador/a que usufrui do trabalho coletivo e que possa desfrutar do conhecimento e das artes.

O homem deve ser, antes de tudo, um trabalhador para prover a sua alimentação, o seu sustento e o de sua família. Mas nem só de pão vive o homem. O homem têm necessidade de livros, de música, de estátuas, de pintura, de paisagens. Logo, a par dum trabalhador, devemos fazer um pensador. (Idem, 33)

Ao construírem a relação entre as lutas levadas a cabo pelo movimento operário nos sindicatos e a educação, a C.O.B. e os militantes anarquistas mostraram que não era possível entender a emancipação das classes populares sem levar em consideração os aspectos econômicos, políticos, sociais, éticos e culturais. O tecido social é atravessado

por todos esses elementos formando um emaranhado complexo, e a função da luta sindical associada à educação procurou fazer com que os/as trabalhadores/as e seus filhos/as pudessem entender esta complexidade na medida em que procuraram transformá-la, buscando romper as sendas que os prendem.

Referências bibliográficas

PINHO, Adelino Tavares de. Pela Educação e Pelo Trabalho e outros escritos, editora Biblioteca Terra Livre, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária, editora Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1979.

SAMIS, Alexandre. O Primeiro Congresso Operário Brasileiro e outras formas pedagógicas de luta in Educação Libertária, Editora Imaginário e IEL, São Paulo e Rio de Janeiro, março de 2014.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre a pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil in VÁRIOS, História do Movimento Operário Revolucionário, editora Imaginário, São Paulo, 2004.

Vitor Ahagon é membro da Biblioteca Terra Livre e educador do Cursinho Livre da Lapa.

Espaços para crianças nas feiras anarquistas

Práticas de pedagogia anarquista em Firenze, Barcelona e Londres

Rodrigo Rosa

Palavras iniciais

O presente artigo tem como objetivo apresentar à todas as pessoas interessadas em educação anarquista não-escolar, em especial mães/pais, militantes e educadoras/es, algumas das experiências pedagógicas e recreativas para crianças observadas em diferentes eventos com grande circulação de público ocorridas em algumas cidades da Europa. Destacamos as Feiras Anarquistas¹, que já são parte do calendário de atividades libertárias em muitas partes do mundo, e tornam-se cada vez mais uma vitrine através da qual a sociedade em geral pode tomar contato com o pensamento e a produção do movimento anarquista hoje. Apelaremos para uma farta quantidade de fotografias para servirem de ilustração ao nosso relato, tentando tornar mais vivas as práticas aqui descritas. Ao relatar o funcionamento dos espaços para crianças que vivenciamos torcemos para que mais indivíduos, coletivos e organizadores de eventos dêem a devida atenção ao tema, pois a presença de crianças nos meios militantes é saudável, necessária, recomendada e cada dia, inevitavelmente, mais frequente. Já nos relatou Zélia Gattai (e muitos historiadores do movimento anarcossindicalista brasileiro) que os festivais operários no início do século XX em São Paulo eram repletos

1 Existem diferentes denominações para o mesmo tipo de evento: feira do livro anarquista, feira anarquista, feira libertária, vitrine de editoras anarquistas, mostra anarquista, etc. Mas com poucas diferenças substanciais entre seus conteúdos e formatos, todos constituem-se pelas mesmas dinâmicas.

de crianças, ocupando tanto a posição de público e expectador, como atuando nos recitais de poesias, cantoras e como difusoras de panfletos ou vendedoras de jornais. A construção de uma cultura anarquista passa pela presença e inserção das novas gerações no cotidiano militante. Se não investirmos em formação das novas gerações estaremos tornando cada vez mais distantes de nós e de nossas descendências o mundo novo que tantos almejavam muito anos antes de nós e que seguimos caminhando em sua direção.

**Faça seu livro na V Vetrina
dell'editoria anarchica e libertaria
(Firenze, Itália, 2011)**

A quinta edição da *Vetrina dell'editoria anarchica e libertaria* (Vitrine editorial anarquista e libertária) que ocorre a cada dois anos na cidade de Firenze (Florença) na Itália contou com um espaço dedicado para as crianças. O *Collettivo Libertario Fiorentino*, organizadores da Vetrina, aluga um local chamado *Obihall*, um de enorme teatro e espaço para shows, novo e muito bem conservado com palco, mezanino, equipamentos de luz e áudio, além da áreas externas (à beira do rio Arno, uma paisagem bucólica) e alguns salões para palestras e reuniões. Em 2011, a Biblioteca Terra Livre esteve presente apresentando aos interes-

sados sua história e seu projeto. Muitas atividades ocorreram ao longo dos 3 dias de evento (7 a 9 de outubro): palestras, debates, lançamentos de livros, peças, exposições, videos, shows, etc.²

Do lado externo do teatro foi montada uma tenda de lona com uma estrutura de sustentação de ferro que abrigava o *Laboratorio Libera-Mente*³ onde o principal objetivo era criar um livro. As atividades se concentram no sábado e no domingo das 16h30 às 18h, não abarcando a totalidade do tempo em que a Vetrina esteve aberta ao público. Todas crianças podiam entrar no espaço (“acompanhado de um adulto” e “trazendo um amigo” para brincar) e lá encontravam monitores (adultos) que ajudavam-nas a entender a proposta. Na tenda havia todo tipo de material de papelaria (papel, cartolina, caneta, lápis de cor, cola, tinta, tesoura...), materiais recicláveis (lata, papel, papelão, plástico) e muitas coisas encontradas na natureza (sementes, folhas, galhos, pedras). Muitos cartazes encontravam-se espalhados pelas paredes, sendo alguns de orientação às crianças e adultos e outros com frases

2 Veja aqui a programação completa: <http://www.uaarfirenze.it/wordpress/wp-content/uploads/2011/10/programma.pdf>

3 A tradução da palavra “laboratorio” do italiano para o português corresponde a “oficina”; e “Libera-Mente” é um jogo de palavras que corresponderia a algo como “Liberta-Mente” ou “Livre-Mente” em português.

de incentivo à atividade ou vinculadas à educação.

Conversando com os monitores soube que a ideia era que eles fizessem o mínimo de intervenções possíveis, estando ali para manter a segurança dos/das participantes (já que estavam disponíveis materiais perigosos) e para ajudar quem lhes pedisse ou procurasse diretamente. O espaço e a proposta de itinerário dentro do laboratório era, em geral, auto-explicativo por conta dos cartazes e, em especial, de uma lousa na entrada que apresentava as “Instruções para construir um livro”, a qual vale a transcrição/tradução livre: “1- Escolha uma capa dura/de papelão; 2 – Pegue pelo menos 3 páginas da mesma medida que a capa; 3 – Amarre as páginas à capa com barbante, lã, etc.; 4 – Escolha 1 ou 3 objetos para colar ao livro; 5 – Crie em torno do objeto escolhido um cenário com os materiais à disposição. Pode colar, amarrar ou pintar; 6 – Pode escrever, desenhar ou colar palavras e letras dos jornais; 7 – Assine sua obra-prima; 8 – Para amarrar você deve primeiro furar com pregos e martelo sobre a tábua de madeira. USE A SUA FANTASIA.”

A proposta pedagógica presente no espaço era que cada criança soltasse a imaginação e que pudesse se tornar autora de seu próprio livro, inserindo num papel/papelão “vazio” suas ideias, desejos, histórias e estórias, aportando

no processo de “fazer para brincar e brincar para fazer” seus conhecimentos intelectuais, artísticos e estéticos, bem como suas habilidades manuais. Nos cartazes notamos também indicações de comportamentos desejáveis no espaço (“valorizar o indivíduo”, “superar a imagem estereotipada”) que denotam uma intenção moral dos educadores libertários italianos e palavras de cunho filosófico, subjetivo ou vinculados à sentimentos, como “liberdade”, “emoção”, “casualidade”, “sensação”, etc.

O “Liberatorio” da VI Vetrina dell’editoria anarchica e libertaria (Firenze, Itália, 2013)

Em 2013, na sexta edição da mesma Vetrina em Firenze, tivemos a oportunidade de acompanhar mais uma vez as atividades voltadas para as crianças que aconteceram durante os dias 4 e 6 de outubro no mesmo teatro. Na entrada do espaço para crianças havia um cartaz escrito “Laboratori” (oficinas). Na programação do evento apareciam como “Oficinas para adultos e crianças” e tinham datas e horários determinados: sábado e domingo das 15h30 às 18h (uma ampliação de 1 hora em relação à edição anterior). Como atividades propostas constavam três: “Meu Sonho, um sinal de liberdade”; “Laboratorio-Liberatorio” e

“Truccabimbi”. Este último, trata-se de pintura facial ou produção de máscaras com pinturas para crianças e não tivemos a oportunidade de acompanhar a sua realização. A primeira atividade também não vimos acontecer, pois novamente a Biblioteca esteve presente expondo seus materiais e realizando o debate “Grupos de Estudos e Espaços Autônomos: Práticas Contemporâneas de Educação Anarquista”. Por fim, acabamos, novamente, visitando o Laboratorio.

A proposta se assemelhava ao realizado na edição anterior, mas ao conversar com algumas educadoras notamos que havia forte influência de pedagogos e educadores que não se filiavam à corrente anarquista. Dessa vez, em que pese similaridades de materiais e de frases estampadas nos cartazes, o grupo de educadores parecia ser outro, muito próximo do que conhecemos como “arte-educação”. Havia muito mais informações sobre pedagogia em geral (Dewey, por exemplo), e mais destacadamente a pedagogia libertária (Kropotkin, La Ruche, entre outros), demonstrando a intenção em relação ao caráter educativo e de propaganda das ideias e práticas que ali se realizaram. Outros cartazes continham trechos de textos de diversos autores reunidos sob o título “Pensamento Pedagógico Libertário”. Também aqui o jogo de palavras apa-

receu: “Laboratorio” aparecia ao lado de “Liberatorio”.

Na *VI Vetrina* houve uma novidade: atividades para professores, propostas por um grupo chamado *Sprofessori*⁴, um coletivo de “crítica à escola” e por uma educação antiautoritário e autogestionária. O mais interessante é que além de se oporem ao sistema escolar o coletivo propõe e constrói novas formas de ensino, produzindo (muitas vezes juntos aos estudantes ou até mesmo tomando propostas dos próprios estudantes) novos materiais didáticos. Em conversa com um membro do grupo obtivemos grandes informações e algum material sobre proposta de jogos e brincadeiras para o aprendizado de matemática que nos pareceram realmente inovadores e radicais. Além de estarem com uma banca de materiais em exposição na Vetrina, realizaram durante o evento, conforme consta na programação, “jogos de tabuleiro” e a produção de uma história em quadrinhos “contra a escola”.

Notamos uma preocupação maior dos organizadores (ao mesmo tempo que um aumento de produção literária e a presença de grupos e indivíduos interessados/preocupados) com o tema da educação libertária em seus aspectos práticos.

4 Conheça mais sobre esse interessante coletivo em <http://sprofessori.noblogs.org/>

Espaços para crianças nas Feiras Anarquistas



Laboratorio Libera-mente: oficina de criação de livros (Firenze, 2011).



Crianças fazendo seus livros (Firenze, 2011)



Livro feito por uma criança no Laboratório Libera-mente (Firenze, 2011)



Espaço Laboratorio Liberatorio (Firenze, 2013)

Espaços para crianças nas Feiras Anarquistas



Materiais disponíveis para as crianças trabalharem (Firenze, 2013)



Pintura facial com Mimulus no Primeiro de Maio (Barcelona, 2012)



Desenho coletivo com Mimulus no Primeiro de Maio (Barcelona, 2012)



Primeiro de Maio mais alegre com Mimulus no Primeiro de Maio (Barcelona, 2012)

Espaços para crianças nas Feiras Anarquistas



Leitura no youth space na Anarchist Book Fair (Londres, 2013)



Criança fazendo stencil na Anarchist Book Fair (Londres, 2013)

Atividades infantis em plena rua (Barcelona, Espanha, 2012)

A *VIII Mostra dell Llibre Anarquista* de Barcelona ocorreu entre os dias 26 de junho e 1º de julho de 2012 em plena Rambla de Raval, calçada histórica e atualmente turística no antigo “barrio chino”. Alguns membros da Biblioteca Terra Livre estiverem presentes com um poste de materiais em meio a outros grupos e coletivos de várias partes da Espanha e de outros países. Na Feira não havia uma programação especial para crianças que abarcasse todo o período do evento e nem um espaço específico e fixo para que as crianças pudessem brincar ou participar de atividades voltadas para sua idade e necessidades. A única atividade “infantil” foi uma oficina de ilustração realizada por Kim Amate, ilustradora do ótimo livro *L'Abella de Més* (“A Abelha a Mais”) de autoria de Andrés Pi Andreu e lançado pela Editora Takatuka¹, um selo editorial libertário (vincula do à Virus Editorial) voltado para o público infanto-juvenil. Sob o título de “Iguais ou Diferentes?”, a atividade ocorreu num misto de contação da história, que se passa em uma colméia de abelhas, e oficina com as poucas crianças que havia no local e se estendeu como após o fim

1 Para saber sobre os títulos da Takatuka acesse: <http://www.takatuka.cat/>

da atividade, mais ou menos como um espaço informal onde crianças brincavam, descansavam e comiam.

Outra oportunidade que pudemos observar atividades para crianças em eventos anarquistas (para além das feiras anarquistas) foi durante o festival e manifestação em memória ao Primeiro de Maio de 2012, também em Barcelona. A CNT, em unidade com outros grupos anarquistas, organizaram um grande evento no Parc de les 3 Xemeneies, em meio ao bairro de Poble Sec, local simbólico para o movimento operário barcelonês, pois foi ali onde existiu La Canadencia, uma fábrica que havia naquele local (por isso o nome de “Três Chaminés”) palco da Greve Geral de 1919 e onde se conquistou pela primeira vez a jornada de 8 horas de trabalho. Houve recital de poesias, palestras sobre anarcossindicalismo, exposições de cartazes e sobre os acontecimentos da Greve Geral de 29 de Março (29M), ocorrida meses antes e que teve uma gigantesca adesão e repercussão. Após uma passeata pelo bairro do Raval a atividade se encerrou com a degustação de uma paella coletiva. Entre as atividades do dia houve a presença de um coletivo de educadores libertários que trabalham há anos para fundar uma escola livre e vêm acumulando recursos didático-pedagógicos e financeiros. Realizam atividades recreativas pro-

fissionalmente para ter algum recurso para o projeto, mas não é uma animação de crianças comum. Vestem-se com roupas de milicianas/os da revolução espanhola e narizes de palhaços. Pretendem propor brincadeiras e jogos com um caráter histórico, libertário e pedagógico. Trata-se de um grupo de animação infantil chamado Mimulus², projeto autogerido formado por pessoas vinculadas ao Centre de Recursos Pedagògics Llibertaries “Josefa Martín Luengo”³. O grupo oferece oficinas “criativas e não-competitivas” e atividades infantis (pintura de rosto, fabricação de instrumentos e bijuterias com material reciclado, etc) e um espetáculo de música e dança, com cenas do cotidiano, revitalizando canções populares sem seus conteúdos sexistas. Todo o recurso adquirido com esse trabalho é destinado para o projeto de criação de escolas autogeridas e libertárias. O grupo dedica-se aos estudos e preparação para professores através de formações periódicas, edita uma revista intitulada *Educere* e mantém uma biblioteca.

2 Mimulus, o grupo libertário de animação infantil: <http://www.pedagogialibertaria.org/mimulus-animacions-infantils/>

3 Site do CRPL: <http://www.pedagogialibertaria.org/>

Bebês, Crianças e Adolescentes na Anarchist Book Fair (Londres, Inglaterra, 2013)

A mais antiga (desde 1983) e talvez uma das maiores feiras do livro anarquista do mundo ocorre todos os anos em Londres. O espaço escolhido para abrigar tantos expositores e tantas atividades simultâneas foi a Queen Mary University. Lá a Feira ocupa um prédio inteiro de três andares e a previsão de público, em 2013, girou em torno de 3 mil pessoas em um único dia de evento (27 de outubro). Durante a Feira encontramos diversos grupos e projetos educativos interessantes, publicações, bem como ocorrem muitas atividades (videos, debates, oficinas) que se relacionam, direta ou indiretamente, com a perspectiva anarquista de educação. A Biblioteca Terra Livre esteve presente apresentando seus materiais e experiências. Tinha tanta coisa interessante que, infelizmente, não caberia descrevê-las neste artigo. Porém, no que diz respeito aos espaços dedicados para as crianças temos algo a apresentar.

Os espaços eram divididos em três salas, sendo que cada uma correspondia a uma idade específica, ou melhor dizendo, uma fase da vida pré-adulta: havia a “creche” para crianças de 2 a 8 anos; a “older kids space”, dedicado às “crianças mais velhas”; e, finalmente,

o “youth space”, ou literalmente “espaço para a juventude”. Cada um desses ambientes possuía grupos ou pessoas específicas responsáveis e programações e atividades completamente diferentes e independentes.

Na “creche” não nos sentimos à vontade para entrar (muito menos fotografar, por motivos óbvios), em especial por haver um aviso que crianças menores de 2 anos só seriam admitidas com a presença em tempo integral dos pais/mães ou responsáveis. Mas olhamos pelo vitrô da porta e nos pareceu um típico espaço de cuidado para bebês e crianças pequenas. No momento havia poucas crianças e uma pessoa responsável por todas.

A sala para as “older kids” pareceu muito interessante, pois ali havia uma série de atividades sendo realizadas e não somente brinquedos e espaços para cada criança ou grupo se divertirem e passarem o tempo enquanto mães e pais circulavam pela Feira. Sim, havia brinquedos e possibilidade de estar lá “sem fazer nada”, apenas aproveitando dos materiais que estavam disponíveis por toda a sala. Mas notamos também que na ampla sala de aula transformada em espaço pedagógico libertário havia espaços e materiais que tinham uma intencionalidade e que os monitores voluntários (chamemos-os assim) estavam à disposição para ajudar quem quisesse realizar alguma/as

atividade/s específica/s. Acompanhamos, por exemplo algumas crianças entre 8 e 13 anos produzindo estampas em camisetas utilizando a técnica do stencil. Com acompanhamento e orientação dos monitores, quando necessária e solicitada, as crianças desenhavam, cortavam, pintavam e, ao final, expunham suas camisetas num varal enquanto sacava a tinta e depois levavam sua produção para casa. As estampas que vimos carregavam um cunho político muito explícito e ostentavam vasta simbologia anarquista.

Já o “youth space” tinha outro visual, muito mais enfeitado com cartazes e luzes brilhantes e coloridas. Havia uma mesa cheia de “guloseimas” (“anarcho-cup-cakes”), frutas, chá e café, tudo à disposição para todas as pessoas com sugestão de contribuição voluntária. Numa outra mesa estavam os materiais de propaganda anarquista propriamente ditos: livros, panfletos, adesivos e bottoms. Essa sala estava sob responsabilidade do *Wildcat Arts Collective*⁴, um grupo de artistas das mais variadas áreas que se dedicam a organizar eventos culturais e artísticos com comédia, música, poesia, etc. A programação do dia, voltada para jovens entre 11 e 16 anos, tinha exibição de filmes raros, oficina de Circuit Bending e leituras de livros

4 Site do grupo inglês Wildcat Arts Collective: <http://www.wildcat-arts-collective.org.uk/>

autorais de escritores de ficção científica, poesia e histórias infanto-juvenis de cunho libertário.

Palavras finais

Um olhar panorâmico para os espaços para crianças descritos anteriormente aponta para a diversidade de práticas, influências e percepções sobre as atividades pedagógicas em grandes eventos anarquistas. Mas em meio às diferenças e especificidades, notamos as semelhanças: a compreensão de que a infância é uma fase especial e específica da vida que deve ser vivida em sua plenitude, respeitando-se as fases de desenvolvimento da criança, tal qual já apontaram Proudhon, Robin e Faure; a busca por integrar trabalhos manuais com trabalhos intelectuais, concretizando as propostas de educação integral, entendida como o pleno desenvolvimento físico, moral e intelectual das crianças, formuladas, por exemplo, nas obras de Bakunin e Kropotkin e implementado no Orfanato de Cempuis. Vimos que há uma grande gama de iniciativas educativas anarquistas contemporâneas que valem a pena serem mais conhecidas e, quem sabe, emuladas em suas práticas mais bem sucedidas e que possam servir, com as devidas adaptações, a outras realidades. Mas em essência o que se busca com esses espaços para e de

crianças nas Feiras Anarquistas é servir de laboratório para práticas pedagógicas livres e libertárias, produzindo e testando atividades e materiais livres de preconceitos e autoritarismo, visando a transformação do sujeito, seja qual for sua idade, em produtor do próprio destino. Que todas e todos sejam autores de suas próprias vidas e possam aprender novos valores em meio ao movimento anarquista, nos espaços autônomos, nas manifestações de rua e, até quem sabe, em escolas libertárias!

No Brasil, mais especificamente em São Paulo, o Laboratório de Educação Anarquista (LEA)⁵ vem trabalhando no mesmo sentido que os anarquistas de outros países. Desde 2013 existe o Espaço Adelino de Pinho⁶ na Feira Anarquista de São Paulo, com programação de atividades, jogos e bricadeiras para crianças, mas totalmente integrada e conectada com as ideias anarquistas em educação dos

5 Saiba mais sobre o LEA e acompanhe as atividades, bem como as sistematizações de práticas pedagógicas e a utilização de jogos ou materiais educativos numa perspectiva anarquista através do site: <https://leanarquista.wordpress.com/> ou na página do Laboratório pelo facebook

6 Homenagem ao diretor da Escola Moderna N° 2 de São Paulo. Para maiores informações consultar o livro “Pela educação e pelo trabalho e outros escritos” publicado pela Biblioteca Terra Livre e os trabalhos recentes de Vitor Ahagon sobre a vida e obra desse operário, educador e militante anarquista.

autores clássicos e de experiência contemporâneas. Trata-se de uma prática digna de ser conhecida e difundida, mas que não cabe sua descrição no presente artigo, pois não seria possível realizá-la sem um esforço coletivo e detalhado sobre esse belíssimo e importantíssimo trabalho militante dentro do campo da educação anarquista.

Rodrigo Rosa é membro da Biblioteca Terra Livre e do Laboratório de Educação Anarquista (LEA).

A escola e a barricada

Marianne Enckell

A maioria do público vem para os depósitos de arquivos por apenas duas razões: para verificar as relações familiares, no Registro Nacional, e para verificar a propriedade no Registro Cadastral. Somente esses arquivos parecem ter importância considerável na vida da maior parte das pessoas. A prova disso reside no fato de que, durante motins ou revoluções, uma das ações mais urgentes dos revolucionários é ir para os arquivos e queimar os títulos de propriedade. Quase se poderia acreditar que a maioria das pessoas nunca vai aos arquivos, exceto durante as revoluções.

(Melot, 1986)

Na Argentina, a tradição de Bibliotecas Populares tem sido mantida desde o início do século XX por anarquistas. Há uma em cada cidade, em cada local de trabalho. Às vezes elas carregam os nomes dos grandes ancestrais; por vezes simplesmente o nome de uma rua ou personalidade local.

Em Buenos Aires, por exemplo, a Biblioteca Popular José Ingenieros tem oferecido por sessenta anos, tanto para estudantes como para trabalhadores, livros, romances, enciclopédias e obras gerais, além de suas duas salas de arquivo dedicadas aos documentos anarquistas. Torna-se um cineclube nas tardes de domingo, reuniões são realizadas à noite; e pode-se até mesmo fazer um churrasco no pátio. Ela foi frequentemente forçada a fechar, esconder-se atrás de uma fachada neutra, a mudar de repente, e resistir a investidas. Se hoje alguns trabalhadores contam a sua história, é porque ela, no entanto, resistiu.

(Francomano, 1995).

Todas essas bibliotecas são propriedade coletiva do movimento, mantidas por voluntários, abertas à cidade, para as pessoas da vizinhança; não são de forma alguma guetos. Algumas delas são apoiadas por organizações como *La Federación Obrera Regional Argentina* (Federação Operária Regional da Argentina) ou *La Federación Libertaria Argentina* (Federação Libertária Argentina); outras são apoiadas por um grupo informal. Muitas sobreviveram, apesar da fraqueza do movimento, mesmo quando ditadores as forçaram à clandestinidade. E quando foi necessário mudar às pressas, todos os sindicatos deram uma mão ou ajudaram financeiramente.

A *Biblioteca Juventud Moderna* (Biblioteca Juventude Moderna), em Mar del Plata, foi fundada em novembro de 1911. O ativista veterano Hector Woollands recorda que ela preencheu “uma dupla função: a de uma escola, que oferecia um elevado nível de informação, e a de uma barricada, o lugar onde os sindicatos poderiam elaborar seus planos de ação direta” (*La Razón*, 1996)¹.

1 A “barricada”, usada no título e no corpo deste artigo, refere-se ao funcionamento da biblioteca para proteger seu acervo, e, portanto, a memória do movimento e suas estratégias (Marianne Enckell, nota de esclarecimento a R.B., outubro de 2009)

Escolas e barricadas: que melhor maneira de descrever o trabalho que as bibliotecas e centros de documentação anarquistas de todo o mundo desejam fazer? Não é uma questão de arquivar a memória do movimento, a fim de fixá-lo num lugar; é uma questão de manter a nossa história viva e subversiva, de afirmar a existência de anarquistas (“Não há nem mesmo uma centena deles ...”)² e de sua diversidade contra a asfixia por aqueles que estão no poder. História com “H” maiúsculo que reduz alegremente a vida, as ideias e as experiências perturbadoras em anedotas e contos (Escudero, 1996).

“Por meio da reativação de seu passado, o anarquismo pode se reapropriar de sua cultura. A atividade desse renascimento implica, constitui em si mesma um agente revigorante da vida cultural. O objetivo da operação, obviamente, não é sermos capazes de empacotar um conhecimento livresco dos nossos antecedentes. É mais uma questão de conhecer a nós mesmos, de restaurar em nosso campo de conhecimento a coragem, os sonhos e as ideias que fizeram o anarquismo uma realidade histórica. Um passado ativo é um passado mobilizado por e para uma atividade presente. Não é só fazer

2 “Y en a pas un sur cent...” Uma alusão ao poema “Les Anarchistes” por Leo Ferre. O poema pode ser acessado em <http://musique.ados.fr/Leo-Ferre/Les-Anarchistes-t48233.html> [nota do tradutor inglês]

a genealogia para se divertir. O interesse está em redescobrir o que está implícito em nossa posição, e o que nos une. A busca da unidade vai além da busca por nossa origem. Este é apenas um dos aspectos do trabalho da fundação, que para nós acontece no presente. Nossa leitura do passado, portanto, também dependerá da coerência que traremos para as nossas ideias atuais; cada um destes dois esforços de estruturação continuamente nos referirá de volta ao outro” (Furth, 1973).

Os anarquistas sempre foram leitores; cada grupo publica um artigo,

brochuras, estabelece uma biblioteca. Leituras formam seu julgamento, promovem sua autonomia, servem como base para a discussão. (Nosso amigo André Bösiger, que deixou a escola aos 13 anos de idade e que cumpriu uma longa pena de prisão por se recusar a servir no exército suíço, disse: “Dois anos de prisão é um longo tempo? Bem, eu precisaria de mais dois anos para terminar tudo o que eu tinha para ler!”).

Para esses grupos e seus ativistas, a circulação de panfletos é infinitamente mais importante do que a sua preser-



Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri, Guarujá (São Paulo).

vação - daí a dificuldade da tarefa de arquivamento e catalogação. Durante períodos de intensa atividade militante, propositadamente ignoram-se direitos autorais ou retornam-se livros à biblioteca do grupo; ridiculariza-se o calendário e os números ordinais, distribuem-se panfletos e jornais até a última cópia, se possível. Quando a atividade declina, o estoque não vendido pode permanecer, mas restaurar o funcionamento completo de um periódico importante é o trabalho de pessoas altamente atarefadas.

Faz um século desde que Élisée Reclus, no prefácio à *Bibliographie d'la Anarchie* editada por Max Nettlau, disse:

Eu juro que eu nunca conheci tais riquezas: a importância desta coleção ainda incompleta surpreendeu-me muito. As ideias anarquistas, conscientemente desenvolvidas na sua forma atual, são de tal origem recente que se pode facilmente imaginá-las ainda existindo em um período rudimentar de propaganda. Sem dúvida, a grande maioria dos documentos citados nesta coleção está destinada a desaparecer, e quase não merece ser preservada, mas algumas dessas obras certamente marcarão uma época na história do século XIX. De fato, tem sido muitas vezes difícil para os anarquistas dizerem o que eles acreditam ser a verdade, mas não se poderia acusá-los de

ter escondido a verdade. Nós a levantamos tão alto quanto nossas mãos podem chegar, e ninguém no mundo, quer nos ame ou nos odeie, pode fingir nos ignorar. (Reclus, 1897)

Nem tudo merece ser preservado? Arrisca-se muito na triagem do que vale ou não vale a pena salvar. Vamos evitar em todo caso a recolha de resíduos de papel e as formas de livreiros antiquários; vamos preferir trocas e doações. É necessário que bibliotecas e arquivos definam claramente os seus princípios e os seus limites, mas não é para nós, bibliotecários e arquivistas treinados no trabalho ou na escola, decidir o que tem valor ou não. Normalmente, uma biblioteca de um grupo local não necessariamente coletará todas as edições do panfleto de Kropotkin "Um apelo à juventude" ou "Fra Contadini" de Malatesta (*Entre Camponeses - Uma conversa entre dois trabalhadores*), dos quais existem diversas versões em dezenas de idiomas. Mas nos arquivos do movimento anarquista, será emocionante encontrar sinais de circulação, dedicatórias, ou selos de bibliotecas ou organizações na folha em branco. A história de uma obra impressa é parte da história do movimento.

Há, talvez, mais arquivistas de coração entre os anarquistas do que nas grandes instituições. A Biblioteca Pública de Nova Iorque, depois de colocar



Centro de Cultura Social, São Paulo (SP).

em microfilme a coleção de cartazes da Revolução Espanhola, que havia recebido, jogou fora os originais. Na Biblioteca Real da Bélgica, estes mesmos cartazes, que vieram das coleções de Hem Day³, estavam enrolados e guardados em um corredor, e acabaram como resíduos de papel. Das dezenas de cartazes que Hem Day trouxe da Espanha,

³ Hem Day (1902-1969) foi um anarquista belga, livreiro e escritor [Nota dos tradutores].

apenas seis permanecem em formato pequeno no Munda-neum, em Mons. No CIRA (*Centro Internacional de Investigação sobre o Anarquismo*), temos cerca de cinquenta deles, trazidos pelo dirigente sindical Lucien Tronchet⁴, cuidadosamente montados sobre papelão resistente para circular e para servir em eventos de solidariedade espanholas por volta de 1936 ou 1937. Eles estão em estado impecável; as cores são tão vibrante como quando estavam nas paredes de Barcelona ou Valência. Na própria Espanha, a coleta e

catalogação dos cartazes republicanos continua até hoje.

Por mais difícil que seja completar essas coleções, no entanto, encontram-se tesouros da fidelidade à causa. Enquanto reformava uma casa para um cliente, Lucien Grelaud encontrou debaixo de uma tábua uma coleção

⁴ Lucien Tronchet (1902-1982) foi um anarquista suíço, com destacada atuação sindical em seu país natal [Nota dos tradutores].

de jornais de Proudhon (de cerca de 1850), que ele depositou no CIRA. No Brasil, os arquivos de Edgar Leuenroth sobreviveram intactos à ditadura ao serem cimentados dentro de uma parede. Hoje pode-se identificar uma centena de jornais e boletins que apareceram na Espanha durante os dois anos após a morte de Franco, graças a Solon Amoros, que os datou e indicou sua proveniência. Sem ele, os documentos permaneceriam sem as datas e locais da sua publicação e, portanto, essencialmente ilegíveis.

Por quarenta anos, desde a sua fundação, as ambições da CIRA têm sido globais:

coletar a memória coletiva da anarquia, em todas as línguas, a partir dos primórdios até os sonhos do futuro... (declaração CIRA).

Os jovens leitores devem estar cientes de que este não era um momento auspicioso. Depois de um breve período de força imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, no auge da Guerra Fria, os anarquistas raramente apareceram em público. Alianças internacionais tiveram problemas para manter-se, e locais foram fechados. Grandes quantidades de coleções desapareceram durante os anos negros na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, apesar da imensa criatividade que al-

gumas pessoas exerceram para disfarçá-las e preservá-las.

Durante os anos 1950, quando o CIRA foi criado, as únicas publicações anarquistas ou libertárias foram produzidas por editoras libertárias. Elas foram valentes, com certeza, mas já não era a época quando *Temps Nouveaux* de Jean Grave publicou mais de 100.000 cópias de Kropotkin em poucos anos! Os primeiros livros de bolso apareceram no início dos anos sessenta, incluindo as obras de George Woodcock e James Joll na Inglaterra, e Daniel Guérin, na França, embora, obviamente, nada na Espanha ou em Portugal, e quase nada na Alemanha, onde apenas algumas páginas mimeografadas apareceram. Alguns trabalhos de qualidade apareceram na Itália, como *Volontà*, e poucos periódicos corajosamente sobreviveram, nomeadamente entre os exilados italianos, espanhóis ou falantes de língua iídiche⁵.

Dez anos depois, prosseguindo na onda de maio de 1968⁶, a anarquia invadiu as bibliotecas e universidades; novas obras e dezenas de novas edições disputavam a atenção. Fotocópias e pequenas edições off set a preços razoá-

5 Por exemplo, nos Estados Unidos, *L'Adunata dei Refrattari*, em italiano; *Fraye Arbeiter Shtime*, em iídiche; e todos os periódicos do movimento libertário espanhol no exílio.

6 Referência às revoltas estudantis em Paris [Nota do tradutor inglês].

veis permitiram às publicações proliferar em todos os gêneros. Viagens cada vez mais frequentes e estudos cada vez mais acessíveis moldaram a juventude do movimento e suas leituras. As empresas também entraram em cena: romances populares baratos e trabalhos de líderes anarquistas.

O significado e os limites da biblioteca começaram a se expandir.

Foi então que começamos a trabalhar dentro de uma rede. Existiam outras bibliotecas, mais antigas, que começaram a catalogar seus velhos fundos, e a publicar; novas bibliotecas e arquivos foram abertos em todos os lugares, especializados em narrar os acontecimentos em um período, país, grupo ou linguagem particular. Até mesmo os principais arquivos do movimento operário levaram a sério a nossa existência. E no CIRA, reconhecemos nossos limites: não eram apenas nossas prateleiras que não podiam mais conter a investida, eram também nossas conexões limitadas, as nossas dificuldades em gerir as transferências, indexar as obras, e responder criteriosamente a questões de referência.

Ao longo dos anos, surgiram instrumentos de trabalho de valor inestimável. Deixe-nos sublinhar a indexação dos primeiros volumes da “História do Anarquismo” de Max Nettlau, editada por Maria Hunink; o índice pioneiro da imprensa anarquista italiana, de Leo-

nardo Bettini, seguido por indexes ainda mais inclusivos, de René Bianco, na França, de Paco Madrid, na Espanha, e de Jocken Schmuck, Günter Hoerig e outros na Alemanha⁷; a coleção de todos os artigos de Kropotkin em todas as línguas possíveis, como um complemento para a bibliografia iniciada por Heinz Hug; o panfleto publicado pelo CIRA, “Anarchists on Screen”, na sequência das obras de Pietro Ferrua e complementado por Stuart Christie. E há mais - catálogos de fotos, cartazes e músicas em breve irão aparecer.

O CIRA, talvez um dos mais importantes centros a nível internacional - sem contar o *Instituto Internacional de História Social*, em Amsterdam - permanece generalista; mas somos capazes de, em caso de necessidade, encaminhar nossos usuários para outros centros ou outros pesquisadores mais especializados, ou dar o endereço do info-quiosque mais próximo nos quais

7 Hunink, Maria, (1972) in Max Nettlau, *Ergänzungsband*, Glashütt en iT., 1972. Leonardo Bettini, *Bibliografia dell'anarchismo*, 2 vols., Firenze, 1972, 1976. René Bianco, *Un siècle de presse anarchiste d'expression française, 1880-1983*; state doctoral thesis, Aix en Provence, 1987; <http://bianco.ficedl.info>, *Datenbank des deutschsprachigen Anarchismus: projekte.free.de*, Francisco Madrid Santos, *La prensa anarquista y anarcosindicalista en Espana desde la la Internacional hasta el final de la Guerra Civil*, thesis, Barcelona, 1988 (also online at raforum.info?article2327&lang=fr). Peter Kropotkin, *Bibliographie*, zus.gestellt von Heinz Hug, Grafenau und Bern, 1994; fotografias dos artigos estão preservadas e disponíveis no CIRA.



Biblioteca Terra Livre, São Paulo (SP).

panfletos e zines são facilmente acessíveis.

Em 1975 criamos a *Fédération Internationale des Centres d'Etude et de Documentation Libertaire* (Federação Internacional de Documentação e Estudos Libertários), ou FICEDL (ficedl.info). Para enriquecer a cultura do movimento, a nossa cultura, nós esperamos estabelecer o inventário mais abrangente possível de todos os locais notáveis, e ferramentas de propaganda, de escolas e de barricadas, e tornar tudo isso acessível aos investigadores, aos militantes, ou para os curiosos, para fa-

zer deles uma rede de trocas, um apoio aos grupos que estão se formando na Europa Oriental e em outros países, e para aprofundar os seus conhecimentos - tudo sob a denominação inteligente 'Anarquivos' [Anar-chives].

Trabalhos citados:

Escudero, Isabel (1996) in CNT, Granada, May.

Francomano, Vicente (1995) Antonio López: *Biblioteca popular José Ingenieros, 1935-1995: apuntes para su historia*. Buenos Aires; and Eduardo Co-

lombo, in Bollettino Archivio Pinelli 4, Milan, 1994.

Furth, René (1973) in *Anarchisme et Non Violence* vol. 31, Paris.

La Razón (1996) Entrevista, Mar de Plata, 26 de janeiro. Hector Woollands morreu pouco antes que eu publicasse esse artigo pela primeira vez (*Refractions* 1, 1997).

Melot, Michel (1986). *L'Archive*, *Traverse* vol. 36, Paris.

Reclus, Elisée (1997) in Max Nettlau, *Bibliographie de l'anarchie*, Bruxelles e Paris.

Anarchists on Screen/Les anarchistes a l'écran, 1901–2003, CIRA Lausanne, 2004.

Marianne Enckell é arquivista, membro do CIRA (Centro Internacional de Investigações sobre Anarquismo) e do FICEDL (Federação dos Centros de Documentação Libertários) e historiadora. O texto apareceu pela primeira vez em *Progressive Librarian*, número 16, outono 1999. Revisado em 2009 por Marianne Enckell, com a ajuda de Robby Barnes e Sylvie Kashdan, e traduzido para o inglês por Douglas Cooke. Tradução em português por Clayton Peron e Eduardo Cunha. As imagens que ilustram este texto são fotografias de algumas bibliotecas e arquivos anarquistas presentes em São Paulo.

O sistema educativo em Rojava

Uma entrevista com Dorşin Akif – por
Derya Aydın

Por um lado, as comunidades de Rojava (Kobanê, Efrîn e Cizîrê) continuam resistindo contra o brutal “Estado Islâmico”, também conhecido como ISIS – Estado Islâmico de Iraque e Sham. Por outro, tentam construir uma vida social. As instituições de educação estão abertas nas três cidades de Rojava e oferecem um novo modelo educacional. Os idiomas principais de ensino são: curdo, árabe, sírio e outros. E este modelo de educação em muitas línguas tem o objetivo de romper com a política linguística monolítica do regime batista na Síria. Nesta entrevista com Dorsin Akif, professora de Jineologia¹ da Academia de Ciências Sociais da Mesopotâmia, situada em Cizîrê, conversamos sobre as instituições de educação e academias e seus planos para o futuro. Akif disse que “as perspectivas principais na educação são o paradigma das bases da democracia, a economia-ecológica e a emancipação de gênero”, e também explicou porque utilizam o termo “academia” ao invés de “universidade”.

Derya Aydın – Você pode falar dos desenvolvimentos na educação que começaram com a Revolução de Rojava?

Dorsin Akif – Antes de tudo, deveríamos lembrar que o Líder do Povo Cur-

¹ O termo “Jineologia” significa “ciência da mulher”: “Jin” é um prefixo curdo e significa “mulher”. “Logia” vem do grego “logos”, significa conhecimento. (Nota de tradução)

do, Abdullah Ocalan, teve um impacto na tradição revolucionária em Rojava. Colocamos muito esforço na emancipação das mulheres. Toda pessoa que vai à academia, incluindo adultas de 70 anos até meninas de 7 anos, foram educadas de uma maneira ou outra. Isto criou em si uma tradição. Sendo assim, a revolução dos “curdos livres” e das “mulheres livres” do movimento de libertação do Curdistão trouxeram uma mudança e uma transformação significativas nesta região nos últimos três anos.

Há dois tipos de educação em Rojava, uma é a “educação pública” que é proporcionada principalmente pelas academias. A outra é a “educação escolar”, que é proporcionada principalmente pelas instituições do estado. O estado tem uma política monopolista na educação escolar e nós tentamos mudar o plano de estudos e desenvolver um novo. Este ano preparamos livros para pré-escola, creches e para o primário.

O funcionamento de todas as escolas depende do ministro de educação da região. Entretanto, ainda não fizemos mudanças em todos os livros. O que tentamos fazer é transformar o programa escolar para certos cursos e liberar a educação do controle do governo e entregá-la às pessoas. O povo não controla a educação escolar, o estado ainda continua a realizar sua edu-

cação.

Para maiores detalhes sobre a educação nas academias, podemos dizer que incluem o ensino para a construção da vida social, mudança e transformação social e, também, ensina às pessoas a dirigir instituições sociais. A perspectiva fundamental nesta educação está baseada no paradigma democrático, na economia-ecológica e na emancipação de gênero. Criamos um sistema diferente da educação desenvolvida pelo estado-nação, acreditamos que a produção de conhecimento deveria ser devolvida à sociedade. E isso mudará tudo, desde os métodos de educação, utilizando os edifícios e até a construção da vida diária na academia. Os diretores e professores nas escolas do estado ao invés de educar as pessoas foram sempre alguém de quem todos têm medo. Somos diferentes deles, estabeleceremos uma relação baseada na igualdade e na amizade.

No sistema de educação estatal se estabelece um programa escolar único que é aplicado em todas as escolas. O ponto principal da educação do estado é que o indivíduo pertence ao estado. E aí está no que somos diferentes. Estamos tentando construir um sistema onde podemos educar-nos a nós mesmas e desenvolver conhecimento. Queremos pertencer a nós mesmas, nossa sociedade, e entender a realidade social. Somos diferentes da educação do

estado no sentido de que nós minimizamos o poder estatal e empoderamos a sociedade civil.

Derya Aydin – Como se constrói a educação nos cantões²: são os mesmos modelos educacionais em cada região ou há diferenças?

Dorsin Akif – Cada cantão se esforça para construir seu próprio sistema educacional em sua própria estrutura social. Claro que há um objetivo em comum em termos de paradigma. Este objetivo compartilhado é o paradigma democrático, de economia-ecológica e emancipação de gênero. Entretanto, a composição de cada cantão é diferente. Por exemplo, o de Cizîrê é um exemplo da coexistência das sociedades do Oriente Médio, por isso a educação ali se molda como consequência. Kobane e Efrin também são diferentes. Posso dar um exemplo em termos de idioma: os idiomas sírio, curdo e árabe são ensinados na educação escolar no cantão Cizîrê. Se há uma criança árabe, ela é ensinada no idioma árabe; os cursos de idiomas em curdo e sírio serão opcionais a esse/essa estudante. Os meninos e meninas aprendem nestas línguas baseadas em suas identidades étnicas

2 Unidade de divisão territorial ou administrativa utilizada em diversas partes do mundo. Pode ser o nível mais alto da divisão federal ou estar sob outras entidades como províncias, departamentos, etc. (NT)

e sua educação é baseada em sua estrutura social. Entretanto, este não é o caso no cantão de Efrin porque ali vivem principalmente pessoas curdas e árabes. O cantão de Efrin preparou livros até a oitava série; já o cantão de Cizîrê preparou somente até o quarto ano, devido à existência de diferentes estruturas étnicas necessitam encontrar bases comuns.

As academias públicas também estão se desenvolvendo nesta base. Por exemplo, há atualmente Academias de Ciências Sociais de Mesopotâmia no cantão de Cizîrê. Esta não está aberta em outras regiões. A situação é diferente em Kobane, obviamente, devido à guerra.

Derya Aydin – Por que se utiliza o termo “Academia” ao invés de “Universidade”?

Dorsin Akif – Boa pergunta. A definição de universidade baseia-se em grande medida no sistema. Quando as universidades se estabeleceram pela primeira vez pode ser que tenham sido pensadas para serem independentes do sistema central. Porém, hoje em dia as universidades se converteram em geral nas instituições nas quais o estado se organiza. Ao contrário, a academia é uma área onde a sociedade constrói seu próprio poder intelectual. Mantém sua existência como uma área onde se

produz conhecimento e ciência por si mesma. Assim, vimos ser mais apropriado chamar de “academia”.

Derya Aydin – Quais as diferenças das Academias em relação aos modelos do Ocidente e do Oriente Médio?

Dorsin Akif – De fato, a principal diferença pode ser explicada com esta pergunta: “Como quer viver a sociedade?” Temos um modelo educacional que responde a esta questão. Incorpora a tradição educacional do Oriente Médio; mas também incorpora a tradição de pesquisa do Ocidente. Em primeiro lugar, não construímos o conhecimento sobre bases do conhecimento

ocidental. O conhecimento é realizado com base nas dinâmicas da sociedade. Por exemplo, uma mãe que tem 70 anos ensina história oral na Academia de Ciências Sociais da Mesopotâmia. Chamamos de história oral, mas em geral ela fala de suas experiências na história recente, as histórias dos mais jovens na luta pela liberação, as épicas, as palavras que desapareceram ou foram forçadas a desaparecer devido à repressão. Vou dar-lhe outro exemplo: não existe memorização nesta educação e nos colocamos estas questões: O conhecimento obtido pelo estudante na escola será útil na vida e na estrutura social, fará a vida melhor? O conhecimento obtido pelo indivíduo relaciona-se com sua



Sala de aula em Rojava.

própria sociedade ou o conhecimento é construído pela modernidade que leva ao individualismo? É um esforço produzir conhecimento baseado no entendimento, na explicação e no compartilhar experiências de vida. Assim, trata-se de um tipo de aprendizagem que vai além dos limites estáticos das relações professor-aluno nas tradições do Oriente Médio e do Ocidente, e permite transformar essas relações estáticas periodicamente.

Um exemplo mais: em ambas as tradições os estudantes em geral são questionados e categorizados por meio de exames, certo? Há uma proposta diferente em relação a este ponto. Depois de cada aula o estudante critica o método do professor. Ao final do ensino, os resultados da aprendizagem são documentados não só pelo professor, mas também pelo/pela estudante. Os/as estudantes passam pela crítica e a auto-crítica em frente a todos os estudantes. Decidem dentro de seu grupo de amigos como se envolverão na vida social.

Derya Aydin – Existem academias de mulheres. Pode nos falar delas? O que se diferencia em termos de educação?

Dorsin Akif – As mulheres, que são por nós consideradas como poder social, se identificam nas academias e tentam entender seu lugar na história.

As mulheres não têm lugar na estrutura social construída. As instituições sociais foram identificadas pelos homens. O importante para nossas academias é nos desfazer dessas definições. Para isso é necessário ter uma mudança na estrutura social que está construída pela mentalidade e pelo discurso masculino. E isto requer que a educação seja tecida pela identidade das mulheres.

No sistema patriarcal de educação deve haver um limite de idade e as classes são desenhadas de acordo aos grupos de idade, não? Mas esta situação é diferente aqui. Por exemplo, quando tivemos uma sessão educativa para a Assembléia de Yekitiya Star, algumas de nossas amigas deram aulas juntas com suas mães. Algumas mulheres tinham 60 anos, enquanto outras tinham 18. Vemos que há um vazio geracional como resultado das estruturas de poder. Estes são problemas que surgem ao nos limitarmos uns aos outros. Nas relações livres, por outro lado, a idade não é um problema, é uma questão de compartilhar experiência. É importante ver a experiência de uma pessoa de 60 anos como um poder, mas essa experiência deve ser compartilhada e deve transformar o meio que nos rodeia. Similarmente, uma pessoa educada na escola do sistema ganha um status maior na sociedade. Porém, em nossas academias o fato de ser educado não te dá um status superior. A educação é uma questão de contribuir com a

vida e nas relações sociais. Não é considerada como status, mas sim como uma qualificação que necessita ser compartilhada.

Devido ao fato de que nossa academia de mulheres se dirige a todo o cantão, a maioria da educação acontece em sessões educativas fechadas. O que significa que as pessoas que assistem podem ficar. Assim, tudo se faz juntas. Cada noite um grupo de estudantes mantém guarda para a segurança das estudantes na academia. A vida diária começa com esporte pela manhã. Depois começam as aulas. Uma vez que as aulas do dia terminam, iniciam-se as aulas da tarde com notícias. As aulas da tarde são, geralmente, visuais, tentamos completar as aulas com cinema alternativo ou documentários.

Derya Aydin – Quão difundidas estão as academias agora em Rojava?

Dorsin Akif – Todas as nossas academias foram construídas junto com outras necessidades sociais. As Academias de Autodefesa são comuns. Existem Academias de Mulheres, Academias de Jovens, Academias de Segurança, Academias de Economia, Academias de Ideias e Pensamento Livre, Academias

da Cidade, Academias de Lei, Sociologia, História, Línguas e Literatura, Academias de Política e Diplomacia, e há Comitês Educacionais, os quais estão em contato com estas academias todo o tempo e existem em todas as comunidades. Cada cidade tem sua Academia de Ideias e Pensamento Livre. Além disso, há academias estabelecidas pelas instituições para empregados. Estas são em nível de cantão. Mas também existem academias de defesa e academias e escolas de profissionalização em cada tema.

Derya Aydin – Quais são os planos e programas de educação futuros?

Dorsin Akif – Em primeiro lugar, nosso objetivo é permitir que o sistema escolar seja transportado para a sociedade. Como dissemos no início, acrescentamos algumas aulas e saberes, e interferimos nas aulas de Nacionalismo e História que eram dadas pelo estado. Entretanto, é necessário haver mudanças radicais em outras aulas. Fizemos algumas mudanças quanto ao gênero nos livros de pré-escola e creches. Mas não é o suficiente. A mentalidade que se impõe aos meninos e meninas através do antigo sistema de educação deve mudar. Isso é o que temos que fazer primeiro.

Entrevista originalmente publicada no blog **Kurdish Question**. Tradução feita do espanhol para o português por Rosa Silva.

Balanço de um ensino básico no serviço social da indústria - parte II

Giu

O problema está na instituição, seja estatal ou privada, mas o sistema oferece brechas e quem faz a sala são as pessoas dentro dela. Eu sentia que tinha muita coisa errada, queria estar ali para tentar mudar algo e sabia que aqueles docentes instigariam essa atitude. Foi uma boa escolha, pois as mudanças comportamentais já não estavam mais tão sutis assim: eu começava a fazer barulho. (trecho final da parte I, disponível no nº 2 da *Revista da Biblioteca Terra Livre* através do endereço <http://revistabtl.noblogs.org/files/2014/06/Giu-Balan%C3%A7o.pdf>)

1º ano do Ensino Médio – 2012

Na primeira semana de aula, o professor de História falou sobre atualidades: Pinheirinho; o professor de Geografia falou do Grêmio Estudantil; o de Filosofia, sobre senso crítico e ‘vaca feliz’ e; a de Biologia, sobre as intenções dela (e as nossas expectativas) com o curso. A abordagem parecia ser bem diferente daquela do ensino fundamental, e que, se não podia se aplicar a todas as 13 disciplinas, pelo menos se aplicava no geral, mesmo que de forma sutil. Enfim parecia que ia acontecer a ‘educação séria’. Esse ano seria para mim o ano do Grêmio Estudantil, do PETAR e da Odisseia.

O pessoal do 2º ano passou nas salas para conhecer e dar boas-vindas aos 1ºs,

informando sobre a associação de alunos, horizontal e aberta, que podíamos e devíamos sustentar com a nossa ativa participação. O Grêmio Coletivo foi fundado em 2010 já sem cargos hierárquicos – e esse foi o máximo de histórico de organização estudantil da escola ao qual tive acesso ou que busquei. As reuniões, que qualquer um podia chamar, geralmente eram às sextas-feiras à noite, pois estudávamos à tarde e grande parte fazia ensino técnico integrado de manhã. Uma associação estudantil não precisa pedir permissão para a coordenação para se reunir, mas tínhamos que avisar – isto é, pedir – com dois dias de antecedência se quiséssemos ter uma sala reservada e para que pudéssemos passar avisando no horário de aula das turmas.

As primeiras reuniões foram para revisão do estatuto, o que implicou nas discussões sobre o registro legal do grêmio. Registro este com o qual teríamos que despender tempo e dinheiro, além de verticalizar o órgão. Algumas pessoas sugeriram eleição de chapas, pois sentiam que havia um monopólio e uma falta de legitimidade nas decisões, já que as reuniões sempre tinham apenas alguns gatos pingados. A maior reunião que tivemos, sala lotada (50 alunos) em fevereiro, foi sobre essa polêmica discussão. Tiramos que não restringiríamos a participação por meio de um sistema de chapas e que as

pessoas deveriam buscar serem mais ativas, até que conseguimos entrar em acordo sobre o estatuto – mesmo que mais para frente fôssemos sofrer o não reconhecimento perante a direção por não sermos hierárquicos e, portanto, legais, mas nós simplesmente declaramos que éramos uma associação estudantil com o nome de Grêmio e até criamos siglas para resultar em tal palavra, pois de fato já estava no nosso imaginário e não desistiríamos dessa terminação, sempre dando as desculpas mais cabíveis para a direção. Afinal, como diz uma atual professora minha, estudante tem que ‘encher o saco’, pois é a quem cabe a movimentação das estruturas.

Depois disso, nos ocupamos em: organizar o jornal ‘A Voz do Estudante’, que durou um par de números; fazer um cineclube aos sábados de manhã, o qual era tocado pelos professores de Geografia e História e onde foram exibidos filmes como ‘Os incompreendidos’, algum do Buñuel, Mont Python, escrevendo uma resenha ou outra conjuntamente e fixando no mural da escola – uma semana antes fazíamos oficinas de cartazes e poluíamos visualmente a entrada, mas as pessoas se acostumaram a ignorar. Também nos ocupamos em conversar com a nutricionista sobre reivindicações referentes ao almoço e formamos comissões para tudo isso. Eu poderia me debruçar so-

bre cada tópico, mas continuemos para o destaque, que veio a ser inclusive a causa do meu desgaste com a associação: o Festival de Música e Esporte.

Realmente não tinha um nome original, mas a ideia era propiciar na escola um tempo em que pudéssemos nos divertir e aprender fora da sala de aula, entendendo a aprendizagem como um processo não só teórico, mas imbricado também de aspectos artísticos e desportivos. Qualquer semelhança com Bakunin, Ferrer ou os grupos de estudos que eu estava frequentando na Biblioteca, é mera coincidência. Assim, em maio, realizamos um campeonato de futebol, exibição de filmes, debate sobre as olimpíadas de 2016 com os atletas do vôlei, apresentações musicais, etc. Para se inscrever, as pessoas tinham que doar 1kg de alimento não perecível que foram revertidos para o Lar Zulmira, uma instituição que cuida de jovens em situação vulnerável.

De fato, nessa minha unidade, não tínhamos um ensino ultraconservador. Nossos professores tinham idades e metodologias variadas, inclusive desenvolviam projetos interdisciplinares para fomentar a aprendizagem para além teoria. Porém, diferentemente dessas atividades, o Festival foi organizado pelos alunos através do Grêmio, sendo uma iniciativa da categoria estudantil. Tivemos que ceder às pressões da coordenação e do Centro Cultural

da unidade em vários pontos, a exemplo da duração do festival: nós queríamos que durasse um dia inteiro e a direção queria que houvesse aulas para estimular os alunos a não faltarem. É lógico que o ceder ia para além do Festival, pois nós já nem participávamos do processo de construção da nossa própria educação, mas naquela pequena escala foi uma boa mobilização.

Um desses projetos interdisciplinares, por exemplo, era o Teatro, realizado pelos professores de Português e de Artes. No 1º ano, nós estávamos estudando em Literatura desde o Trovadorismo até o Barroco e os textos que tivemos que adaptar e apresentar estes textos clássicos. O meu grupo, metade da sala, foi sorteado para trabalhar com 'A Odisseia'. O problema era que não havia um roteiro adaptado e a professora nos orientou a ler o livro e fazer o roteiro. Esta era a primeira etapa da avaliação. Com 14, 15 anos, não tinha gente muito interessada em ler 'A Odisseia', principalmente os meninos. Eu, nerd que era, aceitei a missão e li. Achei muito chato e, depois de tentar conversar com a professora, combinamos que podíamos seguir o roteiro de um filme para ser mais fácil, mas, do mesmo jeito, fiquei sobrecarregada com a redação do roteiro – junto com outras duas meninas, mostrando um processo nada coletivo do grupo de 15 pessoas. Caberia aqui uma problematização dos

papéis de gênero atribuídos às crianças e jovens na vida escolar? – Enfim, passei as férias inteiras lendo e editando o livro gigante, os ensaios sempre estressantes e a gente não podendo adaptar nada, tendo que inclusive focar num caráter trágico, reprimindo o cômico que surgia tão mais naturalmente.

Aqui se vê todas as limitações de um projeto interdisciplinar artístico, que visa entender a educação como além do teórico, mas que em nada foge do padrão. Não construíamos juntos, nem dentro dos grupos enquanto alunos e nem na elaboração do projeto enquanto alunos e professores. Qual o cúmulo de apresentar uma linguagem específica tão elaborada de tal forma a pedir perfeição em atuação, vocalização que atores passam anos treinando, fidelidade completa a um texto que em nenhum grau buscamos por identificação ou curiosidade própria? Para mim era clara a contraposição que representávamos quando propomos fazer o festival. Era uma atividade que nós mesmos buscamos, e não uma necessidade que disseram que a gente tinha e ainda nos colocaram num caminho para saciá-la, ‘a fim de nos dar uma bagagem cultural mais ampla e melhorar nossa formação enquanto cidadãos’ e etc...

Entendo que para mim hoje, desde sempre admiradora do Teatro, ter conhecido “A Odisséia” preencheu uma lacuna, mas meus colegas, como reagi-

ram a isso? Será que conseguiram desfrutar desta prática teatral, da complexidade de um texto grego. Será que eles não podiam improvisar mais, aproveitar sua criatividade genial quando errávamos no ensaio e aparecia uma brincadeira que faria todo o público rir? O teatro era aquilo? O teatro era “A Odisséia”? Na mostra anual de teatro da escola, houve apresentações de outras peças menos formais e nós invejávamos os 3ºs anos porque as peças deles eram referentes ao modernismo e eram muito mais desprendidas de formalidades. Isso não é uma defesa do modernismo, mas com o que tínhamos ali, se era o que estava dentro do currículo, não podíamos muito bem inverter as coisas e ir gradativamente amadurecendo teatralmente para chegarmos no último ano e apresentarmos uma tragédia grega, como as professoras queriam?

Também não pretendo demonizar essas figuras, afinal somos todos produtos da nossa sociedade (tão tortos quanto ela), mas com o grêmio provamos um pouco que a desconstrução é possível e que se podem aproveitar brechas e professores simpáticos a nossas ideias para tencionar no espaço onde estamos, o que é tão importante quanto construir novos espaços.

No segundo semestre, fizemos a revisão do estatuto, acordada para todo mês de agosto. Conversamos com o co-

ordenador geral de educação da nossa unidade, organizamos o show de talentos e eu ainda estava interessada em colocar os alunos para participarem mais dos planos de aula. Sugeri que começássemos a reivindicar um conselho de classe participativo, onde os alunos também tivessem espaço, acesso, voz e pudessem opinar sobre a metodologia de seus professores. Talvez essa demanda tenha resultado na representação por salas que a coordenação resolveu criar: assim, rápido, entrou nas salas, falou que estavam acontecendo as eleições e elegemos os candidatos, natural(izada)mente. Mas isso foi no ano seguinte e antes disso então eu tencionava para que o temido conselho de classe, onde os professores decidiam as divergências de nota com relação a cada aluno, se convertesse num espaço de diálogo para os alunos também criticarem os professores. No começo, a ideia foi recebida muito bem pelos alunos, como uma espécie de vingança, mas tentei primar pelo caráter construtivo que devia haver naquela reunião. De novo, não foi para frente naquele ano, mas o seria de alguma forma distorcida no ano seguinte.

Com essa tentativa falha e a mobilização para organizar eventos, senti um esvaziamento de sentido, parecia que o festival era só para perder aula e não havia muita preocupação com qualquer tipo de aprendizagem que fosse.

Vejo esse desinteresse como resultado da nossa vivência chata na escola – às vezes traumática. Não havia nenhuma outra perspectiva nas reuniões que não organizar esses eventos e nossos recados nas salas já eram recebidos com descontentamento, com exceção de quando nos colocávamos enquanto promotores de evento, implicando em perda de aula, e prestando serviços, de modo que também éramos cobrados se algo saía mal ou atrasava. Continuei indo às reuniões e se não estávamos tão organizados enquanto categoria, pelo menos detectávamos necessidades e as registrávamos em atas.

Mais um grande acontecimento daquele ano foram os estudos de meio, no caso dos 1ºs anos, para o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, o PETAR. A “dupla dinâmica” de professores (de História e Geografia) tinha também um projeto interdisciplinar de saída à campo de alguns dias para os alunos do ensino médio, pois consideravam que a educação não se dava só na sala de aula e que ir até os lugares sobre os quais se falava era de extrema importância para assimilar o conhecimento. No fim, fazíamos um trabalho grande e um pouco diferenciado dos seminários, por exemplo. Fazíamos as viagens com uma empresa relativamente barata e mesmo sem receber extra, a dupla encarava porque acreditava na importância daquilo. Muitos dos

alunos conseguiam ser bancados pela família e pagar o valor, eu inclusa nesse grupo, mas sempre havia aqueles que não iam ou porque os pais não deixavam ou porque não tinham dinheiro.

Surgiu a ideia de arrecadarmos dinheiro para os alunos que não podiam custear a viagem. Pensamos que isso poderia ser feito através do grêmio, administrando as barracas de doce e de brincadeiras da festa junina da escola. De antemão, já sabíamos que a arrecadação, com o pouco tempo que tínhamos, não seria o suficiente para ajudar centenas de alunos. Essa tinha sido uma preocupação desde o começo do ano: começamos a vender pipoca no intervalo e juntamos 70 reais até sermos proibidos pela coordenação. Pensou-se em reduzir o número de beneficiados considerando alguns critérios e aí começou uma argumentação sem fim: a viagem do 1º ano era a mais importante, pois os novatos se sentiriam integrados nesse novo ambiente do Ensino Médio, cheio de liberdades e responsabilidades, além de que era mais difícil parcelar em muitas vezes a primeira viagem; a do 2º, que seria para as cidades históricas de Minas Gerais era a mais cara; e a do 3º, para Cananéia, Ilha do Cardoso, era mais ou menos o mesmo preço da do 1º, mas eles ainda tinham que arcar com a colação de grau e com a viagem de formatura. Mesmo que seguissemos tal e tal crité-

rio, se dividíssemos o que previámos arrecadar, não conseguiríamos levar quase ninguém. Depois que passou o festival e novamente a viagem se pôs como prioridade, já não havia tempo para os 1ºs nem para os 2ºs, então os 3ºs se mobilizaram na festa junina e montaram várias barracas, conseguindo bastante dinheiro, mas que não sei como ou para quem foi distribuído.

Voltando para a viagem em si, realmente foram três dias maravilhosos e de muitas boas lembranças: visitamos o Quilombo do Ivaporunduva e o parque PETAR, com suas cavernas, rios e trilhas. Foi uma aprendizagem em vários sentidos, desde percebermos a importância das comunidades tradicionais e entrarmos em contato com elas, até entendermos uma química mais palpável ao estudarmos as reações de formação de rocha calcária em uma caverna. Registramos a experiência cada qual em seu diário de bordo, tiramos fotos, redigimos um dossiê, desenhamos um geoestenograma da ida de ônibus e guardamos tudo na memória. A prática foi muito pedagógica e pude ver as ideias do Kropotkin aplicadas.

Outra coisa bem bacana que fizemos foi um debate sobre as eleições com um companheiro da Biblioteca. Foi uma pressão danada sobre mim por parte da direção porque ‘não podia fazer propaganda eleitoral de qualquer cunho dentro da instituição’. A balela

era tanta que a gente teve que seguir o circo e legitimar a fala do companheiro por meio de sua formação acadêmica em ciências políticas. De todo modo, a coordenação permitiu e a atividade vingou no fim do semestre com a participação de umas 30 pessoas, gerando, inclusive, umas discussões posteriores. Aconteceram muitas coisas no ano de 2012 além do que relatei acima, mas, em resumo o que eu via era o serviço social da indústria queria crescer a todo custo com uma infraestrutura e uma qualidade muito 'subjetivas', quer dizer, específicas para o interesse da instituição de formar mão de obra para o setor. Na última reunião de pais, foi comunicado que teríamos que comprar as apostilas da instituição, que estavam sendo testadas em aula e revisadas por professores há alguns meses. Assim, o ano de 2013 seria o ano das apostilas, das cabulações e, claro, daquele junho marcante.

2º ano do Ensino Médio – 2013

Alguns dos poucos que compunham ativamente o grêmio se formaram e saíram da escola, deixando um vazio na nossa atuação. Ainda não entendíamos que a rotatividade de pessoas que é própria da organização estudantil, ou seja, logo, aparecerem novos alunos, os do atual 1º ano, mas, como eles tinham menos autonomia peran-

te aos pais, o número de participantes ativos foi reduzindo. Ao longo do ano foram magicamente surgindo de cima algumas medidas que pareciam privilégios presenteados, mas bastava uma análise mais profunda para entender o peso de nossas cutucadas, e isso ainda porque não conseguíamos nos articular com outras unidades da rede, aos quais, provavelmente, também contavam com mobilização de seus estudantes. Tentamos ainda revisar as normas escolares, mas as sugestões, em geral, não foram aceitas pela direção e as poucas que foram simplesmente não se cumpriam, caíram no esquecimento logo depois.

Ao ingressarmos no segundo ano, tínhamos a possibilidade de, no contraturno, usufruir do serviço nacional de aprendizagem industrial, um espaço onde se reafirmava o objetivo da instituição. Eu optei pelo curso de Eletroeletrônica e foi um dos cursos que não tiveram seleção por causa da baixa demanda. Mas como estava cansada de burocracias disfarçadas de conhecimento que apenas serviam ao discurso da meritocracia e da mobilidade socioeconômica, então voltei atrás na escolha e não me matriculei. Com a minha nova turma, fiquei muito estressada e não queria empenhar minhas energias naquele ambiente, preferindo fazer cursos extracurriculares e atividades do coletivo anarquista. No entanto, a

maioria da minha turma fez a opção contrária à minha e agora eram meus colegas de 2º ano que não tinham tempo para as reuniões do grêmio e, desde o fim do ano anterior, estava preocupada e queria articular uma resposta à adoção dos livros didáticos da instituição.

Na primeira semana de semana de aula, o recado sobre as apostilas era dado nas salas. Em resposta, escrevi inflamada, um texto e o repassei. Lendo-o após alguns anos, percebo a minha coerência: na época já defendia em algo que muitos acreditam ser impossível, a organização coletiva.

“Posiciono-me contra esta compra por três motivos:

1 - o serviço nacional da indústria está impondo a obtenção do material de acompanhamento e complemento (nos lembrando a todo o momento de sua obrigatoriedade) e, ainda por cima, cobrando por ele, mesmo que relativamente barato, mostrando uma preocupação desesperada com a formação de seus futuros empregados na indústria;

2 - não é oferecido nenhum tempo de adaptação, sendo imposta a compra para os 2ºs e 3ºs anos, uma vez que já tínhamos livros e, em muitos casos, volumes únicos;

3 - a escolha das apostilas não foi feita com os alunos, nem com os professores (embora analisados por alguns destes),

sugerindo uma monopolização na forma em que vamos aprender;

4 - nem o processo de compra é democratizado, sendo obrigatório obter o pacote de livros de todas as matérias para todos os anos, não respeitando a necessidade e os métodos de cada aula e/ou professor.

Assim, é ignorada completamente nossa condição de estudantes do Ensino Médio com capacidade para entender algumas coisas e contestá-las.

Como primeira proposta, digo que não compremos esses livros e passemos adiante a indignação, conversando inclusive com nossos pais. É muito possível combinar com os professores o conteúdo, procurar na internet, conversar, buscar o autodidatismo.

Entretanto, alguns de nós podem não ter, por várias razões, como realizar isso – inclusive os primeiros anos podem inicialmente não ver por que apoiar este boicote, já que as apostilas serão muito mais baratas do que qualquer outro material didático completo, mas elas são apenas um complemento e o principal motivo de tudo isso é a imposição e o desrespeito à nossa opinião.

Então, caso a primeira e ideal medida não surte efeito, foi sugerido comprar um pacote por meio de uma arrecadação e escaneá-lo, mandando para os alunos via e-mail. Não concordo muito com isso, mas seguirei o que o nosso consenso disser. Uma última medida,

ouvindo alguns colegas, é fazer um abaixo-assinado, mesmo que eu não ache essa opção muito efetiva, mas ainda um bom meio de divulgação da ideia.

Quem quiser se organizar, e saiba que pode, é só acreditar que podemos ter responsabilidade e totalmente arcar com as consequências dos nossos atos. Deixo claro que não incentivo nenhum tipo de ação violenta, pelo contrário, uma ação direta racional. Não digo que a escola seja ditadora – tomando como a instituição todas as autoridades que a compõem –, isso é apenas uma resposta e um incentivo à ação coletiva. Toda ação tem uma reação e nossa escola com certeza deveria esperar isso, porque estamos conversando, pensando e reagindo.”

Houve algumas reuniões de pais para discutir esta questão, mas nós, alunos, fomos proibidos de participar, para não dizer que fomos expulsos. Convenci minha mãe a não comprar os livros (nem fazer malabarismo financeiro para atingir tal objetivo), mas depois de cada reunião ela voltava com a opinião contrária, possivelmente preocupada com a minha educação e sentindo que eu ia ficar em desvantagem. No final, as apostilas foram implementadas e ela as comprou em parcelas. Sem moral frente aos colegas, eu teria um melhor argumento com o passar do ano: os livros eram muito pouco usa-

dos no geral e, o que víamos, em textos de História ou Sociologia, era uma visão bem deturpada e doutrinária do mundo, principalmente, quando discutimos trabalho e ideologias na guerra fria. No momento, não tenho esse material em mãos, assim não posso parafraseá-lo para ilustrar os absurdos que ele continha. Além disso, tanto a revisão dos textos quanto a diagramação do material era péssima.

Para completar o meu semestre de amargura e mau-humor, veio a gincana da última semana de aula. Os professores sabiam que nesses dias acontecia um esvaziamento da escola e decidiram pensar em atividades mais atrativas e lúdicas para que os alunos comparessem às aulas. Ótimo, maravilhoso, mas para a Giu mal-humorada – e a fama dessa figura procede – era só mais um exemplo de como medidas vindas de cima sem participação da base não funcionam. E ainda nem sabia que estas atividades valeriam nota. Tudo valia nota! E por mais divertidos que fossem os projetos, sabia que eu só conseguia relacioná-los àquela vaca, do primeiro ano: a que comia pasto e bebia água, logo era feliz... A gincana acontecia em três dias e eu fui em um ou dois, para sair com a nota média. Depois, parece que tive que fazer alguns trabalhos extras, mas não me afetou em nada.

Um escape momentâneo do estresse cotidiano da escola foi o estudo

de meio daquele ano. Não fomos para as cidades históricas de Minas Gerais; não se alcançou o número mínimo de alunos tanto devido ao alto valor da viagem quanto ao desinteresse dos discentes. Assim, os professores buscaram uma viagem mais barata, fazendo uma consulta prévia quanto ao interesse e a possibilidade de pagamento. Ao fim, decidiu-se por irmos à cidade de Bana-nal para conhecer a rota do café e das cidades mortas, passando por três dias de visita às fazendas históricas.

Ao retornar das férias de inverno, fiquei bem menos estressada. Por quê? Agora estava me relacionando com uma pessoa, o que me levava a sair das aulas e, foi justamente essa nova possibilidade que motivou meu bom-humor. Até 2012 tremeria diante da possibilidade de cabular aula, era bem nerd mesmo e ficaria nervosa, me sentindo culpada. Em 2013 estava mais segura, sabendo os meus motivos e embasan-do minhas ações. Em muitas das aulas que eu saía, apesar respeitava muito o professor, conseguia discernir o que me seria útil ou não. Assim, trocava a ida a algumas aulas por saídas para o clube, a casa, à biblioteca ou para alguma mostra de filmes no centro da cidade. E minha mãe até mandava e-mails me liberando.

Até que um dia perdi uma prova de inglês. Eu ia muito bem em inglês, adorava minha professora, mas estava

com um problema no relacionamen-to. Qual adolescente não priorizaria a urgência amorosa? A inspetora nos encontrou e fomos para a direção, num daqueles papos demorados sobre como estávamos indo pelo caminho errado e a coordenadora só queria o nosso bem, porque, veja lá, ela passou pelas mesmas coisas e cometeu os mesmos erros e agora podia aconselhar: ‘não repitam minhas inconseqüências’. Depois de avisada, minha mãe achava que eu estava indo rápido demais com a imer-são na biblioteca e no namorico, frente a minha prioridade que devia ser estudar. Em contraposição, eu compartilhava com ela minha aprendizagem sobre geografia e história anarquista, educação libertária, movimento operário brasileiro e práticas de convivência horizontais. Então, basicamente, depois da falácia da amizade na sala da coordenação, eu comecei a sair mais cedo da aula, pedindo para minha mãe me liberar com os e-mails, ou ficava na biblioteca da escola estudando quando o próprio espaço da sala não propicia-va isso – e inclusive saíamos em pequenos grupos.

Os protestos para barrar o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte público também começaram a ser causa de ausência. Argumentávamos que o transporte é um direito e não precisávamos pagar por ele se não houvesse tanto lucro para as empresas pri-

vadas. E como a lógica do transporte era que houvesse menos carro rodando com mais gente girando a catraca para que o saldo fosse maior no final, implicando em sermos transportados como sardinha enlatada. Nessa época, o grêmio ainda não estava oficialmente parado – e nos documentos que eu andei revisitando tem um chamado da poligremia de 2012 para uma atividade sobre transporte e mercadoria com o MPL, mostrando o peso do trabalho de base que estava sendo feito –, então passamos nas salas para chamar o pessoal para a manifestação, mas sem perguntar para a direção, pois ela não estava presente e o ato seria no dia seguinte, de modo que depois tivemos que prestar contas e levar bronca. Apesar das justificativas absurdas, que em resumo eram “o quanto não podíamos nos organizar politicamente na escola, pois pais reclamariam”, fizemos nossos comboios de vermelho e preto e barramos os 20 centavos, com todas as possíveis leituras e ressalvas que hoje podemos vir a ter. Inclusive eu e um grupo de amigas fizemos um trabalho para Sociologia com um relato e uma análise libertária do que foi esse mês.

Foi muito bom voltar com aquela moral toda no segundo semestre, podendo realizar o festival tranquilamente e inclusive tivemos orientações musicais com os solícitos funcionários do Centro Cultural. Como contraponto,

ainda veio a produção teatral para Português e Artes. Eu e um amigo escolhemos trabalhar com ‘Os Crimes da Rua Morgue’ – cujo autor, Edgar Allan Poe, havíamos conhecido na oitava série e gostado muito. Como ele fazia parte do ultrarromantismo, se encaixava nas escolas literárias estudadas pelo 2º ano, assim convencemos a professora a nos deixar apresentá-la. Apesar disso, o processo cansativo e não coletivo do 1º apenas se repetiu. Junto a isso presenciávamos a instauração do projeto “Teatro Musical”, baseado em um eixo de mostras no teatro da Avenida Paulista e em um de educação através de oficinas de iniciação gratuitas e abertas à comunidade nas unidades da instituição. Aprendi muitas técnicas corporais, vi coisas muito interessantes para o trabalho do ator, mas a arte ali era comercial, voltada para o mercado, e passou a ocupar a escola e ganhar prioridade em reserva de salas, uso do anfiteatro e tempo de trabalho dos técnicos. Via-se claramente o desnível de prestígio em relação ao curso de iniciação teatral, igualmente ofertado pelo serviço, mas com caráter bem mais voltado para a coletividade e a cooperação por conta da pessoa específica que ministrava as aulas, totalmente disposta a desistir de sua posição hierárquica e dando muita voz aos alunos.

Além desse pilar na propaganda institucional de incentivo à cultura e ao

lazer, havia a oferta de acesso a inovações tecnológicas. No 1º ano eu já havia participado de um projeto de robótica, além de já ter a bagagem de um projeto de curtas, e em 2013 eu estava participando do curso móvel de nanotecnologia. O serviço queria começar um curso técnico de aprendizagem industrial em nanotecnologia e estava coletando interessados e alunos que tivessem bom rendimento. Possuíam máquinas que só existiam em pouca quantidade no Brasil, justamente porque a instituição se adiantara em adquiri-las, trazendo inovações nas áreas de pesquisa em nanotecnologia, as quais eram aplicáveis aos mais variados ramos industriais, incluindo saúde – sim!, a saúde é uma indústria, como reafirmou minha instituição. Por mais que, novamente, um conhecimento científico tenha me instigado muito, o trabalho de conclusão do curso era fazermos uma apresentação de slides que mostrasse um produto inovador a partir do que tínhamos conhecido, ou seja, dar ideias para a indústria e em troca ganharmos um certificado de bom aproveitamento das 20 horas.

Enquanto isso, os 3ºs faziam os trotes deles se fantasiando de acordo com temas, brigando e se fracionando. Não havia respeito e eu não sabia o que acontecia na casa dessas pessoas, mas sabia que a escola definitivamente não servia para civilizar ninguém e sim fe-

char a gente num cubículo por 5 horas e esperar que a gente se matasse, como num experimento sociológico: ‘quem seria o último a sobreviver?’ ou ‘quem seria o mais esperto?’. A escola só estava refletindo a sociedade altamente competitiva e desigual na qual vivíamos e que espelhávamos, perpetuávamos. Me dei conta no Ensino Médio e, talvez deva isso a uma paixonite, que na modernidade se revelou na vigilância ao perfil de rede social alheio, onde havia uma postagem sobre uma festa de comemoração de um ano de uma biblioteca terra livre, pertinho da minha casa.

3º ano do Ensino Médio – 2014

Finalmente! O ano pelo qual eu mais esperava, o que encerraria minha vida escolar (e não!, continuo não querendo voltar à ‘melhor época da vida’). Foi marcante pelas monografias, por Cananeia e pelos boicotes, além de haver um especial espaço para um grupo de amigas que havia se consolidado ao meu redor, entre as quais existiam maior afinidade e afinidade política.

Por volta de março, os professores nos apresentaram um projeto interdisciplinar que nos guiaria ao longo dos próximos meses: as monografias. O processo foi o seguinte: Nós escolhíamos três temas e justificávamos cada escolha num texto curto, depois que

todos os alunos estavam mais ou menos distribuídos, pudemos escolher pessoas do mesmo eixo para formar grupos. O processo foi bem pensado, mas não nos era disponibilizado muito tempo de aula para desenvolvê-lo, sendo tudo jogado para extraclasse, assim como qualquer movimentação política dos alunos. Parece que tudo é assim na nossa sociedade, não é mesmo? As liberdades não são concedidas, temos que arrancar os direitos.

Diferentemente do ano anterior, eu estava mais disposta a tencionar na escola, apesar do sistema de representatividade entre os alunos estar em voga e só se resumir a espelhar e perpetuar. Às vezes, era cedida uma aula antes das reuniões, com uma periodicidade bimestral, para os alunos discutirem – bem assim, vago mesmo – e muitas vezes ficávamos só gastando tempo. Claro que não conseguiríamos chegar num consenso! De repente nossa organização era mudada, supostamente nos dando mais autonomia, e o que tínhamos era uma aula de 50 minutos para discutir todos os problemas que achávamos que tínhamos; como resultado só conseguimos brigar e apontar dedo na cara, postura tanto de professores quanto de alunos, ou seja, nada muito construtivo.

O centro cultural perdeu qualquer espaço, para o teatro musical, para o vôlei, para o polo aquático, para a fa-

culdade de pedagogia que estava sendo construída, e os funcionários viraram técnicos à mercê dessas atividades, sem mais poder desenvolver projetos próprios. Ainda assim repetimos o festival e chegamos também ao ano do modernismo em Língua Portuguesa, com o meu grupo montando ‘Vestido de Noiva’, do Nelson Rodrigues. Depois de três anos fazendo cenários, figurinos e produção nós mesmos, a gente desenvolve uma criatividade e uma proatividade que vêm a ajudar em projetos independentes posteriores à escola, além de ser ótimo ver tanta montagem e referência artística, mas já deixei claras minhas críticas à abordagem. A monografia, por exemplo, apesar de seu caráter tradicional, era sobre um tema que interessava ao próprio aluno e, no meu caso, com um professor orientador e colega de trabalho com os quais tinha muita afinidade. Também fomos os 3ºs anos para Cananeia, conhecendo o quilombo do Mandira e outro parque estadual como o PETAR, o da Ilha do Cardoso (PEIC), com direito a ostra e muito mangue.

Afinada que estava com as pautas anarquistas, me empolguei com uma oficina de autodefesa para mulheres, homossexuais e trans* na semana de solidariedade a presos políticos e anarquistas. Fiquei bem empolgada com a ideia e queria divulgar na escola, então pedi para a professora me deixar sair

e fui até a coordenação, onde uma autoridade me atendeu, expliquei tudo e mostrei o folheto, e depois de um silêncio hesitante, ela disse que por ela tudo bem, mas era melhor esperar sua superior. Voltei pra sala, esperei, voltei pra coordenação. Falando com a superior, mesmíssima conversa. Voltei, esperei, voltei. Falando com a terceira, ocorreu também a mesma conversa, mas eu estava sendo orientada a falar com a segunda, então disse que já havia falado com ela e que ela havia permitido. Assim, a última começou a argumentar que uma oficina daquela não cabia de ser divulgada nas salas, pois não entrava no contexto, “trans, lésbicas...”, não cabia. Sem justificativa e sem permissão, saí pela última vez da sala da autoridade. Inflamada e sem saber o que fazer, inconformada com o que haver recebido um ‘não’ que claramente era político, já que para organizar trotes que ‘uniriam a turma’ e reproduziriam impensadamente machismo e outros preconceitos, não havia restrição de ‘atrapalhar aula’, de aluna perder aula e não sei o quê. Para completar, na semana anterior eu havia sofrido um assédio perto da escola: quando respondi ao agressor com um gesto, ele reagiu mais agressivamente ainda e fiquei com muito medo pois ele tinha me visto com uniforme e eu sempre passava naquela viela para ir embora. Desde então, passei a percorrer o caminho acompanha-

da ou um alternativo, que era mais longo. Mas divulgar nas salas uma oficina de autodefesa não estava no contexto da escola. ‘Ainda se tivesse a ver com alguma matéria’, e eu respondi que estávamos estudando anarquismo em filosofia, sociologia, história e geografia, no entanto ela simplesmente me pediu para conversar com o único professor que não estava presente naquele dia. Bom, eu realmente estava sendo muito inconveniente... Pensei em passar nas salas de qualquer forma, mas só ia conseguir em uma das salas antes da inspetora me barrar, então cheguei irritadíssima na minha sala e comentei com a professora e a turma. Depois, busquei mais apoio com um outro professor e decidi: fui até o refeitório, já era intervalo, subi numa mesa e falei acalorada. Divulguei a oficina, falei mal das autoridades, algumas pessoas gravaram, todos aplaudiram e, naquela comoção geral, vários elogios. Na oficina, foram 2 amigas. Na semana seguinte, nem houve repercussão, preferiram apenas abafar tudo e logo todos esqueceriam – dito e feito: mais uma semana onde nada acontece no lugar onde nada deve acontecer.

Nesse 3º ano de 4 salas não éramos nada unidos. Ainda briguei com meus colegas por questões envolvendo a festa junina, trabalhos práticos, a gincana e o SARESP, boicotando integralmente todas essas avaliações e compondo

novamente minha minoria (de um par de alunos); houve umas três viagens de formatura, cada uma com grupinhos estabelecidos; e uma tentativa de repetir a atividade feita dois anos antes sobre voto e questionamento do sistema representativo foi simplesmente barrada, no contexto das eleições para governado do estado, nas quais o presidente do Serviço estava concorrendo.

O que havia de pouco mais subversivo sempre tinha as devidas autorizações e validade marcada. Com os 50 anos do golpe, que constava na apostila, se me lembro bem, como ‘revolução’ (ou era referente a 1930, mas o efeito é quase da mesma gravidade), estávamos tendo aula de artes com um professor bem diferente e fazíamos atividades de intervenção muito bacanas, como grafites e lambe-lambes nos muros da escola. Só para dar uma ideia da outra professora, ela tinha pedido um último trabalho para fazermos releituras de uma pintura e eu queimei o meu numa bandeja em casa e filmei. Mostrei para a galera. Fechando o parêntesis, meu lambe-lambe no muro foi uma faixa de manifestação onde se lia ‘a FIESP financiou a ditadura civil-militar’, mas não ficou por muito tempo.

De qualquer forma, em meio aos vários incentivos frustrados à organização, tanto por negativas da coordenação quanto pelo não apoio ou participação dos estudantes, essas re-

sistências continuavam ocorrendo. Na semana da viagem para Porto Seguro, por exemplo, uns professores puxaram cinedebates e rodas de conversa sobre revolução mexicana, zapatismo, partidos políticos brasileiros e ditadura, etc.; dinâmicas de ‘aula’ que se repetiriam na semana de apresentação das monografias, onde outros anos não foram liberados para nos assistir, mas alguns cabularam mesmo assim e se estabeleceu um diálogo bem produtivo sobre os diversos temas – o meu sendo sobre Cinema Anarquista e de Periferia, me utilizando bastante da experiência do GECA – Grupo de Estudos de Cinema e Anarquia da Biblioteca Terra Livre. E, mais uma vez, uma fala acalorada:

“No festival de música da escola, este ano ressuscitado pelo Centro Cultural da unidade (ainda bem) e inicialmente organizado pelos alunos por meio de um grêmio horizontal já morto - que é assunto para outra história -, me apresentei com alguns professores e amigos, e falei um pouquinho antes de começar [sobre como eu tinha sede de liberdade, em resposta a um desenho exposto que perguntava ‘qual sua sede?’, e como eu acreditava que um dia a Liberdade ia nascer junto com o sol e as escolas não iam parecer prisões. Foi um prelúdio para a apresentação da canção ‘Psycho Killer’ do Talking Heads e eu disse que me identificava com o psicopata da mú-

sica, porque depois daquele último ano, queria correr pra bem, bem, bem longe e esperava que ao longo dos três anos de Ensino Médio eu tivesse enfiado algumas facas no corpo de uma instituição vermelha, branca e preta, finalizando com um apelo para as turmas que viriam para não deixar essa iniciativa morrer, de festivais artístico-culturais dentro da escola].

Fernanda e Camila, como eu, boicotaram o SARESP no dia 11 de novembro [eu estava aproveitando o Colóquio sobre o Bakunin], o primeiro dia de aplicação da prova que avalia o rendimento escolar da rede estadual de São Paulo. Após a prova, que tomaria meio turno, ocorreria o ensaio da peça de teatro que apresentaríamos na semana seguinte - que também dá caldo pra outra história -, ensaios esses muito importantes para nós. Uma delas foi ensaiar e foi impedida de continuar por não ter feito a prova. A outra foi submetida a discursos moralistas e chantagens emocionais. No outro dia, para tal objetivo, as duas foram fazer a prova. Elas sabem de que jeito...

O SARESP é uma prova de múltipla escolha, conhecida entre os alunos por ter um caráter de ranqueamento, já que as questões variam entre muito fáceis, fáceis e médias, premiando escolas e castigando outras, por meio do corpo docente e coordenação, que, por sua vez, jogam essa pressão sobre nós, alunos [adivinhem com que recurso].

O discurso é que, no ano seguinte, utiliza-se o resultado da prova para preparar o currículo das próximas turmas e sanar as dificuldades diagnosticadas. O contra-argumento é que estatísticas melhoram sim a educação, mas aquela que é adestramento, senão para ingressar numa faculdade pública e qualificar mão-de-obra intelectual em longo prazo, aquela que é para formar a mão-de-obra manual em curto prazo - cá entre nós, não dá pra todo mundo ser patrão e o bom Deus do Capital sabe disso, assim como o Senhor Skaf.

Falando de todas essas coisas como Centro Cultural, teatro, festival de música, sem falar do clube, das piscinas e da biblioteca que existem nessa unidade em que estudo (por mais alguns dias), alguns podem virar e falar: “uau, mas na minha época nem isso eu tinha na escola”, ao que eu respondo com: a democratização/massificação da cultura e lazer nas escolas, a começar pelas privadas, é inútil se tiver um cunho de vulgarização do conhecimento, pois de nada adianta conhecermos Guarniere, Homero, Tim Maia, Machado de Assis, se for de uma forma mecânica, vomitada e sem reflexão alguma, sendo meramente instrumentos para uma acumulação de informação que te permita trabalhar em áreas que necessitam de profissionais hoje, como ser de alguma forma ‘melhor explorado?..’

Realmente corri para bem longe, boicotando também, só para variar, a formatura e todas as suas convenções sociais duvidáveis e nesse quesito minha minoria ficou um pouquinho maior. Assim, a luta continua: a liberdade não é quando você é livre pra escravizar o outro, ela é coletiva e conjunta, e essa ideia só é passada pela educação. Sei que a minha professorinha de matemática do fundamental pediu, ao se aposentar, que eu não virasse aquelas maloqueiras que chegam no 3º ano desvirtuadas, mas creio que hoje temos valores muito diferentes mesmo e por mais que eu acredite que tenha cutucado um pouco, não tem como cativar todo mundo, as injustiças desse mundo simplesmente não comovem algumas pessoas.

Chegando, então, ao verdadeiro balanço, depois de tentar deixar o leitor a par da minha experiência e esclarecendo meu lugar de fala, compreendo

que o ensino formal não é neutro e pelo contrário tem objetivos claros, no meu caso, formar mão de obra para indústria. Nos espaços que frequentamos, temos que representar um discurso contra hegemônico, um ponto de resistência, encabeçando várias pequenas mudanças, fazendo aquele trabalho de formiguinha. Por fora, temos que criar espaços – e fortalecer os que já existem, como grupos de estudos e cursinhos populares – onde possamos experimentar a pedagogia libertária, o autodidatismo, a horizontalidade e o apoio mútuo, construídos a partir da possibilidade e da vontade de cada um.

O sistema oferece brechas e quem faz a escola são as pessoas dentro dela. O problema está na instituição, seja estatal ou privada. Não queimemos (todas) as escolas, mas, na condição de inseridos, façamos um barulho ordinário!

Giu, na oitava série um professor a apresentou ao anarquismo e à Biblioteca Terra Livre e ela vem militando desde então. Se interessa por cinema e vai começar a cursar o ensino superior na área.

Estudios Anarquistas

O sentido da ação direta

Eduardo Colombo

A greve ou é uma revolta ou uma enganação.

La Revolté, 1887

Ação direta está enraizada profundamente no solo da ajuda mútua. A solidariedade é a base da organização operária; é coletivamente que os explorados podem se libertar e, ao unir suas forças, acabam por impor aos poderosos suas reivindicações: uma sociedade livre e justa, a abolição do salário, o nivelamento das hierarquias e das fortunas.

Entre a realidade da exploração cotidiana e a aspiração a uma transformação radical da sociedade, há muito espaço para a organização e a luta. O último século, apesar de revoltas e revoluções, viu surgir, em sua segunda metade, até se tornar hegemônico, um sindicalismo reformista de colaboração entre classes, que exige o arbítrio do Estado e a intervenção da representação parlamentar, sempre pronta para estabelecer ou não cumprir uma lei; um sindicalismo integrado ao regime estabelecido.

Ao se esquecer da ação direta, o movimento operário de hoje se encontra travado pelos ferros do legalismo, impotente após deixar nas mãos de uma burocracia de representações sindicais a direção da luta, condenado a greves corporativas e manifestações simbólicas, oferecendo um medíocre contraponto à classe dominante. Esse sindicalismo rejeita e até mesmo reprime o sentido profundo implícito

à reivindicação ou à revolta dos explorados: a transformação radical da sociedade.

Outras modalidades de ação social, econômica e política começaram a surgir desde os primeiros passos do proletariado militante, modalidades que priorizavam o federalismo e a autonomia das organizações de classe fundadas sob a consciência que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”¹. A ação direta, assim, se tornou logo a alma do ramo antiautoritário da Primeira Internacional, para depois se consolidar no sindicalismo revolucionário e no anarquismo.

Ainda e sempre permanece aberto um caminho para os explorados – segundo Bakunin –, “o de (sua) *emancipação pela prática*. O que pode e deve ser essa prática? Somente uma: a luta solidária dos operários contra os patrões”².

A ideia e a prática da ação direta foram elaboradas no conflito que percorreu sub-repticiamente à Internacio-

nal desde sua fundação, na reunião de St. Martin’s Hall, em setembro de 1864, até a Conferência de Londres, de setembro de 1871.

Quando Karl Marx redige os Estatutos Provisórios (*Provisional Rules*) no fim de outubro de 1864, a questão conflitante passou despercebida, mas ela estava destinada a se ampliar até produzir a cisão da Internacional. Marx estava bastante satisfeito com sua intervenção naquele outono londrino, e, em 4 de novembro, ele escreve uma longa carta a Engels dizendo que todas suas proposições foram aceitas pelo subcomitê encarregado de redigir os estatutos, mas que se sentiu obrigado a incluir somente algumas frases sobre “direitos” e “deveres” e também sobre “moral e justiça” a pedido dos franceses. De qualquer modo, ele afirma, elas foram colocadas de tal maneira que não possam prejudicar o conteúdo do texto³.

O verdadeiro motor operário, no entanto, que fez arrancar a Internacional se encontrava nas oficinas de Paris, e os companheiros que vão à reunião de St. Martin’s Hall, Henri Toulain, ferreiro, Perrachon e A. Limousin, tecelão, já tinham em mente seu projeto de associação internacional.

1 Primeiro princípio do *Preâmbulo aos estatutos da Internacional*, adotado pelo primeiro Congresso Geral da AIT (Genebra, 1866).

2 *L’Égalité*, n. 30, 14 de agosto de 1869. Ver os artigos de Mikhail Bakunin sobre “a política da Internacional”, em *Le socialisme libertaire*, textos organizados por Fernand Rude (Paris: Denoël, 1973). (N.T.: No Brasil, esse artigo pode ser lido no seguinte volume: *Os Enganadores; A Política da Internacional; Aonde Ir e o que fazer*, Editora Imaginário, 2008.)

3 Carta a Engels, 4 de novembro de 1864. Essa carta termina com um elogio a Bakunin, que, de passagem em Londres, na véspera, visitou Marx antes de partir para a Itália para combater Mazzini.

A pena de Marx firmará no Preâmbulo as grandes ideias que Toulain havia desenvolvido em seu discurso⁴.

Lê-se nos princípios desse *Preâmbulo aos Estatutos Provisórios*⁵:

Que a submissão econômica do trabalhador aos detentores dos meios de produção, ou seja, as fontes da vida, é a causa primeira de sua servidão política, moral, material (*of servitude in all its forms, of all social misery, mental degradation, and political dependence*);

Que a emancipação econômica dos trabalhadores é consequentemente o grande fim ao qual todo movimento político deve estar subordinado como meio (*as a means*).

O texto original inglês foi traduzido rapidamente para o francês em Paris “por um amigo de confiança” (janeiro de 1865). Mas a frase sobre a ação política abriu espaço para diferentes interpretações: para militantes operários ingleses e sobretudo franceses e suíços, a subordinação da política à emancipação econômica significava, talvez ainda

4 Ver Edouard Dolléans, *Histoire du mouvement ouvrier*, em três tomos (1836 a 1953). Tomo I: 1830 a 1871, sexta parte: *La première Internacional*. Paris: Armand Colin, 1948.

5 Ver James Guillaume, *L'Internationale*, vol. I. Genève: Grounaer, 1980, p. 9-13. (N.T.: No Brasil, há tradução desse livro sob o título de *A Internacional*, lançada pela Editora Imaginário, em 2009.)

de maneira confusa, que a organização operária exercia ela mesma a ação política sem delegá-la a um partido político, sempre acessível aos burgueses, a uma tomada prévia do poder. Essa posição sobre a política da Internacional que será defendida por Bakunin nas páginas de *L'Égalité*, em 1869.

Sem dúvida, Marx a interpretou como uma afirmação da indispensável organização da classe operária em partido político como meio necessário para a conquista do poder político.

A tradução francesa ajudará na confusão, afinal – provavelmente sem intenção política precisa ou em função do clima ideológico que reinava em Paris – o texto, mais conciso, modifica ou suprime algumas palavras, o que leva à seguinte formulação:

Que a submissão do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: política, moral e material;

Que, por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande fim ao qual deve estar subordinado todo movimento político.

A expressão “como meio” desapareceu. Sem dúvidas, a versão francesa dá ênfase sobre a natureza dependente de todo movimento especificamente político em relação à emancipação da classe explorada.

Devido a essa leitura, Marx ficou

contrariado, provavelmente até irritado, e, como diz G.D.H. Cole em sua história do pensamento socialista⁶, vai acusar os “anarquistas” de tê-lo feito de propósito com a intenção de desviar a Internacional de sua finalidade. Mas, quando os Estatutos Provisórios foram modificados e aprovados pelo Congresso de Genebra, em 1866, os Considerações foram votadas também em sua versão francesa. James Guillaume escreveu sobre essa questão: “devo dizer que, quanto a meus amigos das Seções suíças e eu mesmo, nós não sabíamos até 1870 ou 1871 que a versão inglesa das Considerações diferia, em alguns pontos, da versão francesa”⁷.

As resoluções da Conferência de Londres, que aconteceu nos dias seguintes à Comuna, não deixam qualquer espaço para concepções divergentes sobre a forma da ação política e, além disso, menosprezam a autonomia das federações⁸. Para muitos daqueles que pertenciam à tendência federalista e antiautoritária – e que tinham sido maioria no congresso de Basileia

6 G.D.H. Cole, *Historia del pensamiento socialista*. Vol. II: Marxismo y anarquismo. México: 1958, p. 102.

7 James Guillaume, *op. cit.*, p. 11.

8 Sobre a falta de representatividade e a composição da Conferência de Londres, ver *Mémoire de la Fédération Jurassienne*, in: James Guillaume, *L'Internationale*, *op. cit.*, vol. I, p. 192, e o discurso de Anselmo Lorenzo em *El Proletariado Militante*.

(1869) em relação a duas minorias, proudhoniana e marxista –, a resolução que impunha a todos a opinião de Marx e Engels, os quais afirmavam que os estatutos de 1864 implicavam na necessidade da ação política e da adoção do princípio da conquista prévia do poder, foi encarada como um verdadeiro golpe de Estado. O que não estava muito longe do espírito do próprio Marx: ele “escreve em Bolte, em 22 de novembro de 1871, que o Conselho geral tinha ‘finalmente aplicado o golpe preparado há tempos”⁹.

A resolução IX sobre “a ação política da classe operária” diz em sua parte central¹⁰:

Considerando além disso:

Que, contra o poder coletivo das classes dominantes, o proletariado não pode agir como classe se não se constituir como partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes dominantes...

Cerca de um ano depois, quando se reúne o quinto congresso da Internacional em Haia (2-7 setembro de 1872), o conflito entre as duas tendências é aberto. Marx não tolera mais a influência crescente de Bakunin e a

9 Citado por Arthur Lehning, *De Buonarroti à Bakounine*. Paris: 1977, p. 280.

10 Ver James Guillaume, *op. cit.*, vol. I, p. 202-203

importância que adquirem as ideias federalistas e antiestatistas no seio da organização internacional dos trabalhadores¹¹. Assim, esse quinto congresso, inteiramente manipulado pelo Conselho Geral, terá a tarefa de impor à Internacional as resoluções da Conferência de Londres¹².

11 Carta de Bakunin a Anselmo Lorenzo (maio de 1872): “Desde 1868, época de minha entrada na Internacional, eu iniciei em Genebra uma cruzada contra o princípio da autoridade e preguei a abolição dos Estados, envolvendo na mesma maldição essa autoproclamada ditadura revolucionária que os jacobinos da Internacional, os discípulos de Marx, nos recomendam como um meio provisório, absolutamente necessário, afirmam eles, para a consolidação e a organização da vitória do povo. Sempre pensei e penso que tal ditadura, ressurreição inesperada do Estado, não pode ter outro efeito que não seja o de matar a vitalidade e o poder realmente populares da revolução. Estes são os princípios que propaguei. No Congresso de Basileia, tivemos uma vitória que poderia se dizer completa, não somente sobre os proudhonianos doutrinários e pacíficos, os individualistas ou os socialistas-burgueses de Paris, mas também sobre os comunistas autoritários da escola de Marx. Isso que Marx nunca pode nos perdoar, porque, logo após o Congresso, ele e os seus começaram uma guerra contra nós que tende a nada além de nossa destruição completa.” In: A. Lehning, *op. cit.*, p. 277. (N.T.: Essa carta, junto com outros textos de autoria de Bakunin, está presente na edição dos *Escritos contra Marx*, publicada pela Editora Imaginário, 2014.)

12 O congresso vota também pela expulsão de Bakunin e Guillaume. A minoria subscreve uma declaração de defesa da autonomia das federações. As federações jurassiana e espanhola, bem como outros delegados faziam parte da minoria. A federação italiana se recusa a enviar delegados. Nos meses seguintes, em seus congressos nacionais, as seções inglesa, belga e holandesa rejeitam as conclusões de La Haye e se voltam

Na sessão de 6 de setembro, foi proposto, como estava na ordem do dia, inserir “a resolução IX” nos Estatutos Gerais. A maioria circunstancial do congresso aprovou a moção modificando a parte final como se segue¹³:

Os senhores da terra e do capital se servem sempre de seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos e sujeitar o trabalho; *a conquista do poder político* se torna, então, o grande dever do proletariado.

Os internacionalistas antiautoritários, chamados de anarquistas, considerando-se os continuadores do espírito fundador da Internacional, se reúnem imediatamente em Zurique e se dirigem a Saint-Imier, onde, em 15 de setembro, se reúne o Congresso Internacional por iniciativa dos italianos. Os delegados que se encontram no Congresso de Saint-Imier (15-16 de setembro de 1872) são da Federação Espanhola, vindos de Haia: Farga Pellicer, Alerini, Morago e Marselau; os membros da Federação Italiana: Caffero, que estava em Haia como indivíduo, e outros que se encontravam em Zurique: Malatesta, Bakunin, Costa, Nabruzzi e Fanelli; aqueles nomeados

para a declaração da minoria, que se torna, assim, maioria da Associação Internacional dos Trabalhadores.

13 James Guillaume, *op. cit.*, vol. I, p. 540.

pela Federação Jurassiana: Guillaume e Schwitzguébel, mais dois delegados de outras seções proibidas de existir na França, além de uma delegação das seções norte-americanas¹⁴.

A primeira resolução do Congresso foi a defesa da autonomia das Federações e das seções, adotada por unanimidade. Autonomia que se exprime diante das pretensões autoritários e jacobinas de não se sabe qual Conselho Geral e que deve ser reconhecida também em relação aos Congressos destinados a trocar e harmonizar, se possível, as posições, “mas sob qualquer hipótese a maioria de um Congresso qualquer não poderá impor suas resoluções sobre uma minoria”.

A terceira resolução, “Natureza da ação política do proletariado”, indo contra a resolução de Haia:

O Congresso reunido em Saint-Imier declara:

- 1o – Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado;
- 2o – Que a organização de um poder político que se diga provisório e revolucionário para acelerar tal destruição não passa de um engano e será tão perigoso para o proletariado quanto todos os go-

vernos existentes de hoje;

3o – Que, retomando todo compromisso para chegar à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária.

Essa declaração é que funda, ou que institui, o ramo antiautoritário da Primeira Internacional, e é sobre ele que se desenvolverá internacionalmente o anarquismo social e revolucionário.

Os argumentos contrários àqueles acusados de “abstencionistas” na política repousam sobre um mal entendido ou má fé, porque os antiautoritários nunca negaram a capacidade política da ação operária ou de classe, mas sim combateram a delegação da luta política a uma organização que não seja a organização de classe. Eles se opõem à representação parlamentar e ao compromisso eleitoralista, que estão na natureza de todo partido que ambiciona o “poder político” entendido como um órgão central de governo, ou seja, um Estado. A conquista prévia do poder central enquanto condição necessária para a mudança revolucionária da sociedade e a organização subsequente de um “poder político autoproclamado provisório e revolucionário” são o meio mais certo de se estabelecer uma nova elite, parar a revolução e permanecer no velho mundo. Assim compreende-

14 O congresso seguinte ao ramo antiautoritário (o VI na cronologia da Primeira Internacional) se reunirá em Genebra, em setembro de 1873, com a presença das federações da Espanha, Holanda, Inglaterra, Bélgica, Suíça, França e Itália.

ram os anarquistas uma verdade que a história mostrou sem qualquer pudor.

Sobre esses dois pilares – a inquietante autonomia de decisões tomadas na base, sem chefes nem dirigentes, e sua consequência, a não-delegação da vontade operária a representantes políticos –, constrói-se a noção de *ação direta*.

Além disso, a ação direta não se limita a essas duas proposições, como um método: há alguma coisa em sua ideia, um sopro profundo que a carrega e que é essa consciência espontânea que, por natureza, não concerne à legalidade; há em seu horizonte as luzes da emancipação, a mudança radical da sociedade, a revolução social.

Os internacionalistas de Saint-Imier já tinham dito¹⁵: “A greve é para nós um meio precioso de luta, mas não temos qualquer ilusão sobre seus resultados econômicos. Nós a vemos como um produto do antagonismo entre o trabalho e o capital, [e porque ela permite] preparar, por simples lutas econômicas, o proletariado para a grande luta revolucionária e definitiva que, destruindo todo privilégio e toda distinção de classe, dará ao operário o direito de gozar do produto integral de seu trabalho...”

Nessa linha traçada pelas seções antiautoritárias da Primeira Interna-

cional, virá o reconhecimento da força potencial que se encerra na greve se ela se torna uma ação conjunta e solidária da classe explorada, que será justamente a concretização da ação direta: a *greve geral*¹⁶. Adhémar Schwitzguébel, “precursor do sindicalismo revolucionário”, como o nomeou Guillaume, escreveu em 1874: “A ideia de uma greve geral dos trabalhadores, que acabará com as misérias que lhes ocorrem, começa a ser seriamente discutida pelas associações operárias”¹⁷. Na França, quando o movimento operário começa a se reorganizar depois da feroz repressão que se segue à Comuna, diversos congressos votaram pelo princípio da greve geral, às vezes ao mesmo tempo que o recurso ao parlamento, sem chegar a tirá-la de seus mentores políticos.

Em 1884, uma lei outorga aos trabalhadores o direito de se organizar em sindicatos e cria também a obrigação de declarar isso à polícia, o que não é

16 A ideia de greve geral encontra seus antecedentes nas primeiras organizações corporativas do proletariado industrial inglês, que, em 1834, tenta por esse meio, sem qualquer intervenção parlamentar, impor as 8 horas de trabalho nas usinas. Os cartistas defenderão o socialismo operário, o internacionalismo de classe e a greve geral. Ver Édouard Dolléans, *op. cit.*, tomo I: 1830 a 1871.

17 Relato do V Congresso da Federação dos Operários Gravuristas e Guillocheurs, ocorrido em La Chaux-de-Fonds, em 17, 18 e 19 de maio (1874). Jean Maitron, *Le mouvement anarchiste en France. Des origines à 1914*. Paris: F. Maspero, 1975, vol. 1, p. 281-282.

15 James Guillaume, *op. cit.*, vol. II, p. 9.

bem aceito por todos¹⁸. Os socialistas, partidários da organização política, se esforçam para federar os grupos corporativos sob dependência do partido. Assim, a partir do congresso de Lyon, em 1886, a Federação dos Sindicatos Operários da França estará estreitamente ligada ao Partido Operário de Jules Guesde, mesmo que se expressem tendências libertárias e antiparlamentares, como no congresso de Bordeaux-Le Bouscat (1888), no qual se vota a seguinte resolução: “Considerando que a greve parcial só pode ser um meio de agitação e organização, o Congresso declara: Que somente a greve geral, ou seja, a cessação completa do trabalho, ou a Revolução podem levar os trabalhadores para sua emancipação”.

O Congresso de Marselha, em 1892, ainda vê a maioria dos delegados permanecer fiel à concepção marxista da tomada do poder do Estado, como afirma Maitron¹⁹.

Entretanto, acontecem as greves pelas 8 horas de trabalho nos Estados Unidos, e os anarquistas do mundo inteiro farão dos Mártires de Chicago e

do Primeiro de Maio um símbolo do confronto sem concessões com a burguesia. A agitação e as greves pelas 8 horas darão um impulso crescente a todos que defendem a ação direta. A partir de 1886, Joseph Tortelier, do sindicato dos carpinteiros, se esforça sem repouso para fazer os trabalhadores entenderem a necessidade de recorrer à greve simultânea de todos e de todos os ofícios, e Fernand Pelloutier, pegando o bastão, dará toda uma amplitude à questão da greve geral. Em fevereiro de 1892, quatorze Bolsas de Trabalho se reúnem em Saint-Étienne, com a finalidade de se federar, e declaram de início sua independência ao afirmar que os trabalhadores devem “rejeitar de modo absoluto toda influência dos poderes administrativos e governamentais”. No Congresso de Paris de 1893, que agrupa os delegados das Bolsas de Trabalho e das câmaras sindicais, o princípio da greve geral foi adotado por unanimidade menos um voto.

Jules Guesde, que tinha sido anarquista à época do congresso de Haia, não ignora a gravidade do problema colocado pela “greve geral” ao socialismo parlamentar e aos marxistas, sendo que ela tira da representação política qualquer função e implica a renúncia da luta pela conquista prévia do poder central.

O sexto congresso da Federação Nacional dos Sindicatos se reúne em

18 Dois anos mais tarde, o Congresso Operário de Lyon, com a aprovação do próprio Guesde, apesar da atração guesdista pela lei (Jules Guesde apresenta na Câmara dos Deputados, em 1894, um projeto de lei para organizar o direito de greve), condena a lei de 1884 por 74 votos contra 29 e 7 abstenções. Ver Édouard Dolléans, *op. cit.*, tomo II, 1871-1920.

19 Jean Maitron, *op. cit.*, p. 286.

Nantes (dezembro de 1894). Pelloutier participa como secretário adjunto da Federação das Bolsas de Trabalho. Os militantes sindicalistas estão resolutos a reivindicar sua autonomia e romper os laços de dependência com os partidos. Vota-se uma moção que diz: “(Considerando) que o último meio revolucionário é a greve geral”, o Congresso “decide: há de se providenciar imediatamente a organização da greve geral”. O resultado da votação é de 65 para 37 contra e 9 abstenções. A ruptura é consagrada, e os guesdistas abandonam o local. O caminho está aberto para a ação dos anarquistas para o sindicalismo revolucionário.

No nível internacional, o Congresso de Londres (1896) da Internacional socialista (Segunda Internacional), seguindo discussões ocorridas nos primeiros congressos de Paris e Bruxelas, num clima muito tenso, decide que somente seriam convidadas no futuro as “organizações puramente corporativas que, mesmo sem uma política militante, declarem reconhecer a necessidade da ação legislativa e parlamentar”. E é acrescentado de modo explícito: “Por consequência, os anarquistas serão excluídos”²⁰.

20 Do lado anarquista, estavam presentes: Élisée Reclus, Piotr Kropotkin, Errico Malatesta, Pietro Gori, Louise Michel, Domela Nieuwenhuis, Gustav Landauer, Joseph Tortelier, Christian Cornelissen, Fernand Pelloutier, Paul Delesalle, etc.

Mais uma vez, como em 1872, a exclusão ou, ainda, a cesura entre socialistas autoritários e anarquistas não foi negativa para os antiautoritários. Os anos que se seguem serão o período da formação e da consolidação, em diferentes países, das associações de trabalhadores centradas na ação direta e na autonomia das federações²¹. A luta cotidiana dos trabalhadores para se desfazer da exploração e da miséria será feita pela dicotomia entre o recurso à greve parcial, a petição às autoridades, a ação legislativa e a prática parlamentar de um lado, e de outro a ação direta, a força da organização coletiva, a sabotagem, a “ginástica revolucionária”.

21 A CGT francesa se torna uma força, e os anarquistas darão sua contribuição à Carta de Amiens (1906) e à formulação do sindicalismo revolucionário. Na Argentina, a FORA adotará sua posição “definitiva” em 1905; no mesmo ano, nasce a IWW (Industrial Workers of the World) nos Estados Unidos, e o movimento renasce na Espanha com a Solidaridad Obrera, em 1907. Na Alemanha, a FVDG (Associação Livre dos Sindicatos Alemães) se situa na origem do sindicalismo revolucionário antes da guerra de 14, e depois, em 1919, se assumirá como FAUD (Freie Arbeiter Union Deutschland). Na Itália, o Comitato di Azione Diretta, antecedente da USI, é criado em 1907. Uma história especial será necessária para falar das federações antiautoritárias em cada região do globo: Peru, México, Chile, Uruguai, Japão, Rússia em 1905, e em 1917-1922, Suécia, Países Baixos, etc. Ver *De l'histoire du mouvement ouvrier révolutionnaire*. Paris: ed. CNT-RP/Nautilus, 2001. (N.T.: O livro foi traduzido para o português e publicado, com uma versão ampliada, sob o título de *História do movimento operário revolucionário*, Editora Imaginário, 2004.)

Duas atitudes, duas mentalidades, pode-se dizer, nascem dessa dicotomia. Assim, se se confronta os poderosos, o tom será duro e vitorioso, mas se se pede aos poderes públicos uma melhora das condições de trabalho ou salário, isso se fará sob as formas e as convenções que as normas exigem. A título de exemplo dentre os milhares, na Espanha, durante as greves do 1º de maio de 1890, o manifesto anarquista do grupo *Los Desheredados* acentua: “A liberdade não se pede, se toma... A jornada de oito horas, não a teremos por manifestações pacíficas e inúteis e servis petições; nós a teremos ao nos impor, e a imposição está na greve.” Em resposta, o jornal socialista *El eco de los obreros toneleiros* (1890) expressa o desejo dos operários toneleiros ao escrever²²: “Tendo fielmente a palavra engajada diante das autoridades muito dignas, diante do público e da nossa humilde classe, de não nos misturar à greve geral, o fato de que nenhum de nossos camaradas de trabalho tenha sofrido ao menos repressão da parte dos responsáveis da ordem pública dá uma ideia de nossa sagacidade...”

Em outros lugares do mundo, a mesma diferença de tática e atitude correspondente mantém a querela infecciosa entre anarquistas e socialistas

22 Ver Juan Alvarez Junco, *La ideologia política del anarquismo español* (1868-1910). Madrid: Siglo XXI, p. 552-553.

em meio à classe operária. Em 1901, depois de longos esforços para acabar com as atribulações do diálogo, o congresso de fundação da Federação Operária Argentina (FOA) ocorre em Buenos Aires. A primeira resolução tomada por unanimidade afirma que a Federação “não tem ligação de qualquer tipo nem com o partido socialista, nem com o anarquista, bem com qualquer outro partido político, e que sua organização, seu desenvolvimento e seu campo de atuação são totalmente independentes e autônomos”.

Depois dessa declaração de princípios, as divergências entre as vias legalista e revolucionária surgem apesar das concessões mútuas entre os dois campos. A primeira discussão séria trata da arbitragem. A ação direta era, pode-se dizer, uma “profissão de fé” para os anarquistas, como a arbitragem era para os socialistas. O relator da moção foi Inglan Lafarga²³, um anarquista que deu ao congresso um voto desfavorável. Mas a intervenção de Pietro Gori²⁴,

23 Gregorio Inglan Lafarga (?-1929), carpinteiro e jornalista anarquista. Nascido na Catalunha, emigra para a Argentina. Em 1897, torna-se o primeiro diretor de *La Protesta Humana* (jornal que tomará o nome de *La Protesta* e se tornará diário a partir de 1904). É delegado pelos ferroviários de Rosario no congresso de fundação da FOA.

24 Pietro Gori, anarquista muito ativo, era advogado. Nascido em Messina (Itália), em 14 de agosto de 1865, ele se exila, em 1894, para escapar da repressão, mas retorna à Itália, em 1898, para

seu prestígio internacional e seus talentos de orador permitem a adoção de uma moção de compromisso: a FOA “permite em certos casos a resolução de conflitos econômicos entre o capital e o trabalho pelo julgamento arbitral, aceitando como árbitros apenas pessoas que apresentem garantias de respeito para o interesse dos trabalhadores” (21 votos a favor, 17 contra e 4 abstenções). Os jornais anarquistas *El Rebelde* e *La Protesta Humana* enchem suas colunas de artigos rejeitando a intervenção de Gori, que se viu obrigado a se explicar e esclarecer sua posição.

É então a vez dos socialistas mostrarem compreensão e limitar suas críticas à greve geral. A resolução do congresso “reconhece que a greve geral deve ser a arma suprema na luta econômica entre o capital e o trabalho”, satisfazendo assim os anarquistas, mas ela acrescen-

defender Malatesta e outros processados após a greve geral de janeiro, em Ancona, seguindo-se aos levantes de Milão, nos quais a armada atira na multidão. A repressão foi feroz. Pietro Gori é condenado a 21 anos de prisão. Ele se exila, então, em Buenos Aires, onde ele continua sua atividade militante e se afirma como delegado dos ferroviários de Rosario, com G. Ingran, no congresso formador da Federação Operária Argentina (FOA), que dará lugar em 1904 à FORA (Federação Operária Regional Argentina). Durante sua estada, ele dirige a revista *Criminología moderna*. Em 1902, Gori volta à Europa e cria em Roma, em 1903, com Luigi Fabbri, a revista anarquista *Il Pensiero*. Escreve poesia, peças de teatro, etc., e é autor da conhecida canção “Addio Lugano bella”. Morre com 46 anos, em 8 de janeiro de 1911.

ta ainda um pequeno bemol: é preciso que essa arma seja utilizada “quando a oportunidade de a promover com probabilidade de vencer seja demonstrada”. É um complemento pedido pelos socialistas e que os anarquistas consideraram como uma simples declaração de bom senso. A imprensa socialista combaterá com vigor as razões que levaram os delegados socialistas a aceitar essa concessão às posições anarquistas.

No mesmo espírito, o Congresso aprova como tática de luta o *boicote*, proposição defendida pelo socialista Francisco Cuneo, e a *sabotagem*, apoiada pelo anarquista Ingran.

O frágil entendimento desse curto período não é duradouro. No ano seguinte, o segundo congresso da Federação Operária (junho de 1902) presenciará a saída da minoria socialista, abrindo espaço para uma forte maioria anarquista que, nos congressos seguintes, firmará na organização operária a prática exclusiva da ação direta e a defesa selvagem desse método ao longo de toda sua existência²⁵.

Nessa mesma época, consolida-se na França a tendência a uma síntese ideológica elaborada essencialmente, como diz Maitron, dentro do Comitê Confederal da CGT, e que reúne anarquistas, allemanistas²⁶, marxistas e

25 *De l'histoire du mouvement ouvrier révolutionnaire*, op. cit., p. 91-94.

26 Seguidores de Jean Allemane (1843-

blanquistas sob relativo compromisso representado pela doutrina do sindicalismo revolucionário. O Congresso Anarquista de Amsterdam, em 1907, um ano após a Carta de Amiens, deixa claras as diferenças entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, mas, “durante o período de 1894-1902”²⁷, muitos militantes operários na França identificam os dois “rótulos”, considerando que a ação anarquista nos sindicatos tinha insuflado no sindicalismo revolucionário a ideia que a luta contra o capital e o Estado era o foco, que ela deveria levar à abolição dos salários e à mudança radical da sociedade. E o anarquismo tinha também firmado a convicção que o caminho da revolução passava pelo combate da classe operária organizada: a ação direta e a greve geral. Um verdadeiro manifesto dessa posição é o texto publicado por Émile Pouget, em 1904, *L'action directe* (“Ação direta”), ação que ele define como “a expressão simbólica da revolta operária. A ação direta é a força operária em trabalho criador”.

Outras figuras da ação direta

Em paralelo do sentido primário, construído sobre a experiência histórica do proletariado militante, outras

1935), sindicalista e político socialista francês. (N.T.)

27 Jean Maitron, *op. cit.*, p. 322.

formas do agir dos revoltados em situações diversas foram assimiladas à ação direta.

Ainda em 1876, logo após o congresso de Berna²⁸, os delegados federais Errico Malatesta e Carlo Cafiero enviam uma carta ao *Boletim da Federação Jurassiana* declarando que “a federação italiana acredita que o feito insurrecional, destinado a afirmar por atos os princípios socialistas, é o meio de propaganda mais eficaz”²⁹. Juntando o feito à palavra, movidos pelos mesmos alertas de Pisacane³⁰ em relação aos doutrinários, os internacionalistas buscam incitar a insurreição popular nas vilas do Benevento, na Itália (*Banda del Matese*, março de 1877). Assim nasce uma concepção da ação chamada “propaganda pelo feito” que, derivando uma quinzena de anos depois o ato individual, deixará uma marca persistente no imaginário coletivo ao relacionar, com o *pathos* do sangue despejado e do sacrifício assumido, “o anarquista e a bomba”. Transformada em clichê, essa imagem

28 Oitavo Congresso Geral da Internacional, ocorrido em Berna (26-29 de outubro de 1876).

29 *Bulletin de la Fédération jurassienne*, núm. 3 de dezembro de 1876.

30 Carlo Pisacane (1818-1857) reivindica em seu *Testamento*, muito conhecido pelos internacionalistas, os atos que fazem “uma propaganda mais eficaz que mil volumes escritos pelos doutrinários”. Ver Pier Carlo Masini, *Storia degli anarchici italiani*. Milano: Rizzoli, 1968, p. 109.

será constantemente repetida e estimulada pela imprensa burguesa, deixando sob a sombra as profundas diferenças que existem entre uma ação destinada a suscitar a insurreição, o tiranicídio e o atentado às cegas.

Quando, em 14 de julho de 1881, se reúne em Londres o Congresso Socialista Revolucionário Internacional nos salões do cabaré de Euston Road, a política estava sob alerta. O diretor da polícia de Paris, Andrieux, conseguiu introduzir seu agente secreto, Serreaux ou Spilleux, na delegação francesa composta, entre outros, de Louise Michel e Kropotkin. O governo de São Petersburgo estava especialmente avisado e, após o congresso, realmente apavado pelas “propostas desses descrentes”, propostas que os agentes do czar, em seus relatos, tinham evidentemente “apimentado” no nível das declarações inflamadas do provocador Serreaux, que falava de incêndios, assassinatos e bombas de dinamite.

A atmosfera política da época facilitava os transbordamentos verbais. Quatro meses antes, depois de sete tentativas fracassadas ou desmanteladas, Alexandre II caiu sob as bombas da *Narodnaia Volia* (a Vontade do Povo), no 1 de março de 1881, em São Petersburgo. Os revolucionários detidos como responsáveis do atentado são enforcados em 14 de abril. Entre as vítimas, encontrava-se

Sofia Perovskaia, antiga companheira de Kropotkin. A notícia chega rapidamente a Genebra, onde este vivia, causando-lhe uma grande dor e uma indignação extrema. Kropotkin e sua companheira Sophie se declaram prontos à disposição da *Narodnaia Volia* para trabalhar na Rússia, mas os amigos russos, Stepniak e Tcherkessof, os dissuadem disso ao insistir sobre a importância da presença de Kropotkin em Londres como delegado dos grupos de Lyon no congresso de julho, em especial porque o congresso deveria decidir a refundação da Internacional³¹. Apesar da situação emocional tensa que reinava, o congresso reafirma a autonomia das federações e vota pela criação de um escritório internacional que não terá uma existência real, mas o Congresso de Londres permanecerá na memória por ter aprovado a seguinte resolução:

“Considerando que a AIT reconheceu necessário juntar à propaganda verbal e escrita a propaganda pelo feito (...)”, o congresso declara o voto para que as organizações participantes propaguem pelos atos as ideias revolucionárias “ao sair do terreno legal (...) para dispor nossa ação ao terreno do ilegalismo, que é o único meio que leva à revolução”. É

31 Ver G. Woodcock e I. Avakoumovitch. *Pierre Kropotkine. Le prince anarchiste*. Paris: Calmann-Lévy, 1953, p. 127-130.

necessário, então, “ter recursos para os meios que estejam em conformidade com essa meta.” E, por consequência, “as ciências técnicas e químicas, tendo já rendido resultados à causa revolucionária, estão convocadas a dar outros maiores ainda”, devem ser estudadas e aplicadas³².

Talvez seja a caça aberta pelos nihilistas russos contra o czar que estimulará os espíritos ao carregar consigo essa fascinação pela violência individual, pela química e pela dinamite, que invade as colunas dos jornais e produz efeitos sociais durante o curto período dos atentados anarquistas na França³³. O ato ilegal ou violento desconectado da ação coletiva, do movimento operário ou de um viés insurrecional, encontra rapidamente seus limites. As correntes que nos prendem atravessam o tecido social. Pode-se arrasar a vontade do autocrata, mas não é com bombas que se dinamita uma relação de dominação. No entanto, a “propaganda pelo feito”, denotando uma vontade selvagem de intervir, de mudar o curso das coisas, ligada à insurreição por suas origens, será facilmente identificada com a ação direta.

32 Jean Maitron, *op. cit.*, p. 114.

33 Jean Maitron, *op. cit.*, vol. I: “A era dos atentados (1892-1894)”. Na categoria das ações individuais, é preciso deixar de lado o tiranicídio, que exige outra análise.

Com a passagem do tempo, novas condições para a luta social surgiram, e a relação das forças também se modificou. A partir daí, cada vez mais distante do campo sindical como consequência de sua legalização e da então regulamentação crescente do direito de greve, a ação direta foi entendida mais num sentido amplo, como o feito “de agir por si mesmo”, de não delegar, como um modo de se lutar sem solicitar nada a uma autoridade tutelar.

Assim Voltairine de Cleyre, em uma conferência feita em Chicago, em 1912, ao defender a organização operária e a greve geral, afirma que “assim que a classe operária internacional não se despertar, a guerra social se seguirá”, e ela justifica todas as formas de “ação direta”: a greve, o boicote, o ato individual bem como a bomba de Haymarket. Voltairine de Cleyre iniciou uma crítica do amálgama intencional entre a “ação direta” e os “ataques violentos contra a vida e a propriedade” das pessoas. Não, diz ela, “toda pessoa que reivindicou um direito, sozinha ou com outros, praticou ação direta”. Os IWW utilizam a tática da ação direta, mas todos podem a praticar ao “se recusar a dar recursos para a ação política”³⁴. A ação política é a ação indireta, aquela que apela aos representantes.

É o recurso à ação indireta – mé-

34 Voltairine de Cleyre. *Désespoir et de raison. Écrits d'une insoumise*. Québec: Lux, 2008, p. 138.

todo impotente para acabar com o empecilho da exploração capitalista e da dominação política – que, lentamente mas com certeza, domestica a greve, integra a organização operária ao sistema estabelecido, impõe a colaboração de classes e consolida a submissão tradicional do operário ao patrão, da maioria à elite.

A greve selvagem

Em 25 de agosto de 1884, na França, tendo no mesmo ano sido promulgada a lei que legalizava as organizações sindicais, o ministro do interior Waldeck-Rousseau recomenda aos prefeitos a oferecer auxílio na organização das associações profissionais. Na Alemanha, no ano anterior, Bismarck havia elaborado o primeiro dos grandes sistemas de segurança social obrigatórios. Desde os últimos anos do século XIX e do começo do século XX, os Estados europeus tomam em conta a condição operária ao estabelecer progressivamente leis de proteção e controle. Assim serão aprovadas pelos parlamentos leis capitais relativas aos acidentes de trabalho, à velhice, à doença, à invalidez e ao desemprego. A lei de 1910 sobre a aposentadoria operária e agrícola é votada ao mesmo tempo que começa a redação do Código do Trabalho e Previdência Social; em 1932, será promulgada a lei sobre as alocações fami-

liares, etc. Após a Libertação de Paris, o essencial do sistema chamado “Segurança Social” estará bem estabelecido na França³⁵.

O movimento operário se encontra, então, prisioneiro na rede de um dilema. Ele condena a princípio, com a potência da corrente revolucionária, a tomada de ação pelo Estado sobre a vida cotidiana de cada trabalhador, homem ou mulher, e de seus filhos. Mas, apanhado pela garganta, corroído pelas longas jornadas de trabalho, pelo desemprego e pela miséria, o proletário não pode recusar a melhoria de sua condição não importando de onde venha. Ele deve pagar o preço e trocar o orgulho da revolta pela submissão à mendicância.

No congresso de Amiens, Merrheim³⁶ faz uma intervenção para criticar as leis operárias, denunciadas como formas de arregimentação do sindicalismo. Em 1912, a CGT luta ainda de modo antiparlamentar contra a legislação sobre a segurança social, para a qual ela organizava o boicote. Mas, depois da criação da Internacional Vermelha, a CGT, submissa a Moscou, esquece suas origens e a autonomia das

35 Henri Hatzfeld. *Du paupérisme à la Sécurité Sociale*, 1850-1940. Paris: Armand Colin, 1971.

36 Alphonse Merrheim (1871-1925), ferreiro, sindicalista revolucionário, secretário da Federação do Cobre, membro do Comitê Confederal da CGT.

federações até riscar de seus estatutos, depois de 1968, a abolição dos salários, que lá ainda aparecia. O caminho da lei promovido pela social-democracia leva vantagem, e a luta operária, atolada no pântano da colaboração de classes, perdeu sua finalidade revolucionária. A via parlamentar toma a dianteira em relação à ação direta.

A contradição constitutiva da organização operária revolucionária, imediatista e finalista ao mesmo tempo, manteve a tensão interna que fazia sua força, e essa tensão foi rompida em prol apenas da reivindicação imediata, apenas da “melhoria possível”, do aumento do “poder de compra” – nada que o capitalismo não permita – ao abandonar a busca da abolição do regime de salários, ao desistir da esperança da libertação.

Os internacionalistas sabiam que “a greve é (...) um meio precioso de luta”, mas eles não levavam em conta “seus resultados econômicos”. A ação direta deveria ultrapassar o nível corporativo, suscitar a greve solidária e ir em direção à greve geral. Não se imaginava uma greve geral de 24 ou 48 horas; ela visava a insurreição ou a revolução. O que permitia dizer: “Uma greve é uma revolta ou uma enganação”.

A greve legalizada, regulamentada, domesticada, obriga a ação direta a se refugiar na greve selvagem, nas ocupações de fábricas, no sequestro de patrões, na sabotagem. Por um desses retornos que a história conhece, voltamos aos métodos de origem. Nesses métodos, centrados sobre a ação direta, a esperança de um novo começo pode encontrar resultados.

Eduardo Colombo é filósofo anarquista e faz parte do comitê redator da revista *Refráctions*. Texto originalmente publicado em *Refráctions*, núm. 25 (segundo semestre de 2010), traduzido para o português por Daniel Falkemback.

Leituras Libertárias

Organização política anarquista: Críticas, autocríticas e aprendizados

Alexandre Samis e Robson Alves

Ao longo de nossa trajetória de militância, que percorreu tempos e lugares distintos, temos aprendido e defendido a importância da Organização Política para o Anarquismo. Neste período, colhemos algumas experiências de formas de organizações bastante exitosas e outras nem tanto. No geral, temos conduzido uma luta incessante para combater a ideia básica, tragicamente disseminada, que atribui ao Anarquismo o “espírito” da desordem, da baderna, da desorganização.

Não foram e nem são poucas as críticas nesse sentido. E de fato, infelizmente, sob a pena do desconhecimento quase que completo, muitas pessoas chegam ao “anarquismo” pela simples revolta. Sob a ideia de “caos” passam a defender uma ideia que desconhecem. Contrariando esta concepção equivocada do senso comum, o Anarquismo afirma organização, compromisso, ética e responsabilidade.

Neste texto gostaríamos de pontuar algumas questões que nos parecem relevantes quanto à organização política anarquista. Obviamente, como reflexões, o texto é uma mostra a partir da experiência que vivenciamos na nossa militância e está sujeito a críticas, tanto quanto qualquer atuação militante. Ele parte de algumas premissas que julgamos corretas para a transformação social revolucionária com orientação libertária. Em primeiro lugar, para a viabilidade dessa transformação, entendemos que é fundamental para o militante estar organizado. Em segundo lugar, que é necessário escolher a forma organizacional que melhor se adequa à realidade regional, visando potencializar o projeto. Em terceiro, é indispensável observar a dualidade organizacional (nível político

e nível social), evitando que se ideologize os movimentos sociais e para que os anarquistas, organizados, madurem as experiências coletivas de atuação em comum e reforcem as lutas em graus cada vez mais radicalizados.

O tema da Organização Política Anarquista é vasto e já imerso em mil versões. Entre discordâncias de parte e de fundo, essa forma de atuação política tem crescido. E ao passo do seu crescimento, como é comum, a experiência com base no acúmulo de militância tem dado desenvolvimentos diversos a cada agrupamento político anarquista. Aqui compartilhamos algumas de nossas definições, críticas, autocríticas, aprendizados, que com passar do tempo fomos acumulando e achamos relevante compartilhar.

A ação do indivíduo e do coletivo: alguns apontamentos breves

Tomando como referência os clássicos é possível chegar à conclusão de que, no geral, cabe ao(s) indivíduo(s) edificar o movimento¹, mas não a História. Na extensão dessa lógica, entendendo como razoável essa primeira parte da sentença,

1 Entendemos a ideia de movimento dentro da perspectiva da dualidade organizacional, constituindo-se assim na relação permanente, complementar e não subordinada entre os níveis político e social. Todavia, quando nos referimos concretamente ao “movimento” estamos falando também dos movimentos sociais.

caberia ao movimento, a esse sim, fazer a História. Esta, pela sua dilatada duração, ao ignorar os limites da existência biológica do indivíduo, será sempre e necessariamente o processo mais abrangente, fruto por isso mesmo de acúmulos, de ações concretas cuja autoria acaba por se diluir em um conjunto tão complexo quanto mais amplo, tanto mais amplo quanto menos atribuído a uma pequena parte do todo. Seria assim a consequência de uma infinidade de iniciativas de indivíduos, grupos e sociedades simultaneamente agentes e multiplicadores dos resultados de experiências e de realizações, tanto mais diversas quanto forem os atores sociais. Por esse prisma não há um modelo de sociedade, mas um projeto, sempre novo e original, na medida mesmo da participação de todos.

O entendimento desse todo orgânico é, antes de tudo, a negação de qualquer premissa que desconsidere a necessidade de normas, menos ainda uma evidência de que é necessário uniformizar para organizar. Muito diversamente, na tradição proudhoniana da *dialética serial*, a unidade só pode ser atingida no combate à uniformidade, no constante desenvolvimento de núcleos de potência dedicados a transformar a realidade. Sendo estes tanto mais autônomos quanto estiverem articulados e, no nosso entendimento, tanto mais articulados na medida da sua afirmação de autonomia.

Assim pensando, há que se conside-

rar a necessidade de organização, de sua mais plena realização, como obra coletiva, combinada e pactuada pelos envolvidos diretamente na luta. Um tipo de relação que, pela natureza e corte de classe, deve necessariamente privilegiar o movimento e não o(s) indivíduo(s). Algo que colabore para que o sentido histórico, sempre sensível ao movimento, encontre na ação coletiva sua mais clara parceria. Em suma, os revolucionários devem contribuir para que História e movimento se tornem cúmplices.

Para tal há certa utilidade em reconhecer que a dinâmica da complementariedade entre as esferas, individual e coletiva, pública e privada, parte e todo, não foi ainda claramente compreendida. A importância de cada uma delas, ou se há prevalência de uma sobre a outra, é ainda matéria polêmica. E talvez resida exatamente aí a razão de existirem correntes por vezes antagônicas dentro do movimento libertário. Uma oposição que, antes do mais, prescreve hierarquias entre as esferas, quando na realidade o que existe é uma relação. Uma relação que, entrecortada por contradições, ainda assim, consegue promover a ação social coordenada na direção de um mesmo objetivo. Uma relação “autoexplicativa” que torna ainda mais evidente o absurdo de separar indivíduo de sociedade. Não se trata de supervalorizar o indivíduo, como fazem alguns, ou de exaltar a supremacia do coletivo sobre este, como querem outros. Mas de

enxergar justamente na relação entre o indivíduo e o coletivo, posto que é nela que encontramos a potência dos movimentos, as possibilidades de criação de uma força social com capacidade de transformação.

Sobre minorias ativas e vanguardas

O vocabulário político que separa os militantes organizados da massa de produtores permanece ainda hoje tributário dessa falsa dicotomia. Ele ainda não se tornou suficientemente claro para, nos meios libertários, demarcar a abissal diferença, por exemplo, entre “minorias ativas” e “vanguardas”. Um problema que, para muito além do simples entendimento, pode acarretar enormes distorções ideológicas. Grandes o suficiente para produzirem inflexões importantes nas estratégias e táticas das organizações anarquistas. Graves o suficiente para permitirem a descaracterização da ação concreta de grupos e organizações no cotidiano da luta social.

No geral, a “política de vanguarda” consiste em que os maiores interessados avancem somente na medida dos golpes desferidos por uma elite militante, esta sempre em primeiro plano, e, dessa forma, necessariamente dirigente. Cenário no qual a “massa” deve avançar no justo ritmo imposto pelos mais “qualificados” e “destemidos” revolucionários, caminhando invariavelmente sempre atrás deles, conquistando de forma secundária e su-

bordinada cada palmo do terreno a ser tomado à burguesia.

Esse procedimento é tanto mais condenável por, no médio e longo prazo, apresentar-se como a forma mais eficiente de retirar a capacidade de luta do coletivo concentrando-a em uma figura ou pequeno grupo político. A “política de vanguarda” é a forma mais usual de retirar do coletivo o seu protagonismo no movimento. Ela socializa os prejuízos com o coletivo em caso de fracasso de uma ou mais lutas e, por outro lado, reforça o personalismo em caso de vitórias. Não deixa também aqui de ficar evidente a dissociação ou instrumentalização entre as esferas individual e coletiva, ou ainda, a hierarquização de uma sempre em prejuízo da outra.

Em oposição a isso, já sublinhados os aspectos aqui criticados na teoria da “vanguarda”, o papel da “minoridade ativa” deve ser bem diverso. Ainda que esta não se proponha a servir de elemento solúvel na massa, as minorias devem levar em conta a interdependência das esferas. Devem agir no entendimento da relação que se estabelece também entre o social e o político. Entre a intenção e o gesto.

O bom entendimento da relação entre o social e o político é de fundamental importância. A confusão entre essas duas esferas tem levado o movimento libertário a inúmeros equívocos. Muitas vezes, ao privilegiar o social (terreno concreto das lutas) dispensamos a importância da organização política. Isso tem causado o

esfacelamento de inúmeros agrupamentos anarquistas na nossa história recente (ainda que nem todos os agrupamentos tenham se desarticulado por este motivo). Tem conduzido à fragmentação e cisão de grupos anarquistas e, invariavelmente, influenciado algumas das concepções teóricas presentes hoje.

A supervalorização do político (nível de organização especificamente anarquista), em detrimento do social, também tem colaborado para diversos fracassos do ponto de vista tático e estratégico desses grupos. Pode-se inclusive observar que a prevalência ou quase exclusividade do aspecto político em uma determinada organização é aliada da supervalorização teórica. Esta, pouco estranha aos fundamentos das correntes marxistas, tem conduzido o anarquismo organizado a ações que vilipendiam a sua própria ideologia, a orientações que a descaracterizam e afastam de sua tradição histórica.

Aqui ressaltamos que quando se valoriza em demasia o plano teórico, não raro, menospreza-se a realidade. A teoria deve ser coerente e conduzida em sintonia e a partir da realidade. De outro modo, a supervalorização teórica tenderá, a todo custo, subordinar realidade a teoria. Um fenômeno já perceptível em alguns grupos que, no nível social, agem em conformidade com a teoria de vanguarda, uma vez que: “se já sabemos a teoria correta, o que esperar de novo da experiência de luta social?”.



Destarte, o falseamento da relação entre o social e o político, de forma consciente ou não, pode trazer inúmeros prejuízos à ação organizativa do grupo. Quando este se dá de modo consciente, via de regra, é sentido e consentido dentro da organização política, o que termina por permitir a criação de táticas nebulosas ou mesmo “entendidas” por apenas alguns do grupo (que se aproveitam dessa falha). Quando o falseamento se dá de modo inconsciente, uma vez que a organização não percebe a confusão entre o que é próprio do político (organização anarquista) e o que é do social (movimentos em geral), o perigo para a organização é bastante considerável. Uma vez que, diante desse fato, a esfera social pode, por exemplo, ser encarada como apenas complementar ao grupo especificamente anarquista, um galhardete, um trunfo a ser exibido e ostentado, efetivando-se assim uma política de submissão.

No nosso entendimento a minoria ativa deve encontrar no campo dos opri-

midos as bandeiras que melhor sintetizam as necessidades destes, dialogar a partir delas e entender os limites impostos pela realidade aos sacrifícios das “massas”. Deve colaborar para que, quando os maiores interessados estiverem dispostos, eles próprios iniciem a onda radical que levará a todos ao campo aberto da revolução. Em suma é preciso seguir o povo na sua revolta, envidando esforços para que esta fique cada vez mais clara e objetiva para todos, entendendo-a nos seus detalhes e descobrindo os seus segredos na ação cotidiana. O protagonismo deve ser sempre, e invariavelmente, daqueles que produzem coletivamente a riqueza.

Pode-se enxergar aqui, nos meios, bem como no método, a diferença entre a transformação tutelada e a transformação emancipada. A organização específica anarquista não pode prescindir de seu corolário social e, por isso mesmo, deve entender que tem autonomia relativa em relação a ele. Não deve querer-se parte plenamente constituída sem o seu com-

plemento, e, menos ainda, a parte do todo dotada de maior clareza, pois se assim fosse: “o partido teria sempre razão”.

Das vantagens da relação

Uma organização política tem que se afirmar por ela própria, ser propositiva. É conveniente, portanto, que forme sempre algum juízo sobre a existência de grupos sectários com muita retórica, pouca base social e que fundamentem sua ação, antes de tudo, na negação dos outros. A obra criativa da Revolução tem que se sobrepor à destrutiva. É preciso demolir, mas com clara visão do que se quer construir. O objetivo último do socialismo é a edificação de outra sociedade e não produzir um amontoado de escombros. Durante e depois da barricada é preciso produzir, alimentar e garantir a vida útil da(o)s trabalhadora(e)s, em um processo contínuo de autogestão. A experiência da classe operária é generosa na medida da indignação, as revoluções burguesas é que sempre se alimentaram do ressentimento.

O sectarismo, via de regra, é filho da trágica miopia que divide e dissocia as esferas constitutivas da sociedade. É comum encontrar nas justificativas da ultravanguarda um mesmo núcleo argumentativo, um mesmo nexos. Sempre há a prevalência do partido sobre a sociedade, do político sobre o social. Nesse caso, no geral, a experiência coletiva da

classe trabalhadora serviria muito mais de elemento retórico que propriamente demonstrativo da necessária relação entre o político e o social. Em maior ou menor grau, em escalas diferenciadas, ainda assim a estrutura de pensamento não consegue resistir a essa lógica sistêmica. Um sistema segundo o qual a realidade e a transformação da mesma seriam o resultado do somatório dos decretos revolucionários elaborados pela seita “mais correta”, autorreferenciada como mais “revolucionária”.

Em franca oposição a tal postulado, a ação militante nos meios sociais precisa levar em consideração a relação entre as esferas (político e social). Deve entender-se parte de um todo mais complexo que a própria organização específica anarquista, sem o qual a organização perderia sua identidade, sua função, seu objetivo final. É nesse campo que a dimensão classista é mais necessária, é nele que as posições precisam ficar claras, bem como as opções estratégicas. Em certa medida, a falta de tal entendimento conduz invariavelmente a organização à sua burocratização, uma vez que esta passa a viver para si mesma, para sua autopreservação, e não para que sejam alcançados os objetivos para os quais foi criada. Dessa forma, é possível encontrar na lógica da interdependência das esferas também o antídoto contra a burocratização das organizações anarquistas. A atuação militante do

anarquista organizado deve ser pautada sempre pelo seguinte princípio: a Organização está a serviço do projeto de transformação social, e não o contrário.

Sobre as formas e possíveis níveis de organização

O entendimento da correlação entre o político e o social é fundamental para o desenvolvimento de uma organização anarquista. Assim cabe agora tratar, ainda que esquematicamente, do que entendemos como âmbitos de organização.

Simplificadamente, podemos identificar três esferas de organização. Seriam elas: 1) a social; 2) a político-social; 3) a política.

1) A esfera social é aquela das organizações populares e de massas, organizações que agrupam um segmento popular de luta, independente de suas posições políticas. Dela fazem parte: sindicatos, conselhos estudantis, organizações comunitárias, movimentos contra opressões de gênero, etnia, opção sexual etc. Neste campo se deve buscar a unidade da maneira mais ampla possível, rechaçando sectarismos e respeitando as diferenças ideológicas. A unidade realiza-se em torno de demandas concretas e são privilegiados os objetivos de curto prazo. Isso não significa, em absoluto, o abandono de objetivos de médio e longo prazo, mas tão somente que – aqui, propriamente neste campo de atuação – o que estará em ques-

tão será, principalmente, a luta contra um tipo de opressão específica ou necessidade imediata. Em grupos dessa natureza são bem-vindos indivíduos de correntes políticas diversas. Estas podem legitimamente ser propagandeadas no seio da organização, mas nunca com a pretensão de instaurarem alguma espécie de “ideologia oficial” do movimento, pois o objetivo é que ele se fortaleça, independente de concepções filosóficas, religiosas ou políticas (em sentido estrito) de cada militante.

Aqui se milita em torno de demandas concretas, fazendo a denúncia constante das contradições sociais. Daí é natural que essas organizações se politizem (em sentido amplo, considerando-se que todas as relações sociais implicam, também, relações de poder, logo, políticas) nos embates cotidianos e no curso da luta de classes. Sem importar o quão “politizadas” estão essas organizações, elas não podem jamais confundir-se com um grupo político ou com uma tendência (gru-pamento político-social). É preciso ter clareza de que o objetivo é que as ideias inspirem amplamente, mas que devemos evitar impor etiquetas ideológicas sobre estas organizações, e assim impedir expurgos ideológicos – particularmente dos setores minoritários.

2) A esfera político-social é a das tendências, redes, correntes ou frentes. Ela representa um nível intermediário no qual se aglutinam elementos de um segmento popular específico, mas que têm

em comum certas linhas políticas. Este último ponto marca a diferença mais sensível em relação à esfera social. Esta inclinação política não pode ser, em todo caso, tão definida como àquela requerida para o pertencimento a um partido ou grupo político. Certos militantes ou ativistas que partilham duma mesma visão e que compartilham políticas em relação ao ponto específico que lhes une (seja a atividade sindical, estudantil ou comunitária), podem organizar-se para formar certa corrente no seio de um movimento ou organização maior. Seria, nesse caso, uma afinidade maior no campo da metodologia o que uniria esses militantes na atuação no meio social em que estão inseridos. Teriam suas bases de acordo e alguns pontos políticos comuns, bem explicitados, não adotando um corte ideológico definido (nem expresse, nem veladamente). Não é necessário concordar em tudo: aqueles que compõem essas frentes podem estar em desacordo sobre muitas outras questões que não afetem a luta específica nem o trabalho cotidiano da organização da qual são membros e que, por isso, são irrelevantes para o nível de unidade requerido nestes espaços.

Uma tendência político-social pode atuar em vários campos da luta social e, para tanto, pode organizar-se em frentes. Estas terão uma autonomia relativa e obedecerão a uma estratégia geral da tendência. Elas podem reunir-se para deliberar sobre questões táticas e operacionais, vi-



sando melhorar a dinâmica da organização. Esta, neste caso, terá seus princípios bem claros, métodos de luta e modos de operar. A ênfase da tendência encontra-se nos objetivos de médio prazo, em particular, na organização consistente de movimentos sociais e populares.

3) A esfera política é aquela das organizações políticas em sentido estrito. É a mais específica de todas, e compõe-se de pessoas provenientes de diversos setores populares (estudantes, trabalhadores e outros), que compartilham de ideologia definida, orientação política, programa, táticas e estratégias próprias, bem como objetivos de longo prazo. As pessoas que estão neste campo de atuação são, normalmente, oriundas de espaços sociais diversos, e, por isso, o que as une mais é um ideal que se refere à transformação

da sociedade como um todo. A unidade, nesta esfera, é muito mais restrita, envolvendo uma adesão a um determinado sistema de pensamento e uma clara identificação ideológica. Há acordo em relação a um programa coletivo de intervenção na sociedade, buscando sua transformação num dado sentido: um projeto, uma utopia – no sentido positivo da palavra.

Cada um desses níveis deve ter condição de realizar seu potencial, utilizando como requisitos fundamentais a democracia direta e a participação de base. Se os níveis político-social e social não podem servir como braços do nível político, que funcionaria, nesse caso, como cabeça do corpo, o contrário também não pode acontecer: que o nível político seja uma correia de transmissão dos outros níveis. A interação, portanto, tem que ser complementar e dialética.

*
* *

Em certo aspecto é possível afirmar que um militante libertário deve ser ortodoxo no entendimento da ideologia e heterodoxo na sua aplicação. Ou seja, fazer o que faz a partir do que escolheu ser,

mas não apenas por isso. É fundamental definir a posição ideológica, divulgá-la onde quer que o militante esteja, e na mesma medida saber traduzir em atos, táticas e estratégias as nuances ideológicas que separam, por exemplo, o militante anarquista dos demais representantes das outras tradições do socialismo. Tal consciência é parte do esforço de não “perder-se de si mesmo”, tanto no contato com a realidade, como na relação com as esferas nas quais está envolvido o militante. Esse “equilibramento”, usando novamente um conceito proudhoniano, não está isento de contradições e de permanente tensão. Na verdade, ele é condição permanente da militância, é parte indissociável da experiência coletiva, é o grande desafio a ser encarado por militantes e organizações.

Como última reflexão, também subsidiária ao que foi aqui exposto, é útil reforçar que o sectarismo em qualquer setor social é a morte da criatividade, e a revolução é necessariamente um ato coletivo de criação. Por conseguinte, deve-se ser otimista no longo prazo e pessimista no curto prazo. Certo de dias melhores no futuro e convicto de que, sem organização agora, pouco ou nada teremos adiante.

Alexandre Samis é professor de História, militante da Organização Popular e membro do Instituto de Estudos Libertários (IEL). **Robson Alves** é professor da Rede Pública do Estado do Ceará e pesquisador da educação libertária. É também militante da Organização Resistência Libertária (ORL/CAB) e membro do Instituto de Estudos Libertários (IEL). As imagens que ilustram o texto são de autoria de **Clifford Harper**, artista e militante anarquista.

Podemos? Só se for abaixo e à esquerda

Panclasta

No final de maio, as eleições municipais da Espanha elegeram Manuela Carmena como prefeita de Madri e Ada Colau, prefeita de Barcelona. Ambas concorreram pelas chamadas “confluências cidadãs” – *Ahora Madri e Barcelona en Comú*, respectivamente. Esta foi até agora a maior vitória do projeto político do Podemos, um partido que ganhou simpatizantes por todo o mundo que acreditam no seu potencial de renovação da esquerda. Em geral, estas mesmas pessoas compartilharam este sentimento com o partido Syriza (no comando da Grécia desde janeiro) até a “traição” do primeiro-ministro Alexis Tsipras que, eleito com a promessa de não aceitar nenhum novo plano de austeridade econômica, aprovou um novo plano nesses moldes dias após a população grega rejeitá-lo em um referendo convocado pelo próprio primeiro-ministro. Meses depois, Tsipras renunciou ao seu cargo de primeiro-ministro.

Esse sentimento de esperança por uma renovação da esquerda a partir da experiência do Podemos na Espanha e do Syriza na Grécia recai na velha crença de enxergar o Estado como possível instrumento para transformação social. Para que a esperança não vire mais uma desilusão com um projeto frustrado ou então pior, um desastre em um projeto “desvirtuado”, cabe observarmos essas duas experiências e vermos como, apesar dos ares de novidades e de um design repaginado e moderno, o Podemos e o Syriza não passam de mais do mesmo em versões mediterrâneas.

A nova política do mais do mesmo

Um dos pontos positivos apontados pelos simpatizantes do Podemos é sua relação com os movimentos sociais. Criado após o grande movimento de mobilização popular que varreu a Espanha, conhecido como *Indignados*, o Podemos reuniu em seu processo de formação um número considerável de grupos influenciados por esta mobilização. Além disso, nas últimas eleições municipais que acabamos de citar, o Podemos criou em torno de si coalizações de movimentos sociais para sustentar candidaturas em diferentes cidades, chamadas de “confluências cidadãs”. Dessa forma, na visão de algumas pessoas, o Podemos supera a lógica partidária tradicional de aparelhar movimentos sociais, subordinando-os às suas decisões; para seus defensores, o Podemos estabelece uma relação horizontal com os movimentos sociais, não buscando nenhum tipo de atrelamento destes com seu programa.

Porém, ao observarmos a trajetória de outros partidos de esquerda, vemos que a estratégia de aproximação com movimentos sociais traçada pelo Podemos não é nenhuma novidade. Partidos socialistas, em diversos países, quando criados tinham um vínculo estreito com movimentos sociais e, curiosamente, assim que assumiram o poder se afastaram deles, criando um

verdadeiro abismo. Dentro da própria Espanha, o PSOE, tradicional partido de esquerda, foi criado por socialistas que atuavam no seio do movimento operário (criando sindicatos, escolas, centro sociais e outros espaços organizativos) mas lutando por conquistar reformas através do sistema eleitoral. A maioria dos outros partidos sociais-democratas na Europa tiveram a mesma origem e hoje alguns deles estão à frente de seu país, cortando direitos sociais duramente conquistados pela luta de gerações em nome de um “equilíbrio fiscal” que só olha para os interesses do mercado, como no caso da França do presidente socialista François Hollande. Olhando para uma realidade mais próxima de nós, o PT é outro exemplo. Na sua criação, na década de 1980, o PT tinha um forte vínculo com movimentos sociais, como as organizações sindicais e do campo. E hoje, bom, não é necessário falar no que deu...

Algumas pessoas podem falar que o Podemos sabe bem de todos esses partidos que se “desvirtuaram” do caminho traçado e que não irá cair nos mesmos “erros”. Então vamos olhar para a (curta) experiência do Podemos: criado em janeiro de 2014, teve sua estrutura organizativa discutida em uma assembleia em outubro do mesmo ano. Foram apresentadas duas propostas: de um lado, uma estrutura organizativa vertical, em que a toma-

da de decisões ocorra por meio de um grupo eleito como uma direção do partido; de outro, uma direção rotativa e com a tomada de decisões por meio de consenso em assembleias, como acontecia no movimento dos *Indignados*. A primeira proposta foi a escolhida com cerca de 81% dos votos. Ou seja, nove meses após sua fundação, o Podemos e sua proposta de uma “nova” política escolheu a forma de organização partidária mais tradicional, pautada na divisão entre direção e base. Seu principal articulador, Pablo Iglesias (eleito como secretário-geral do partido na mesma assembleia) comemorou a escolha por sua proposta, defendendo sua importância para uma melhor eficácia nos processos eleitorais.

Mas pode-se falar de uma “traição”

de Iglesias ou que o projeto político do Podemos está se “desvirtuando”?

Syriza, o “traidor” da vez

Para responder essa questão, é interessante também olharmos para o mais novo “traidor” da esquerda: o primeiro-ministro grego Alexis Tsipras e seu partido, o Syriza. Em forte crise econômica desde 2008, a Grécia adotou diversos planos econômicos que cortaram grande parte dos gastos do Estado em políticas sociais, além de privatizar bancos e empresas estatais, batizados eufemisticamente de “planos de austeridade”. Esses planos foram pautados pelos interesses dos credores da dívida grega, chamada de *Troika* – formada pelo Fundo Monetário Internacional



Pablo Iglesias, secretário-geral do Podemos

(FMI), pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia, que delegou suas decisões para o Eurogrupo (a reunião dos ministros das finanças dos países que compõem a zona do Euro). Eleito em janeiro de 2015 com a promessa de acabar com a austeridade, o Syriza e Alexis Tsipras, após pressões da *Troika* para assinar um novo plano de austeridade em troca de um resgate econômico, convocaram um referendo para consultar se a população grega aceitava ou não que seu governo assinasse este novo plano. Com a maioria absoluta rejeitando tal opção, Tsipras voltou a mesa de negociações com a *Troika*. Diferente daquilo que se esperava, dias após o resultado do “não” Tsipras propôs ao parlamento um novo plano de austeridade, com medidas ainda mais graves do que aquele que havia sido rejeitado pelo referendo. Membros do seu próprio partido o criticaram por tal posicionamento. Diante de tal incoerência, Tsipras renunciou ao seu posto de primeiro-ministro meses depois.

Com isso, ocorreu uma virada. Se até o referendo, o Syriza encantava os olhos da esquerda internacional – sendo uma inspiração inclusive para o Podemos – a partir desse momento Tsipras e seu partido foram vistos como “traidores”. Nesse ponto é válido prestarmos atenção: qual o pensamento que está por trás da afirmação que o Syriza é um “traidor”, ou que o Pode-

mos está se “desvirtuando” ?

Ao enxergar por esse ponto de vista, afirma-se conseqüentemente que bastaria outro partido ou governante “fiel” aos seus princípios no poder que as coisas seriam diferentes, que se outros dirigentes mais “comprometidos” com a luta de classes estivessem na direção do partido, sua combatividade estaria mantida. O curioso é que depois de tantos e tantos “traidores”, a esquerda insista em enxergar a realidade política sob esse ponto de vista. Quantos “traidores” ou “desvios” a mais serão necessários para mudar o foco sobre quem está no comando do Estado e passar a olhar para o Estado em si?

Os mercadores de ilusões

Continuar a falar de “traidores” e de “desvios” é reafirmar a visão de que o Estado é um instrumento neutro que serve a quaisquer interesses, que só depende de quem está no poder para alterar o rumo da política. Tsipras não é um “traidor” pois não se “desviou” em nada no rumo escolhido por ele e pelo seu partido. Para quem trilha o caminho da conquista do poder, só resta subordinar-se aos interesses do capital, uma vez que esse é o papel de quem está à frente do Estado.

O Estado moderno tem sua origem em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo. E isso não é mera coinci-

dência histórica. O Estado é a estrutura de organização social que dá suporte à dinâmica do capital, mas não porque é a burguesia que *está* no comando do Estado, e sim porque o Estado *é* uma instituição criada pela burguesia para atender seus próprios fins. E atende, pois permite duas condições básicas: a centralização do poder político nas mãos de uma minoria capaz de dominar milhões de pessoas e a legitimação desta dominação através da ficção da “soberania popular”. Assim, para conseguir manter sua dinâmica em cada território, o capitalismo precisa do Estado, que faz seu papel de gestor do capital em cada país a partir do exercício do seu poder. Também cumpre sua função de inculcar o respeito às autoridades e à hierarquia, tão necessário para que as pessoas se subordinem tanto ao seus patrões como aos seus governantes. Dominação e exploração caminham juntas, lado a lado.

Outro elemento da força simbólica do Estado, a “soberania popular” não passa de mera ficção. Para esclarecermos este elemento, vale a pena resgatarmos o que um velho barbudo russo disse há quase 150 anos. Bakunin viveu parte da sua vida na Suíça, um dos países que na época era tido como um dos regimes democráticos mais avançados, dado por seu sistema político descentralizado e pela recorrente prática do referendo. Vendo de

perto essas reformas institucionais, afirmou que “o movimento que se produz na Suíça é muito interessante para se estudar, pois ali assistimos a um processo típico de centralização política – isto é, recuo das liberdades – efetuado sob a aparência democrática de uma extensão das liberdades eleitorais”. Porém, Bakunin aponta que um sistema democrático somente permite uma real soberania popular caso os eleitores possam ter um controle efetivo sobre seus representantes eleitos e um conhecimento dos projetos de leis que são postos em consulta nos referendos. Porém, para que isso ocorra não importam as estruturas institucionais, mas sim a estrutura socioeconômica. Enquanto a ordem capitalista estiver intacta, de um lado a burguesia e as classes médias terão tempo livre e acesso à uma instrução adequada para o exercício da política, enquanto do outro lado os trabalhadores, explorados economicamente, permanecerão à margem das decisões políticas. Assim, nas eleições “os candidatos cortejarão Sua Majestade o povo soberano. [...] Mas acabadas as eleições, cada qual volta a suas ocupações cotidianas: o povo, ao seu trabalho, e os burgueses aos seus negócios lucrativos e a suas intrigas políticas.” Desse modo, “a liberdade não pode ser real senão quando o controle é real. Em contrapartida, se esse controle é fictício, a liberdade po-

pular torna-se necessariamente também uma pura ficção.” A mesma lógica vale para o sistema de referendo. Para que fossem realmente democráticos, o povo teria que ter tempo e instrução necessários para ter um conhecimento aprofundado sobre o que estavam votando, transformando-se “em um imenso parlamento ao ar livre”. Como não é o caso, Bakunin chama os referendos de “votação às cegas”.¹

Referendo na Suíça em 1870, referendo do Syriza em 2015. Contextos diferentes, mas alguns elementos permanecem. Os projetos do Syriza, com sua proposta de referendo – no qual ele mesmo desrespeitou seu resultado –, e do Podemos, com sua proposta de descentralização política (chamada de “aposta municipalista”) de democratizar o Estado por meio de reformas são mero engodo. Elas em nada mexem na sua estrutura econômica e permanecem no modelo de construção de políticas por meio do Estado, que inevitavelmente recai na lógica de governar de cima para baixo, com as decisões políticas centralizadas nas mãos de poucos. Um projeto político que visa a construção de uma sociedade baseada na

1 Trechos retirados do texto de Bakunin “Os ursos de Berna e o urso de São Petersburgo”. Esses trechos são comentados com maior profundidade por René Berthier, em seu texto “Os anarquistas e o sufrágio universal”, do livro “Os anarquistas e as eleições”, publicado pela Editora Imaginário (2014).

igualdade e na liberdade devem ter elas como seus princípios, e não a hierarquia e autoridade. Deve-se partir desde baixo, na organização de estruturas sociais que estejam fora e contra a lógica estatal e do mercado, sendo assim um instrumento de oposição e pressão ao Estado e ao Capital, conquistando melhorias sociais dentro da conjuntura atual, e ao mesmo tempo representar uma alternativa social e um prelúdio de uma sociedade libertária e igualitária. Tanto o Syriza como o Podemos, e todos os demais partidos de esquerda, ao subordinarem movimentos sociais à lógica do Estado, agem da mesma forma que os socialistas alemães da I Internacional, contra os quais Bakunin se opôs afirmando que ao envolverem o movimento operário na disputa do Estado eles “amarraram o proletariado à reboque da burguesia”². Se o Estado é o instrumento de organização social da burguesia, fixar-se nele é o mesmo que se prender à política burguesa.

Dessa forma, ao invés dos políticos de esquerda serem “traidores”, na verdade eles são mercadores de ilusões. Vendem a ilusão de que o processo de transformação social pode ter um atalho com a conquista do Estado, seja para se fazer a “revolução” (como se a tomada do Estado já trouxesse o processo revolucionário da noite para o

2 Mikhail Bakunin, “Escritos contra Marx”, página 154, Editora Imaginário (2014).

dia), seja para se fazer reformas, conquistar melhorias e avanços.

Quando Pablo Iglesias comemorou a vitória da sua proposta, para que o Podemos se organize a partir de uma estrutura em que as decisões políticas sejam tomadas de modo vertical a partir da divisão entre direção e base, afirmando que foi um passo importante para que o partido seja eficaz na

disputa das futuras eleições, ele estava correto. Se a intenção é criar um partido e disputar o Estado, tem que jogar conforme as regras do jogo, que no caso do Estado é a cisão entre a minoria que manda e maioria que obedece. Agora, se queremos transformar a política e criarmos outra sociedade, temos que subverter as regras existentes e nós mesmos criarmos as nossas próprias regras.

A anarquia como palavra

Diego Mellado

*Todos iguais, todos irmãos
Que nossa mãe comum guardamos todos
Nas prolíficas entranhas dos prístinos mares*
Manuel Gonzáles Prada

No começo dos tempos, o Cosmos estava infinitamente quente: pó, estrelas, tormentas de gravidade e explosões animavam o céu iluminado, ainda carente de escuridão. Durante esse primeiro período, as fusões nucleares cozinham novos elementos: as compactas partículas de hidrogênio e hélio deram vez a outras partículas mais complexas, como o ferro, o cálcio e o carbono. No entanto, pouco a pouco, aquele calor primordial foi se diluindo, detendo esse acelerado processo de expansão. A eclosão se deteve. A energia cósmica se distribuiu entre as luzes e a escuridão. Pese a isto, a expansão, mediante choques que deram corpo aos elementos, continuou empurrando a muralha do infinito, como se se tratasse do fruto daquela diminuta eclosão cósmica.

Em tal trama de expansão estamos nós, instalados em uma determinada posição em relação ao centro do Cosmos, ainda quente e demasiado violento para nossa vida, e aos confins do espaço, frios e escuros. Este nosso lugar é uma zona vital dentro do espaço sideral, onde é possível este estranho acontecimento que

constitui nossa existência.

Longe dos primeiros colapsos estelares, o céu nos faz incomensurável, sendo que antes foi menor que a ponta de um alfinete. O espaço, assim, se enche de formas que, de um modo ou outro, representam esse primeiro instante do qual tudo procede, como se fossem difusos reflexos de uma mesma luz. É esse traço que vai desde o microcosmos ao macrocosmos, onde a semente se assemelha a um universo em expansão, avançando desde o infinitamente diminuto até o infinitamente imenso de uma flor, que logo morre para alimentar a terra onde tudo volta a viver, num infinito processo de reprodução. Toda a história cósmica se encontra, talvez, na vida de uma planta. O Universo, carente de propósitos, lentamente morre. Sua energia alimentará, quem sabe, outros universos que estão por nascer.

Perdidos entre infinitos, nos encontramos longe da verdade, do conhecimento absoluto. Ali reside a ideia anarquista, grito que enuncia que nunca ninguém dirá a última palavra. Manuel González Prada, velho anarquista do Peru, canta em seu poema *Os Átomos*: «O pequeno, o invisível, tem a palavra do supremo enigma: talvez os átomos saibam o que os homens ignoram». O mesmo Mikhail Bakunin articulou suas ideias como um modo de construção do conheci-

mento e de situar-se em suas capacidades e limites. Em *Deus e o Estado*, ele explica segundo o movimento progressivo que parte no mundo inorgânico e avança até o mundo orgânico ou vegetal, logo animal e, posteriormente, humano: «da matéria química ou do ser químico à matéria viva ou ao ser vivo, e do ser vivo ao ser pensante». Caberia pensar que existem outros estágios além do humano, do ser pensante? Podemos imaginar até onde vai esse *movimento progressivo*, reconhecimento de que não somos o ponto mais avançado do Universo? Assim como não saberemos nunca a verdade do átomo, situada nesse pequeno infinito, também não conheceremos as verdades que conformam a esfera do imenso infinito que constitui o céu. Só sabemos que nos encontramos aqui e que nosso fundamento não está no céu, que não procedem nossas verdades de uma ideia divina e que a vida não emana de um deus criador. «O universo é eterno», escreve Bakunin, «e sendo eterno não foi criado nem nunca houve um deus criador». E Rafael Barret, observando o cometa Halley, concluiu: «Não: o céu não se ocupa da terra; somos nós que nos ocupamos do céu.»

Desde o inorgânico, a anarquia finca suas raízes na mãe comum que nos faz todos irmãos, na medida em que todas e todos estamos compostos



pela mesma matéria. Na trama do infinito, a anarquia é uma possibilidade, cujo fundamento é a harmonia. E a anarquia, precisamente, é uma ideia que nasce no sistema solar: Bakunin, segundo anota em suas *Considerações filosóficas*, supunha que o sistema solar estava em *harmonia* com o resto do Universo, já que «se essa *harmonia* não existisse, seria necessário estabelecê-la ou pereceria todo nosso sistema».

De tal forma, ante a deterioração social e os perigos que a humanidade corre de perecer, a anarquia coloca em questão a dominação e a servidão.

Autoridade e submissão refletem desordem: os elementos que conformam a comunidade estão separados (política e sociedade, especificamente), dissolvidos num caótico líquido de depressão, trabalho e apatia. O Estado, representante da divisão, vai além da instituição: ele supõe que toda relação social deve ser mediada pela autoridade. Isto, em outros termos, significa que o conceito de hierarquia e domínio se introduz em nossas vidas para sustentar sua reprodução em todos os âmbitos da vida, tanto privada como social. Não obstante, enquanto nos encontramos entre múltiplos infini-

tos, o estado de servidão não pode ser a única fórmula para uma sociedade como a nossa. «A terra é inesgotável», divagava Bakunin, «por restrito que seja, em relação ao universo, nosso globo é ainda um mundo infinito». A dominação e a servidão, nesse sentido, é uma das tantas formas que uma sociedade pode tomar – a sociedade, por ser anterior à humanidade, pode funcionar de infinitas formas: abelhas e formigas representam muito bem o que é uma sociedade em harmonia, através das suas arcaicas estruturas não perecem por si mesmas.

Esse *movimento progressivo* que se inicia no inorgânico não pode constituir um determinismo histórico: nem sequer as órbitas dos astros estão condenadas à mesma eclíptica; a cada instante estão mudando suas distâncias. Alguém poderia imaginar uma sociedade anarquista neste mesmo instante, ou projetar uma ideia dela daqui a 300 ou 500 anos. Inclusive, quem sabe, esteja ocorrendo em outros mundos, ou já tenha ocorrido mil vezes. Por isso as ideias anarquistas se sustentam na prática, pois sua possibilidade sempre é um ato pre-



sente. É, para dizer de outro modo, uma dinâmica: o *lógos* da anarquia é o movimento.

Isso explica a aproximação das ideias anarquistas com o desenvolvimento da linguagem: jornais, livros, cantos, cartazes, poesias, discursos, diálogos, fóruns, para nomear algumas dimensões da palavra, florescem em seu seio, e não deixam de fazê-lo. A palavra, esse infinito mundo que nasceu dos sons mais simples da fala, nos faz humanos e arma pontes que bem podem nos unir como nos separar. Isso, sem dúvida, constituiu uma das primeiras tarefas da propaganda anarquista, séculos atrás: reconhecer que o analfabetismo era a nó central da exploração e que a multiplicação de jornais e leituras comunitárias poderia combater as distâncias sociais. Nada, em todo caso, muito longe da nossa sociedade, cuja divisão não só se encontra no econômico, mas também no manejo de palavras que cada estamento utiliza cotidianamente.

No entanto, a própria palavra está sujeita aos *movimentos progressivos* que definem o Cosmos, imersa na trama do mutável. Até onde vai nossa

linguagem? Herbert Read pressagiava *o advento do homem eletrônico*, fruto do crescimento tecnológico sem restrições e exposto a um devir social que dia-a-dia cria instrumentos de autodestruição, que poderia esquecer-se de ler. Ainda assim, a palavra segue sendo o vínculo da revelação e da ação das coisas. Trabalha com a imaginação, que é outro universo infinito, inventando utopias e dando sentido a nossos passos. A cultura libertária, que existe e vive em nosso inesgotável planeta, enuncia a palavra anarquia em todos os aspectos da nossa vida: amor, política, amizade, economia, se projetam desde a possibilidade de uma vida livre e alegre, sem amos nem detentores do saber, sem, nem sequer, medir o tempo como o sugerem os calendários religiosos.

Mas nos fica uma pergunta: aquele grito que enunciou a palavra *anarquia* está ainda em seus primeiros anos de expansão e enriquecimento? Em que momento se encontra o som daquelas vozes às quais Élisée Reclus definiu como a *música das coisas*?

Diego Mellado é membro do *Grupo de Estudios José Domínguez Gómez Rojas* e da Editora *Eleuterio*, ambos de Santiago do Chile. Tradução para o português por Biblioteca Terra Livre. As ilustrações são de autoria de **Clifford Harper**.

Documentos

O livro, síntese do homem

Lucía Sánchez Saornil

O costume tira do gesto sua grandeza; o fato de repetirmos todos os dias um mesmo ademais, nos conduz a efetuá-lo maquinalmente, apagando de nossa consciência a transcendência do ato que executamos. Mas há instantes, que poderíamos chamar de iluminados, no qual, sem esperá-lo, uma futilidade qualquer abre como que um caminho no denso matagal de nosso subconsciente. E, de súbito, o gesto cotidiano, tão simples e tão natural, aparece nas suas verdadeiras proporções; sem que, acaso, tenhamos reparado nele, converte-se em eixo e motor de nossa vida.

*

* *

Hoje sofremos um destes deslumbramentos. O calor desse sol invernal que habitualmente ameniza, de surpresa, a frieza dos invernos madrilenos atuava em nós. Sub-repticiamente, furtamos uma hora do trabalho diário – que logo teremos que ganhar em uma correria desenfreada – para passear pela rua ao sol.

Enche-nos, infinitamente, de prazer o tráfego citadino. Nossa adoração pagã pela natureza não exclui que, às vezes, nos ajoelhemos em face desta criação humana que é a cidade. Todo o esforço que foi necessário para erigi-la salta em nossos músculos, estira em nossos tendões, vibra em nossos nervos e dá tensão as nossas artérias.

Advertimos que nosso peito abriu-se à efusão numa torrente vital incontrolável, e

voltamos de imediato a cordialidade e ao aperto de mãos, fundidos num infinito prazer e num infinito amor. Gigantes e crianças.

*
* *

É o momento. Detivemo-nos diante da livraria farta. Os livros por detrás das vitrines, preservada sua virgindade por finas envolturas que deixam, entretanto, a ilusão da nudez, também gozam sua hora de sol, atravessados por arco-íris multicoloridos sobre os cristais.

Sedução destes volumes intactos, cuidados, expostos com arte como coisas excepcionais! Uma força imperiosa, não nascida de nossa vontade, mas, desse subconsciente em cujas sobras vão se forjando as revelações repentinas, paralisa nossos pés. Queremos compreender, e nos vemos de imediato como o avarento diante de seus tesouros. Como a mesma avidez que ele tomara suas joias, tomaríamos os nossos livros. Com amorosa deleitação, colocá-los-íamos junto ao nosso rosto, esperando descobrir neles um calor humano; pô-los-íamos sobre o coração adivinhando neles um coração semelhante. Abri-los-íamos cheios de vontade para buscar sua entranha. O livro não tem uma entranha, uma entranha que pode albergar um mundo?

E, em tal instante, desejaríamos um livro, apaixonadamente, como se desejássemos um amor. Um livro. Qual?

Este? Aquele? Não importa; um livro. E a impaciência coloca a mão no vidro da porta luxuosa e no fundo de nossos bolsos em busca de dinheiro.

Aqui o livro. Ciência? Literatura? História? Quem se importa? Um livro é sempre tudo isso. Aqui um livro, com seu cheiro *sui generis*, mistura de papel novo, tinta de imprensa e cola. Um livro, igual a um arcano. E uma emoção indefinível nos perturba; uma emoção não diferente daquela que teve Cristóvão Colombo ao embarcar pelas rotas inéditas do Oceano.

Aqui um livro: uma soma. Milhares de gerações puseram sua mão nele. Milhares de gerações buscaram através dos *papiros*, do pergaminho, das múltiplas substâncias animais e vegetais este papel áspero e frágil, que tocam meus dedos, esta tinta indelével e estes símbolos de onipotência incalculável. Milhares de gerações ocuparam-se de encontrar esta forma pequena e manejável.

Mas, isso que é o livro hoje, não é todo o livro; por detrás está o imponderável. Por detrás, está realizado tudo o que foi antes de nós e pulsa como potência que será. Todo livro é um fim e um começo. O livro é o cordão umbilical do mundo.

Se fechássemos todos os livros, o homem encontrar-se-ia de novo desamparado e atônito como no dia da criação. O símbolo escrito é a história do homem. Mas além, só existe a noite tenebrosa dos

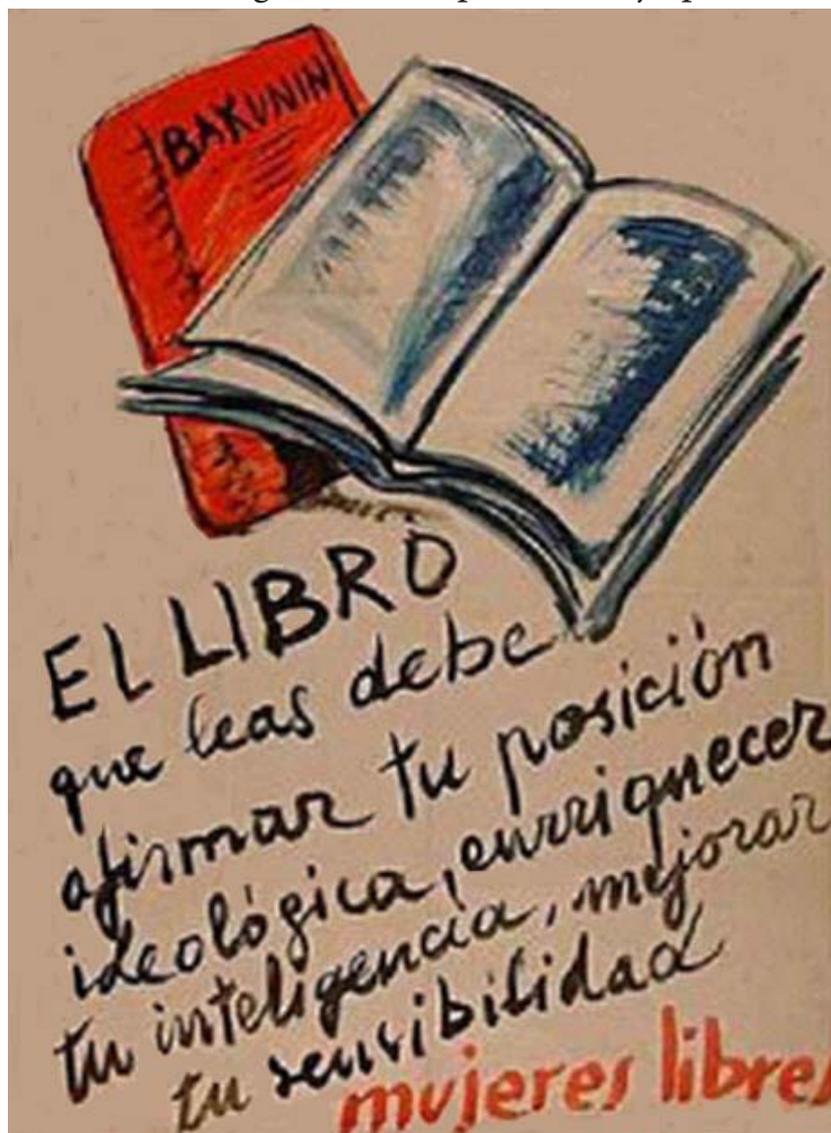
começos.

Jamais rechaçaremos um livro, por mais humilde que seja. Acolheremos o livro do amigo e não o desdenharemos. Em todos, está o homem em sua grandeza e servidão. Por isso, tomamos todos com igual avidez. Para nós, todos são edições de um mesmo único livro, perfis infinitos do mesmo homem. E só através de todos, conseguiremos compor o autêntico perfil humano.

E caminhamos embriagados, apoiando esta coisa breve e ligeira so-

bre o coração, surpreendidos por nossa própria falta de gravidade. Vamos como que empurrados por um alento imortal, arrebatados do chão, tocando as nuvens com o rosto. A cidade é nada; tudo o que acreditávamos imperecível, vemos apenar-se, infantilizar-se e reduzir-se. Só o livro contém eternidades.

De hoje em diante, ao abrir um livro o faremos com o mesmo óleo com que nossos avós faziam o pão. O ato cotidiano revelou-se a nós como imenso. A partir de hoje, para nós não existirá nem



Cartaz do grupo Mujeres Libres, o qual Lucía fez parte.

livro bom, nem livro ruim. Não queremos que ninguém nos ensine o caminho; seguiremos todos e só assim reconheceremos o nosso. Não existe livro bom ou ruim; todos são perfis da unidade.

Dessa unidade eterna da qual cada um de nós é uma extensão. Dessa unidade que é sucessiva e simultânea, e na qual os homens resistem a entrar.

O texto *El Libro. Síntesis del hombre* foi publicado originalmente na revista *Tiempos Nuevos*, Barcelona, n.3, 1 de março de 1936. Tradução de Thiago Lemos Silva.

A pesar da grande importância que teve no movimento anarquista e anarco-sindicalista espanhol, na primeira metade do século XX, Lucía Sánchez Saornil segue sendo uma “ilustre desconhecida”, fato que nos levou a escrever uma breve nota biográfica acerca de sua vida e obra.

Lucía Sánchez Saornil nasceu em 13 de dezembro de 1895, em Madrid. Passou sua infância na “Calle del Labrador”, situada no “Barrio de Peñuelas”, um bairro pobre da capital espanhola, junto com seus pais, Eugenio Sánchez e Gabriela Saornil, e seus irmãos, Concha Sánchez Saornil e José Sánchez Saornil.

Apesar da origem social humilde, a família possuía uma pequena biblioteca recheada de livros, folhetos e pergaminhos que o pai herdara de sua tia Isabel, a quem chamavam carinhosamente de “Mamá Bel”, na qual a pequena Lucía vivia “bisbilhotando”. Lembra que seu pai sempre lhe dizia, em tom de reprovação: “O que você busca? Deixe isso já. Por que você tem que ver e tocar em tudo? Fico irritado com o fato de ser tão curiosa”¹. Apelo que ela sempre ignorava e seguia com suas contínuas incursões no(s) novo(s) mundo(s) que os livros passaram a lhe abrir desde então, como podemos evidenciar em seu belo poema em prosa “O livro: síntese do homem”, com o qual o leitor da *Revista da Biblioteca Terra Livre* poderá se deleitar.

Talvez tenha sido esta curiosidade precoce que impulsionou Lucía a estudar no “Centro Hijos de Madrid”, chamado curiosamente de “Casa de los gatos”, numa época em que o acesso à educação por parte da população pobre da Espanha estava longe de ser uma realidade. Neste estabelecimento de ensino voltado para órfãos, ela concluiu seus estudos primários e secundários até no máximo 1913.

No ano seguinte, talvez, deu início aos seus estudos em pintura na prestigiada “Academia de Belas Ar-



Foto de Lucía Sánchez Saornil (1895-1970)

1 SAORNIL, Lucía Sánchez. *El breviario de Tia Isabel*. Avante: Ciudad Rodrigo, 05/09/1914.

tes de San Fernando”, de Madrid. 1914 foi também o ano de seu *début* poético. Recém-completados seus 18 anos, ela publicou no semanário *Avante*, de Ciudad Rodrigo, o poema “Nieve”, no qual narrava as sensações que lhe despertara aquele rígido inverno madrilenho. A pouca idade, temperamento delicado e estilo excepcional desta jovem poetisa levaram o articulista do jornal, José Santos Perez, a perguntar algo que, com o passar do tempo, viria a se concretizar: “Não lhes parece [...] que está chamada a ser uma grande escritora?”².

A partir de então, passará a publicar em diversas revistas literárias próximas ao modernismo, sob o pseudônimo de Luciano de San-Saor, tais como “Los Quijotes” e “Cádiz-San Fernando”. Com o passar do tempo, vincula-se ao ultraísmo e publica nos órgãos periódicos que se convertem nos principais porta-vozes deste movimento estético de vanguarda, na virada da década de 1910 para a década de 1920. A título de ilustração, citamos: “Grecia”, “Cervantes”, “Plural”, “Ultra” e “Manantial”. Tanto na primeira, quanto na segunda fase, seus poemas são marcados por um tema comum: a concepção sensual e não ideal de amor-paixão.

Com a morte de sua mãe e seu irmão, Lucía ficou com o encargo de

cuidar da casa, de sua irmã mais nova e de ajudar no sustento da família. Seguindo os passos de seu pai, que já atuava como telefonista, começa a trabalhar como operadora na Companhia Telefônica de Madrid, em 1916. Ao que tudo indica foi no interior da Telefônica, onde a CNT – Confederação Nacional do Trabalho - já atuava desde 1918, que ela travou seu contato inicial com o anarquismo. Em 1927 e 1931, ela irá se converter em uma das principais figuras que articularam e realizaram dois episódios grevistas que convulsionaram a Telefônica. Na primeira, será transferida para Valencia, na segunda será demitida.

Com a radicalização de seu compromisso militante, Lucía abandona o verso e passa a se dedicar a prosa, que retomará somente, ainda que com forma e conteúdo bastante diferentes, depois do início guerra civil/revolução social. Para ela, o poeta vanguardista “sabe o valor das palavras, mas, desconhece que porção de futuro está contida na jornada de um peão”. E arremata “A jornada, isto é o eficaz; as palavras mais ou menos fortes [...] são só literatura”³. A partir daquele momento, inicia sua colaboração em importantes órgãos da imprensa libertária madrilenha, tais como: “El Libertario”, “La Tierra”, “El Campo” e “CNT”, sen-

2 PEREZ, José Santos. *Una nova poetisa*. *Avante*: Ciudad Rodrigo, 31/01/1914.

3 PEREZ, José Santos. *Una nova poetisa*. *Avante*: Ciudad Rodrigo, 31/01/1914.

do que neste último ocupou o posto de secretária de redação em agosto de 1933.

Das suas publicações nos jornais anarquistas e anarco-sindicalistas, destaca-se sua crítica contundente ao machismo estrutural dentro da CNT, como se pode evidenciar por meio do embate travado entre ela e Mariano Vázquez nas páginas do periódico barcelonês “Solidaridad Obrera”, no qual já colaborava desde meados de 1935. Ciente de que a “questão feminina” não poderia ser reduzida à “questão social”, ela foi, ao lado de Mercedes Comaposada e Amparo Póch y Gáscon, uma das iniciadoras de Mujeres Libres, vindo a ser a principal responsável tanto pela linha editorial da Revista, quanto pela orientação política da organização, que chegou a mobilizar cerca de vinte mil mulheres trabalhadoras na “dupla luta” pela sua emancipação de classe e gênero.

No início da guerra civil/revolução social na Espanha, a partir de 19 de julho de 1936, Lucía permaneceu no epicentro dos acontecimentos que desencadearam tanto a reação quanto à resistência, haja vista que desde os primeiros encontros Franco deixara claro sua vontade de tomar a força a capital. Em Madrid, participou ativamente do assalto promovido pelos cenetistas ao “Cuartel de la Montaña” em busca de armas para as milícias, atuou

como cronista de guerra nos fronts de Guadalajara para os periódicos “CNT”, “Juventud Libre” e “Frente Libertario” e ajudou na estruturação das primeiras coletividades camponesas e operárias na região do Centro. Tudo isso, sem descuidar da organização das primeiras agrupações de Mujeres Libres, cujo secretariado nacional assumiria mais tarde.

Estes primeiros momentos de luta estão registrados nos trintas e três artigos publicados em seu folheto “Horas de Revolución”, que saiu pelo quadro editorial de Mujeres Libres, em 1937. Um ano depois, pelo mesmo quadro editorial, saiu o seu “Romancero de Mujeres Libres”, com oito poemas dedicados “aos que caíram pela liberdade”, tais como: Buenaventura Durruti, Maria Silva Cruz, Encarnación Gimenez, ou então homens e mulheres anônimos que lutaram em Madrid, Astúrias e Barcelona.

Além de secretária de Mujeres Libres, Lucía também foi secretária de SIA– Solidariedade Internacional Antifascista – outra importante organização libertária surgida no calor da guerra, com vistas à ajuda das vítimas do fascismo, em especial as crianças, os velhos e os combatentes feridos. Para tanto, deixa Madrid e vai para Valencia em meados de 1937. Na capital levantina, assume o posto de redatora-chefe do “Semanário Gráfico Umbral”,

no qual publica diversas reportagens sobre as mudanças na economia, política, educação e cultura sob o signo da revolução. Foi aí que ela conheceu América Barroso, com quem manterá uma grande amizade para o resto da vida e que sempre a acompanhará, inclusive quando se muda para Barcelona no início de 1938.

Com a iminência da vitória das forças fascistas lideradas por Franco, Lucía atravessou a fronteira do Pirineus em direção à França, em princípios de 1939. Como secretária de SIA, ajudou na evacuação e acolhimento dos espanhóis que buscavam o exílio, contando sempre com o apoio de América. Depois de transitar por Perpignan, Paris e Montauban, Lucía decide regressar à Espanha. Ao que parece, o medo de ser enviada para um campo de concentração nazista, somada à preocupação com o pai e a irmã que estavam doentes e de volta do exílio em La Coruña, desempenharam um papel não desprezível na sua escolha.

Graças ao apoio dos familiares de América, ambas atravessaram a fronteira e se estabeleceram em Madrid, em 1942. Aparte uma efêmera articulação com as irmãs Carmem e Visitación Lobo, para a reativação de uma organização clandestina de *Mujeres Libres*, em 1945, parece que Lucía não deu continuidade às atividades políticas. Um ano depois disso foi reco-

nhecida e, temendo a cair nos cárceres franquistas, ela e América mudaram-se para Valencia, onde reencontrou-se com seu pai e sua irmã.

A partir de 1950, quando consegue regularizar sua situação e obter documentação legal, retoma a pintura como ofício, pintando lenços, leques e quadros, com o qual mantinha ela, o pai e a irmã. Durante este período também retomou a poesia, porém como nunca as escreveu, pois, dizia que sabia todas de cor, parte delas ficou perdida. As únicas que restaram foram os poemas que escreveu pouco antes de ser diagnosticada com um câncer de pulmão, que a vitimou no dia 02 de junho de 1970. Na lápide de seu túmulo, América inscreveu, a pedido da própria Lucía, a seguinte frase: “¿Pero es verdad, que la esperanza há muerto?”, primeira estrofe de seus “Sonetos de la desesperanza”⁴.

Thiago Lemos Silva

4 SAORNIL, Lucía Sánchez. Sonetos de la desesperanza. In: *Poesía*. IVAM/PRE-TEXTOS: Valencia, 1966, p.160-161.

Carta a Jean Grave

Uma polêmica em torno da Revolução Mexicana

W.C Owen, Ricardo Flores Magón,
Enrique Flores Magón

Regeneración, 13 de abril de 1912.

Fraternalmente pedimos à imprensa revolucionária de todo o mundo a reprodução da seguinte carta que enviamos a Jean Grave, editor do periódico *Les Temps Nouveaux*, de Paris:

Los Angeles, CAL, 29 de março de 1912.

Editor de *Les Temps Nouveaux*.

Em sua edição, do dia 2 de março, aparece uma carta de R.Fromente sobre a Revolução Mexicana. Em nossa opinião, essa carta é completamente injusta com a Revolução, com o Partido Liberal Mexicano e com o *Regeneración*, do qual somos redatores. Portanto, protestamos publicamente e tomaremos especial cuidado em levar nosso protesto diante da imprensa revolucionária do mundo. Ao fazer isso, consideramos justificada nossa ação tanto porque o movimento revolucionário não deve ser enganado em uma questão de tão grande importancia como é a Revolução Mexicana, como porque a carta em questão é a mais recente apunhalada de um ataque que tem sido levado à cabo, já alguns meses, através de um método jesuítico de insinu-

ações perversas, indicações maliciosas e suspeitas sugeridas sobre a boa fé de um imenso movimento que, pelo visto, Les Temps Nouveaux, não tomou cuidado de investigar.

Aparentando honradez ao declarar: “É nosso dever deixar os nossos leitores serem os únicos juízes dos fatos”, o que mostra, na realidade, a carta em questão? Certamente, não mostra os grandes feitos centrais sobre o que, tão somente, pode ser formado algum juízo acertado, senão um ou dois episódios insignificantes de uma luta longa e tremenda, apresentando-os maliciosamente desvirtuados envoltos em sombras para conseguir o fim desejado: a confusão.

Toda uma terceira parte do comunicado se limita a citar partes de uma carta privada de um escritor anônimo em que se reitera a acusação feita por *Cronaca Sovversiva* de que R.F.Magon havia feito circular um prospecto reacionário. A esse respeito, diz o comunicado: “Envio este comunicado ao senhor para que veja como os chamados libertários do Partido Liberal Mexicano estão enganando aos que são tão estúpidos de acreditar que são revolucionários sinceros”. Em seguida, se censura da maneira mais hostil o fato (imaginário) de que Magon tratou de “camarada” Zapata.

O senhor reproduziu a carta de M.Fromente, e como tal fato contribuiu a pré dispor todos seus leitores contra nossa causa. M. Fromente, tão somente,

se entrega a reflexões ociosas como a de que se os mexicanos obtiverem a terra, não necessitarão mais se preocupar sobre os salários e horas de trabalho. Decididamente, M. Fromente não está familiarizado com nosso movimento, pois se estivesse, saberia que isso é precisamente o que sem cessar ensinamos ao proletariado e estamos seguros que seria muito difícil encontrar um número de *Regeneración* em que, para benefício dos grevistas que tão numerosos tem sido no México nestes últimos tempos, não tenhamos dado esta lição.

Sobre as outras críticas contidas na carta, dizemos o seguinte:

1) Temos explicado, já faz tempo e até a exaustão, que o Partido Liberal Mexicano evoluiu e que o prospecto em questão é velho e já há muito tempo ultrapassado. Além disso, explicamos que algumas cópias foram utilizadas simplesmente porque no momento em que tal coisa se fez, não tínhamos fundos para imprimir as novas formas que estão em circulação.

2) Não recordamos que nenhum de nós tem escrito sobre Zapata como se fosse “camarada”, mas se o dissemos, não nos envergonhamos disso, pois quando Zapata convida ao camponês tomar a terra das mãos de seus monopolizadores, e é o que

atualmente ajuda a fazer, sentimos um companheirismo de sua parte mais forte do que daqueles revolucionários que só discutem em salões. Por outro lado, a coleção de *Regeneración* é um amplo testemunho da frequência com que declaramos, se Zapata se faz autoritário ou ambicioso de algum cargo público, será atacado com a mesma dureza que sempre empregamos contra as ambições pessoais que esta luta, como qualquer outra, têm desenvolvido.

3) Se o senhor deseja apagar a imagem de ser monstruosamente injusto, deve julgar nosso movimento e a nós mesmos, não por algum detalhe de uma abundante literatura, mas pelo curso geral do movimento em conjunto com nossos escritos. Não vacilamos ao dizer que tanto o movimento, como nossos escritos, marcham diretamente até o objeto desejado: a recuperação de sua herança pelos deserdados. Nossos escritos podem carecer de brilho que ostentam os de alguns dos “intelectuais”; mas ninguém se atreverá a colocar em dúvida sua retidão e honradez.

Chamamos vossa atenção de que não é de sua incumbência, ou do *Les Temps Nouveaux*, julgar e decidir se os redatores de *Regeneración*, são ou não são bons anarquistas, segundo o conceito que o senhor tenha formado do que é um anarquista. A vossa obrigação é muito distinta, pois cremos que seu dever é tomar o cuidado de investigar se existe ou não no México uma revolução econômica sustentada pelo povo e contra o privilégio e o governo. Isso é o que o senhor ensina teoricamente. Por ensinar, o senhor ganha seu salário e por esse ensinamento seu periódico pede ajuda aos revolucionários e a obtêm. Quando o assunto chega por si mesmo até o senhor não pode ao menos ignorá-lo, menos ainda deprecia-lo pela única razão de que não tomou cuidado de investigá-lo.

De qualquer maneira, podemos ao menos nos afirmar, conscientemente, como trabalhadores da Revolução Social.

W.C. Owen, Ricardo Flores Magón,
Enrique Flores Magón.

W.C. Owen, Ricardo Flores Magón e Enrique Flores Magón foram membros do Partido Liberal Mexicano e do jornal *Regeneración*. Texto originalmente publicado neste jornal, no número 85, de 13 de abril de 1912.

Solidariedade Mundial

Uma polêmica em torno da Revolução Mexicana

Ricardo Flores Magón

O movimento de simpatia do proletariado mundial em prol da Revolução Mexicana e dos trabalhos da Junta Organizadora do Partido Liberal Mexicano, havia sofrido uma espécie de resfriamento entre nossos queridos companheiros de todo mundo. Esse resfriamento foi devido, assim cremos, aos manejos nada honrados de certos indivíduos, que iniciaram uma negra campanha de desprestígio contra os que no México se sacrificam por princípios comuns à todos os verdadeiros revolucionários e contra os que desde as colunas de nosso jornal, *Regeneración*, não cessamos de propagar os ideais mais generosos, distinguindo-se entre os inimigos Luigi Galleani, de *Cronaca Sovversiva*, e Jean Grave, de *Les Temps Nouveaux*.

Estes maus revolucionários conseguiram encher de sombras o movimento mais belo deste século: o dos proletários mexicanos. Com o perverso fim de subtrair o apoio moral e material de todos os homens e de todas as mulheres amantes da liberdade, semearam dúvidas ensinaram suspeitas, engendraram desconfianças e resultou o que tinha que resultar: o debilitamento de nossa força, e tudo isso se fez nos momentos mais críticos da Revolução Mexicana, da verdadeira Revolução: a que por meio da ação e da propaganda fomentam os nossos, para que os políticos, os caçadores de empregos, os aspirantes à parasitas não alcancem quebrar a marcha deste belo movimento ou o fazendo degenerar em extéril e criminoso movimento político. Isto se fez, quando o governo dos Estados Unidos nos têm de mãos atadas com um

processo infame e quando pelo mesmo, há mais necessidade de todas as formas de apoio.

A causa dos libertários mexicanos não se perdeu, pois apesar da má vontade dos maus revolucionários citados, pudemos sair bem da crise; mas quanto havia progredido, que brilhantes e sólidos avanços havia alcançado para esta data, se a tarefa indecente destes dois homens a quem o mundo inteligente e bom tomava por libertário.

O gelo se derreteu ao fim do calor dos fatos. Já ninguém pode negar que haja no México uma Revolução meramente econômica e que os membros do Partido Liberal Mexicano fazem esforços titânicos, sobre humanos, para canalizá-la até o comunismo. Quão pouco tempo puderam rir os senhores Galleani e Grave!

Às nossas modestíssimas oficinas chegam a imprensa libertária do mundo inteiro e com ela frases de alento, demonstrações de profunda simpatia, manifestações de fraternal carinho para os que sob os dobras da gloriosa bandeira vermelha sabem oferecer suas vidas fecundas, interesses da liberdade econômica, política e social do povo mexicano e para os que sem nos desencorajar, desafiamos as iras dos poderosos americanos e do governo deste país.

Os seguintes colegas são amigos dos trabalhos do Partido Liberal Mexicano, fazem esforços para popularizar as te-

dências de nosso movimento, publicam notícias ou artigos retirados do *Regeneración*, e alguns deles arrecadam fundos para nos enviar. Oxalá que este último fosse imitado por todos os colegas e também por todos os grupos anarquistas, sindicatos operários e uniões de trabalhadores em geral. Fazê-lo camaradas! As dúvidas sobre a nossa sinceridade desapareceram e já é justo que o belo movimento mexicano receba a assistência de todos os homens e de todas as mulheres livres do mundo.

Aqui a lista de nossos queridos colegas: *La Societé Nouvelle*, Mons, Bélgica; *La Voz del Pueblo*, Tarrasa, Espanha; *Tierra*, Havana, Cuba; *Cultura Obrera*, NY, EUA; *A Guerra Social*, Rio de Janeiro, Brasil; *El Dependiente*, Havana, Cuba; *El Obrero Panadero*, Montevideu, Uruguai; *A Aurora*, Porto, Portugal; *The Agitator*, Home, Whashington; *La Acción Obrera*, Buenos Aires, Argentina; *Volnélisty*, NY, EUA; *Le Libertaire*, Paris, França; *La Protesta*, Lima, Peru; *The Citizen*, LA, EUA; *L'Era Nuova*, Nova Jersey, EUA; *O Clarão*, Rio Tinto, Portugal; *Freedom*, Londres, Inglaterra; *L'Universitá Popolare*, Milão, Itália; *Herald of Revolt*, Londres, Inglaterra; *Mother Earth*, NY, EUA; *Wohlstand Fur Alle*, Viena, Austria; *Il Contro-Pelo*, VT, EUA; *Renovación*, San José, Costa Rica; *La Protesta*, Buenos Aires, Argentina; *Tierra y Libertad*, Barcelona, Espanha; *O Correio Portuguez*, Massachusetts,

EUA; *La Voz de lo Obrero*, La Coruña, Espanha; *L'Avvenire Anarchico*, Pisa, Itália; *Il Libertario*, La Spezia, Itália; *Tiempos Nuevos*, Montevideo, Uruguai; *El Internacional*, Flórida, EUA; *Le Reveil*, Genebra, Suíça; *La Voce della Colonia*, Florida, EUA; *Arbeiterfreund*, Londres, Inglaterra; *Der Frier Arbeiter*, Berlim, Alemanha; *Freie Arbeiter Stimme*, NY, EUA; *The Syndicalist*, Londres, Inglaterra, e outros que sentimos não recordar neste momento.

Noticiamos a todos os nosso queridos colegas que no dia 18 deste mês [abril] será julgada nossa causa. Não podemos esquecer que a acusação é somente um pretexto da burguesia e do governo americano para jogar-nos na prisão, e impedir desta maneira que prestemos assistência ao glorioso movimento dos trabalhadores mexicanos. Estejam alerta, companheiros de todo mundo, e incitem a todos os homens e todas as mulheres de boa vontade a que exijam

desde já deste governo nossa liberdade absoluta e incondicional. Se nos acusam de fomentar a Revolução no México; isto é, se fazem aparecer como crime o fato de trabalhar pelo aniquilamento de toda a tirania e isso ocorre neste século e neste país que se diz livre. Quanto a vocês, mexicanos, qualquer que seja nossa sorte, continuai a luta defendendo como bandeira de redenção e de justiça o manifesto de 23 de setembro de 1911 expedido por esta junta. Não deis ouvidos aos políticos, não os fieis de promessas. O que vosso braços armados não possam conquistar, não os darão vossos caudilhos. Não desanimais, se nos levarem à prisão. Adiante sempre, sem medir os abismos que se abrem aos vossos passos! Há abismos? Então os enchamos com crânios dos malvados!...

Viva Tierra y Libertad!

Ricardo Flores Magón

Ricardo Flores Magón, anarquista mexicano com destacada atuação na Revolução Mexicana, foi membro do Partido Liberal Mexicano e do jornal *Regeneración*. Texto originalmente publicado neste jornal, no número 85, de 13 de abril de 1912.

Expressões Livres

A justiça na China

Florencio Sánchez (assinado com
pseudônimo de Jack The Ripper)

O

Os magistrados do poder judiciário são muito severos na China, igual a todos os países civilizados.

Em Pequim havia um juiz chamado Tio Kin, que era um modelo no exercício de seu ministério.

Sabia de cor todos os códigos do Império Celestial, e recitava todos os artigos da lei com uma precisão admirável.

Parece-me que o vejo, sentado em seu tribunal, com sua fisionomia rechonchuda, os olhos minúsculos, à moda do país; a cabeça raspada e o rabo de cavalo duro como uma cauda de raposa.

Várias personagens rodeavam o palanque, e o ajudavam na administração da justiça.

Suas sentenças eram irrecorríveis.

Quando pronunciava sentença, o secretário abria um grande livro amarelo, no qual já estavam redigidas, há muito tempo, as fórmulas de direito, e não havia mais o que fazer do que preencher os espaços em branco, assim como se preenchem as inscrições dos piores acordos em nossas delegacias de polícia.

Certo dia compareceu diante do juiz um pobre chinês, a quem se acusava de ter roubado e comido um ovo.

O magistrado revestiu-se da maior gravidade e o interrogou assim:

- Como se chama?
- Kin Fo.
- Por que comeu o ovo?
- Porque tinha fome.
- Pois bem, a lei é muito clara a esse

respeito. Escuta a sua sentença: “Todo aquele que roubar alguma coisa, mesmo que seja pequena e insignificante, será castigado com a pena de morte”, artigo 3º do Código Verde. Condeno-o à forca administrando justiça etc.

O secretário abriu o livro amarelo e preencheu quatro lacunas com essas palavras: Kin-Fo-Ovo-Forca.

O réu deu um golpe sobre a mesa, para chamar a atenção do juiz, e lhe mostrou uma pena de peru.

Era a insígnia dos mandarins. O réu era, pois, um mandarim, e não tinha advertido o magistrado a tempo.

O doutor Tio Kin coçou a cabeça, como um homem que não sabe o que fazer, e por fim disse:

- Estas leis do Império Celestial são tão intrincadas, que pode muito bem o senhor mandarim que está presente, acusado por uma ninharia, conceder-me um tempo para que eu medite um momento sobre sua causa.

O chinês meditou por algum tempo, ou fez que meditava, e declarou que, ainda que a lei falasse do roubo em geral, não encontrava nela nenhum artigo referente ao roubo de ovos, o que significava: que não havia castigo algum para esta falta e, em consequência,

administrando justiça etc., declarava-o absolvido.

O secretário voltou a abrir o livro amarelo, riscou a palavra *Forca*, colocou *Absolvido*.

Com que facilidade se fazem essas coisas na China!

O juiz, entretanto, dizia para seu próprio rabo de cavalo: Que gafe eu teria cometido se tivesse condenado esse mandarim de três caudas!

Este ainda nem tinha saído do tribunal quando foi acusado também de ter roubado a galinha que colocou o ovo.

O magistrado suava frio. Assim o crime era mais grave! Como transigir? Contudo, morto de medo, cavou o código e encontrou um artigo que dizia: “Àquele que se apropriar de animais alheios, como galinhas, patos, porcos etc., terá a cabeça cortada”.

O réu confessou seu crime, para grande desgosto do juiz, que queria negá-lo.

Que fazer, pois? A lei era rígida; Tio Kin recorda que alguns mandarins haviam sido executados em outra época e, embora sua mão tremesse um pouco, assinou a sentença.

Mas, ao levantar seus olhos, observou com assombro que o réu tinha pendente no pescoço o botão de cristal, símbolo dos grandes chanceleres do império.

Imediatamente, puseram-se todos

em pé diante do acusado e o saldaram com o mais profundo respeito. Somente o secretário, que era um pouco míope, e estava ocupado pela terceira vez em emendar a sentença, demorou um pouco para levantar-se e curvar-se.

Passado o primeiro momento de surpresa, o juiz regressou ao código, estudou-o melhor e mais detidamente, e declarou, citando em seu apoio a opinião de notáveis juristas chineses, que aquele de quem se cortava a cabeça, que constava na lei, referia-se unicamente à cabeça da ave roubada, nunca à do ladrão, para o qual suplicava-se a bondade de decapitar a galinha, para satisfazer a vingança pública.

O secretário colocou seus óculos, abriu o livro amarelo, apagou e escreveu pela quarta vez.

- Mas, no caso - exclamou o réu, sacando a coroa de príncipe imperial e colocando-a na cabeça -, como o dono da galinha me impediu de roubar sua propriedade, eu o matei em seguida.

Os funcionários do tribunal lhe fizeram uma profunda reverência, enquanto o porteiro, sabendo do que ocorria, correu a içar a bandeira amarela na sacada do palácio, para que o povo

de Pequim soubesse que um príncipe honrava a mansão com sua presença. E quando ela estava levantada, ele veio trazendo a almofada de seda e o dossel roxo para o filho do soberano; mas este já saía gravemente da sala, entre duas fileiras de altos dignitários encurvados para o chão, precedido pelo magistrado, que abria a marcha tocando o gongo.

Somente o secretário andava um pouco atrás, em razão de ter tido que rasgar, cuidadosamente para que não se notasse, a página 3.114 do livro das sentenças.

No dia seguinte, quando o tribunal foi instalado, foi denunciado um vendedor de chá, que não tinha se prostrado quando o príncipe saía do palácio de justiça.

Naturalmente, enforcaram-no, porque a justiça é muito severa em Pequim.

*
* *

- Que coisas acontecem na China! - dirão meus leitores.

- Sim - eu digo -; parece que aconteceram aqui.

La justicia en China foi publicado originalmente na revista *El Sol*, no ano de 1900. A revista era editada em Buenos Aires pelo também anarquista Alberto Ghirardo. Tradução para o português feita por Clayton Peron.

Florêncio Sanchez (1875-1910) foi um dramaturgo e jornalista uruguaio. Iniciou sua carreira como jornalista no periódico *La Voz del Pueblo*, em que já assinava artigos com a alcunha de “Jack”. Em 1900, ingressou no *Centro Internacional de Estudios Sociales*, principal espaço do anarquismo em Montevideú. Nesse período, foi um intenso propagandista, participando ativamente da *Biblioteca Obrera* daquele centro e realizando inúmeras conferências.

Isso valeu a perseguição policial e sua mudança para Rosário, na Argentina. Nesta cidade, participou ativamente de greves, sendo secretário do Comitê de Greve Geral da cidade. Também foi redator do jornal anarquista *La Protesta Humana* e era assíduo frequentador da *Casa del Pueblo*, ambos de Buenos Aires. Colaborou para outras publicações libertárias, dentre outras, para a revista *El Sol*, dirigida por Alberto Ghiraldo. Uma dessas colaborações é o conto que traduzimos, publicado aqui.

Suas peças teatrais, encenadas nos dois lados do Rio da Prata, retratavam a vida cotidiana, seja a miséria do proletariado e a moral dos oprimidos, seja a decadência das classes proprietárias. Entre aquelas de maior destaque podem ser citadas *La gente honesta* (1903), *Barranca abajo* (1905) e *El convetillo* (1906).



Florencio Sánchez (1875-1910)

Clayton Peron

O Homem é o lobo do homem

Uma reflexão sobre o filme Mad Max

Vanderleia

O que busco aqui é fazer uma resenha crítica do longa Mad Max, lançado em 2015, avaliando um ponto único, a questão das sociedades patriarcais *versus* as matriarcais. O filme nos possibilita muitas outras perspectivas de análise da questão feminina, tanto em sua informação técnica, de confecção, como na própria história, porém já existem muitos outros textos ótimos. Meu interesse pela questão da sociedade matriarcal foi imediato e não encontrei qualquer resenha tratando sobre isso, portanto cá estou!

O artigo contém informações do enredo do início até o final do filme. Spoiler cara leitora, se não quiser estragar o final assista antes!

*
* *

Em um mundo apocalíptico de desertos que se alongam por quilômetros sem fim, o pouco da raça humana que sobrevive se organiza em gangues. Uma delas é a de Immortal Joe, detentor de todos os poderes e de todos os bens materiais de seus territórios.

Joe se dedica a construir uma sociedade baseada no sonho de todo eugenista, ele procria com um grupo de mulheres seletas e geneticamente sem doenças. Seus outros dois descendentes – fruto de uma relação com uma mulher que não faz

parte deste grupo especial – possuem deficiências mentais e físicas marcantes, assim como toda a população que o idolatra e seus “meninos de guerra”. Seu exército é constituído por um grupo de meninos muito brancos, todos muito jovens (provavelmente pelo alto índice de doenças e de mortalidade) e com a ideia única de servi-lo e morrer por seu nome.

Esta gangue se organiza sob uma lógica territorialista que visa acumular o máximo de bens materiais possíveis (principalmente água e gasolina) e extremamente belicista – opa, que parecido com nossa economia! – e vive no limite das hierarquias, o máximo para o topo, o mínimo para a base.

Frente a tamanha organização patriarcal surpreende a chegada da chefe militar, Imperatriz Furiosa, uma mulher com um braço mecânico. Ela quem lidera a fuga das “esposas” de Joe em busca do “Vale Verde”, uma terra prometida de água e alimento farto – e livre de homens. Max simples e literalmente cai no caminhão das mulheres, ele atua como um ajudante no plano de fuga e em momento algum ofusca o evidente – e maravilhoso – protagonismo de Furiosa. Eles são perseguidos por todo o exército e até pelo próprio Joe que embarca numa busca desesperada para recuperá-las.

A princípio as “esposas” parecem ser um grupo de mulheres frágeis, in-

fantis e totalmente ignorantes do mundo que as cerca, seu primeiro contato com este mundo externo foi fugindo de Joe. Mas elas são construídas como personagens fortes, que não temem se colocar frente a uma metralhadora para proteger quem as protegia, inteligentes e capazes também de pegar numa espingarda e meter bala em quem as escravizou.

A chegada ao Vale Verde é o ápice do longa. Furiosa reencontra seu antigo clã, um grupo exclusivamente de mulheres e todas – exceto uma – senhoras de idade. O reencontro carrega junto a notícia que o Vale foi extinto, se tornou mais um ponto desértico no cenário, por fim, o mundo não tem refúgio. Frente a perspectiva de percorrer o deserto à frente sem rumo, até onde o tanque de gasolina suportasse, em busca de algum outro lugar que trouxesse esperança Max sugere o caminho inverso, retornar à cidade de Joe, aproveitar que todo seu exército estava mobilizado naquela perseguição, que ela se encontrava desprotegida e tomá-la.

Desta cena em seguinte o filme é só alegria. Um bando de mulheres foda, de 20 a 60 anos em um caminhão gigante e algumas motocicletas enfrentando todo um exército de homens.

E massacrando todos eles.

Elas chegam à cidade com a cabeça de Joe como prova de seu extermínio.

São recebidas com grande alegria por todos e a reserva de água antes monopolizada tem suas compotas abertas.

*
* *

Durante todo o filme cenas escandalosas de destruição, explosões e mortes se sobrepõem, mas quando atingimos o suposto Vale Verde e encontramos essas personagens, existe pela primeira vez a sensação de acolhimento. Elas naturalmente pertencem àquele grupo, elas são mulheres.

E no breve contato das fugitivas com esta gangue feminina alguns elementos muito relevantes são percebidos:

- elas não tem qualquer tipo de hierarquia evidente, não há uma chefe, ou rainha, ou imperadora, elas lutam pela sobrevivência ombro a ombro, se ajudando mutuamente;

- não é porque é um grupo unicamente de mulheres que elas abominam a violência e a guerra, muito pelo contrário, todas andam armadas e muito bem equipadas em suas motos;

- as idosas (a grande maioria do grupo) não são inválidas, elas possuem uma enorme habilidade de manusear suas armas – tanto é que aterrorizam com a gangue do Joe;

- elas carregam sementes dos alimentos que um dia cresciam naquelas

terras desérticas, o que me fez refletir sobre a questão da relação com a natureza – trataremos disso mais a frente.

*
* *

Pretendo agora me aprofundar um pouco nestes itens levantados, considerando algumas teorias históricas sobre as sociedades matriarcais do passado comparativamente com nossa atual organização patriarcal. Compreendo que existam sociedades contemporâneas matriarcais, mas por uma questão de tempo para realizar o presente artigo e minha falta de conhecimento acerca destas tratarei *apenas* das sociedades de um tempo passado.

A ausência de uma liderança me espantou muitíssimo. Pelo meu pouco conhecimento de ficções apocalípticas vejo que a maioria das produções retrata que a humanidade, na ausência do Estado, passa a se organizar em gangues, com figuras extremamente autoritárias e violentas no comando, beirando a insanidade. O homem de fato vira o lobo do homem. Aquela babauice pra reforçar que a humanidade não consegue se auto organizar, que é necessário colocar o poder na mãos de poucos pra evitar a barbárie - então tá.

Só que não é apenas um grupo sem autoridades, é um grupo exclusivamente de mulheres!!! Mas calma lá,



não estou querendo dizer que necessariamente todas sociedades matriarcais são horizontais, enquanto todas patriarcais são hierárquicas, exceções sempre existirão, apenas digo que existe uma grande *tendência* disso ocorrer. Evelyn Reed em seu livro *Feminisme et Anthropologie* defende que antes da Revolução Neolítica (movimento no qual o *homo sapiens* passa do nomadismo para a sedentarização, alterando assim suas relações sociais e sua relação com o meio ambiente, deixando de ser apenas coletor e passando a plantar alimentos) o *homo sapiens* vivia organizado sob o matriarcado, ou seja, a liderança estava nas mãos das mulheres, porém – e aqui que está a grande chave –, as mulheres ocupando este cargo não utilizavam de seu poder latente para estabelecer dominância entre si e entre os homens. Os grupos humanos se organizavam de

forma muito mais igualitária.

Igualitária não apenas entre a humanidade, mas com a vida em geral. No livro *Política Sexual da Carne* de Carol J. Adams entendemos um pouco da relação do consumo de carne com a ideia de virilidade masculina e a subjugação da mulher. Ela estuda a relação numa perspectiva social, em que a carne – alimento mais nutritivo – historicamente foi considerada como comida dos homens, fortes, viris e que sustentavam a casa, enquanto frutas e legumes, considerados como alimentos de segunda categoria, eram direcionados aos cidadãos de segunda categoria: as mulheres.

Adams mostra a força do movimento vegetariano entre as mulheres principalmente nos Estados Unidos nos anos 1910. O que moveu aquelas mulheres foi sua consciência de vida

que ultrapassava os limites da raça humana, elas viam no sofrimento dos animais o sofrimento de um ser vivo consciente e sensitivo e repudiavam o sua dor, assim como repudiavam as dores da guerra. Em seu discurso é visível a relação entre pacifismo e vegetarianismo, para elas a igualdade só existiria de fato na sociedade enquanto não houvesse qualquer tipo de hierarquia.

Voltando ao filme, na cena que uma das senhoras se mostra quase que como uma guardiã das sementes eu vi não apenas como as sementes do alimento, mas do novo mundo a ser construído pelas suas mãos. As sementes de um mundo mais sadio e mais respeitoso com a natureza. Em contraposição a brutalidade e imbecilidade do patriarcado/capitalismo que se utiliza dos bens vitais sem qualquer planejamento ou proteção para que não acabem, muito pelo contrário, abusa da natureza e dos animais até o fim.

Quem matou o mundo? É a questão que surge ao longo do filme.

Quem matou o mundo? O capitalismo mata o mundo a cada segundo. Esgota de nossas fontes para sobrevivência, investe em uma tecnologia de poluição que mata rios, destrói o ar,

queima e derruba florestas, envenena nossos alimentos, torna a terra infértil. Escraviza nossa própria espécie, tortura, caça, escraviza, extingue espécies de animais. São degraus e mais degraus de uma hierarquia em que a riqueza de 1% da população quase que ultrapassa todo o 99%.

O matriarcado aparece em *Mad Max* como uma oposição a isso tudo, não na figura de mulheres autoritárias prontas a assumir a posição de Joe, e sim de mulheres cuja primeira atitude ao chegar na cidade foi abrir as comportas de água definitivamente, para que todos tivessem direito àquele bem. Mulheres que carregam em si as sementes de uma sociedade mais justa entre a humanidade e com a natureza.

Recomendações de leitura

<http://blogueirasfeministas.com/2015/05/imperatriz-furiosa-e-as-mulheres-feministas-em-mad-max-estrada-da-furia/>

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/mad-max-estrada-da-furia-feminista/>

Inconforme e Inapropriado

She Devils

Suicídio em massa.



Descansa, tranquilo, quieto. Se prepara suavemente e covarde.

Me tem.

Me pegaram fazendo o que esperavam que eu fizesse
no lugar apropriado
sem nem ao menos perguntar
o que é tudo isso.

Me tem
aqui
com patas de aranha
aprisionando meu cérebro.

Suicídio em massa.

Me agarraram apertado,
me esfolaram contra o asfalto,
me enganaram.

Me perseguiram caminhando por Callao,
retorno,
dois quarteirões,
o celta, a mesa,
me pegaram querendo tudo
e até me encurralaram no lugar apropriado.
Tão apropriado que não quero sair.
Tão apropriado que já não encontro outras formas de viver.

Me agarraram crendo que esperava com esperança.

Me pegaram todas as palavras.

Me paralisaram.

Me desordenaram até a total contradição.

Ou não.

Ou sim.

Ou, todavia, posso dizer “não”. É minha resposta favorita.

Se ainda me sobram forças para fazer algo, o quê? O que posso fazer?

Me tem com minhas supostas salvaçãoes com a dúvida me pesando a cada passo. O dano me permite a felicidade da dor. Me tem preferindo a dor do que uma suposta alegria.

Me pegaram no inverno, com ressaca antes do meio dia, no sábado. Me tem na teia de aranha, me tem sem eu querer sair, afundando-me cada vez mais profundo.

Antes eu sabia.

O que sabia?

Agora não sei mais nada.

Me tem querendo.

Obrigando-me a teorizar, intelectualizar, conscientizar. Alguém me adverte:

é desespero, só isso.

Sigo, mesmo assim, no mesmo sábado, a uma da tarde, nublado, frio, sem luva, com uma cerveja na mão, andando por ruas solitárias, buscando mais bares.

Me tem agarrada em minha máquina de escrever, atada em minhas coisas. Me tem como querem, não me tenho. Me desespero, não tenho palavras. Enchendo de folhas e mais folhas de pensamentos incoerentes.

Me pegaram, me deixaram, me soltaram um pouco.

Talvez para que eu acreditasse que posso. Que tortura!

Estou cigarro atrás de cigarro diminuindo desejos até que durmo.

Morro.

Desmaio.

Caio.

Me seguro contra a parede, não posso vomitar, não posso vomitar. O chão se move e as paredes permanecem paradas. Ao menos tenho uma perspectiva com a luz **vermelha**. **Amarela**. **Verde**.

Me tem

obrigando-me a falar coisas coerentes quando na realidade o melhor era nada falar.

Me tem assim.

Me tem as veias saltando de ansiedade, de... de sede, ansiedade por mais.

Me tem indo tão rápido até que não consigo mais parar.

Me acalmo.

Volto sozinha.

**Penso em tornar automático alguns descansos,
penso que se não fará diferença se me suicidar,
porque morro.**

Me tem com meus escritos e com meu “não há saída”, cada vez mais fácil.

Invento algumas reconciliação ao meu redor, mas que me importa?

Tudo por um trago. Agora, já. Não amanhã. Quando não estou? E se estou? E então?

Me tem com meu fanzine, minha banda, meu discurso egoísta autocompasivo monotemático.

Me diga porque, eu não sei.

Tenho que buscar constantemente formas de sobreviver.

Você também? Passa pelo mesmo?

Me esqueci de vocês.

Me esqueci de vocês.



Me esqueci.

She Devils é uma banda punk argentina formada em 1995. Este poema é apresentado em um trabalho feito em conjunto com a banda Fun People - também argentina. O EP é nomeado “El Aborto Ilegal Asesina mi Libertad”, de 1997. O trabalho de tradução, ilustração e diagramação foi realizado com enorme prazer por Gabriela Brancaglione.

Diálogos

“O confederalismo democrático não é uma proposta apenas para o Curdistão, mas sim para todos os povos”

Solidaridad Kurdistán
entrevistado pelo blog *A las Barricadas*

A partir da guerra travada com o Estado Islâmico, a luta do povo curdo ganhou notoriedade mundial. Mais do que fazer frente ao ISIS, no Curdistão há uma revolução em curso, transformando profundamente as estruturas sociais e criando uma sociedade baseada na igualdade e na liberdade. Inspirados pelos eventos no Curdistão, nasceram muitos coletivos em diversos países com o objetivo de apoiar o povo curdo e divulgar sua luta. Dentre eles, o *Solidaridad Kurdistán*, coletivo espanhol que foi entrevistado pelo blog *A las Barricadas*. Nesta entrevista, está explicada de uma forma breve a principal proposta política que move a revolução curda: o Confederalismo Democrático.

Biblioteca Terra Livre

*
* *

A Las Barricadas – O que é e para que existe o *Solidaridad Kurdistán*?

Solidaridad Kurdistán – *Solidaridad Kurdistán* é um espaço criado com o objetivo de promover a solidariedade e o conhecimento do povo curdo para a libertação e autonomia. A nossa ideia é não só para expressar a nossa solidariedade com

o Curdistão como um povo oprimido, mas também nos solidarizarmos, divulgar e promover o movimento de libertação curdo que atualmente luta sob o paradigma do Confederalismo Democrático.

Como um projeto ainda relativamente recente, o *Solidaridad Kurdistán* iniciou seu trabalho solidário com uma questão que consideramos fundamental para informar tanto a situação atual como o corpus ideológico do movimento de libertação curdo. Para isso, foi criado o blog: solidaridadkurdistan.wordpress.com; onde são recolhidos, traduzidos e produzidos notícias, artigos, análises, chamadas etc. Este é apenas o primeiro passo e queremos continuar com atividades para divulgar o movimento curdo e sua proposta política, o Confederalismo Democrático. Assim, estamos trabalhando na organização de palestras e debates sobre a luta, ideias e situação atual do povo curdo; projeto para o qual estamos abertos abnegadamente a todas as pessoas, grupos ou coletivos que estejam interessados nisso e queiram entrar em contato conosco.

A partir de, e com esta primeira fase de implementação de palestras e debates, o projeto vai começar a divulgar as obras fundamentais que inspiram ideologicamente o movimento curdo, principalmente o trabalho de Abdullah Öcalan. E o nosso desejo é

continuar nesta linha solidária e poder consolidar uma rede de indivíduos, grupos e coletivos solidários com o movimento de libertação curda em toda a geografia. Para que, coordenados, tanto curdos, como exilados, como pessoas preocupadas com este povo, possam realizar o trabalho solidário e político que a sociedade civil e o movimento democrático e revolucionário do mundo têm para executar. Na luta pela liberdade e democracia todos nós desempenhamos nosso papel, é fundamental construir pontes entre os povos na luta contra a modernidade capitalista.

Esperamos que esta entrevista possa servir como um apelo para iniciar este trabalho de solidariedade internacional e incentivar todos os interessados a trabalhar e cooperar com a gente nisso.

ALB – Que outros grupos solidários existem na Espanha?

SK – Na Espanha existe uma longa trajetória de solidariedade com o povo curdo, sobretudo originada pela problemática nacional, que também existe aqui, o que fez com que aquelas organizações que lutam pela libertação dos povos oprimidos do Estado espanhol se sentissem próximas e solidárias com o povo curdo. Portanto, temos uma longa história de organizações nacionalis-

tas e de solidariedade internacionalistas que conduziram e conduzem atos de solidariedade e tecem laços com a população curda. A solidariedade entre o Curdistão e os povos do Estado espanhol ocorreu tradicionalmente a partir de uma grande variedade de grupos políticos mais do que de grupos específicos de solidariedade para com o povo curdo. Mesmo assim, podemos citar algumas organizações que têm trabalhado a solidariedade internacionalista com o povo e a luta curda como *Komite Internazionalistak* em Euskal Herria, o *Coletivo de Solidariedade com o Curdistão* de Madrid, o grupo feminista *Gatamaula*, que realizou recentemente algumas palestras sobre as mulheres no movimento de libertação curdo, ou o grupo basco-curdo *Asociación Bihar Kurdu Euskal Elkartea*; para citar somente alguns desses coletivos que trabalharam para tornar conhecida e promover a solidariedade com o Curdistão.

ALB – Voltemo-nos para a questão ideológica. Como você definiria o Confederalismo Democrático?

SK – O Confederalismo Democrático (também conhecido como comunalismo curdo ou apoísmo) é a proposta do movimento de libertação curdo para conseguir a libertação do Curdistão, nação que está atualmente sob o

controle da Síria, Iraque, Irã e Turquia.

O Confederalismo Democrático é o sistema para criar uma nação democrática no Curdistão, sistema por meio do qual serão alcançadas a libertação e a democratização do povo curdo, tanto de uma perspectiva nacional/cultural como social.

Este sistema não busca a criação de um Estado-nação curdo, mas a criação de uma nação democrática, cuja base é a sociedade civil organizada autonomamente de forma democrática, cujo centro de autogestão política é as assembleias das comunidades e os conselhos abertos, regidos pela democracia direta. Estes, confederados livremente e reunidos em congressos gerais, com funções de coordenação, formariam a nação democrática do Curdistão.

Na esfera econômica, o Confederalismo Democrático busca um sistema que permita tanto a distribuição justa dos recursos como a conservação do meio ambiente e, portanto, rejeita o capitalismo, apostando em um socialismo democrático no qual os recursos pertencem ao povo e a economia está focada no bem social, e não na acumulação de capital e no consumismo, causadores tanto de injustiça social como de grandes agressões ao meio natural.

A libertação da mulher é outro pilar do Confederalismo Democrático, que visa criar uma sociedade livre de sexismo, tanto aquele que vêm da so-

cidade tradicional patriarcal ou das interpretações religiosas, como o que provém da mercantilização da mulher pela modernidade capitalista.

Portanto, contra a modernidade capitalista cujos três pilares fundamentais, observa Öcalan, são o Estado-nação, o capitalismo e o industrialismo, o Confederalismo Democrático representa a modernidade democrática que libertará o Curdistão da opressão nacional/cultural, social, política, econômica, patriarcal e ecológica.

Democracia, socialismo, ambientalismo e feminismo são os conceitos-chave para compreender o Confederalismo Democrático do movimento de libertação curdo.

ALB – Por que ocorreu a evolução do marxismo-leninismo de libertação nacional ao Confederalismo Democrático?

SK – A evolução ideológica e estratégica do *Partido dos Trabalhadores do Curdistão* (PKK), que é o germe da *União das Comunidades do Curdistão* (KCK), é um tema muito interessante e que nos dá mostras da capacidade autocrítica e verdadeiramente revolucionária desse movimento. O PKK foi fundado em 1978 e sempre teve como objetivo não só a libertação a partir de uma perspectiva étnica ou nacional, mas também libertar e democratizar

a sociedade. O PKK reconheceu a conexão entre a questão curda e a dominação global do sistema capitalista moderno e no contexto do mundo bipolar, no qual a alternativa ao mundo capitalista e a libertação da sociedade pareciam vir do socialismo real, e no qual a influência dos movimentos de libertação nacional leninistas foi muito intensa. Assim, o PKK decidiu lutar pela criação de um estado curdo socialista para libertar o povo do Curdistão.

No decorrer da luta e dos projetos de estado socialista, o PKK começou a reconsiderar os seus objetivos. O partido reconheceu-se em um impasse e compreendeu a necessidade de repensar as suas estratégias e objetivos. Embora alguns tenham visto a renúncia à criação de um Estado socialista do Curdistão como um sinal de hesitação ou fraqueza, Öcalan afirmou que não se encontra nisso a causa, mas o motivo foi a análise desses Estados e a compreensão de que não havia mudanças no estilo e no modo de vida no socialismo real com respeito à vida capitalista ao redor do mundo, um projeto de libertação e democratização do Curdistão e da sociedade não poderia vir de uma solução estatal. Além disso, como assinalou Öcalan, existia uma contradição fundamental: “Embora o PKK pretendesse ser a favor das liberdades, nós não conseguimos parar de pensar em termos de hierarquia”.

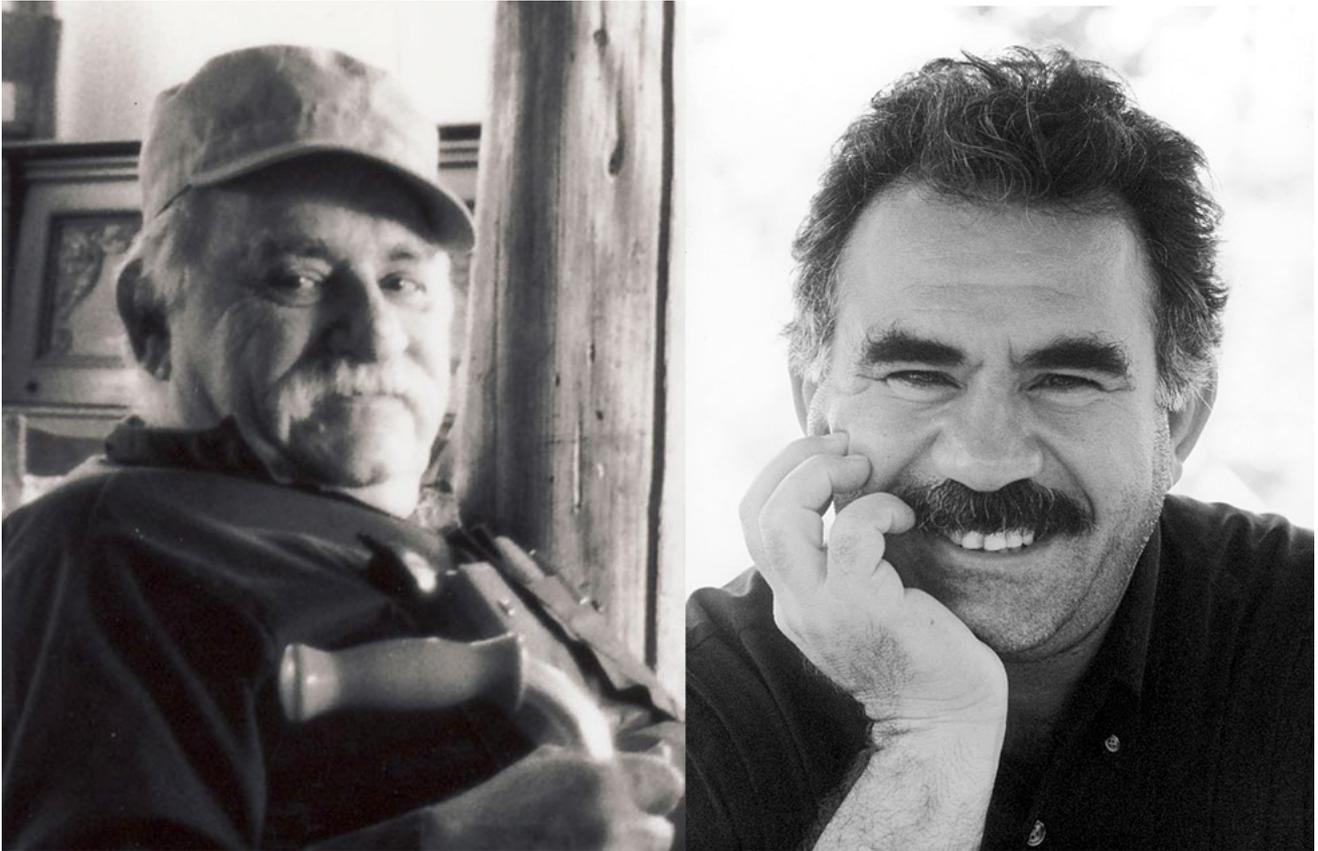
A luta pela libertação teve que se repensar, a organização hierárquica, a busca pelo poder institucional e idealização da luta armada começaram a dar lugar à democratização, à organização comunitária e de reunião e à autodefesa, começava-se a avançar no caminho para o Confederalismo Democrático.

ALB – Falando de Öcalan, que tipo de relacionamento Öcalan tem com o municipalismo libertário ou a Ecologia Social? Teve contatos pessoais ou por carta com alguém que defendia essas ideias?

SK – Como indicamos na pergunta anterior, o PKK começou a reorientar a sua política de seu marxismo-leninismo original, iniciando a sua aproximação com postulados nos quais a organização democrática carregava grande relevância, mas sem abandonar o núcleo socialista de suas ideias. Assim, ele começou a se aproximar de postulados e conclusões semelhantes ao municipalismo libertário (lembre-se que Murray Bookchin, o pai da Ecologia Social, também veio do marxismo). Mas seria somente em 2002 que Öcalan começaria claramente a fazer uma intensa leitura de Bookchin e a recomendar aos militantes e políticos curdos, por meio de seus advogados, a leitura de seus livros *Urbanização sem cidades* e *A Ecologia da Liberdade*.

Em 2004, tal como nos conta a companheira de Bookchin, Janet Biehl, em seu artigo *Bookchin, Öcalan e a Dialética da Democracia*, que Abdullah Öcalan, por meio de seus advogados, pediu para contatar Bookchin, enviando-lhe um dos seus manuscritos e esclarecendo-o que se considera um discípulo seu, e que estava disposto a aplicar as ideias da ecologia social no Oriente Médio. Esta possibilidade de diálogo foi encurtada pela idade de Bookchin, que com oitenta e três anos e doente, não poderia empregar o esforço e o trabalho necessários para manter esse contato. Nesse mesmo ano, Bookchin enviou uma mensagem para o povo curdo: “Minha esperança é que o povo curdo seja capaz de estabelecer algum dia uma sociedade livre e racional, que permita que o seu brilho floresça novamente. Têm a sorte de ter um líder talentoso como Öcalan para guiá-los”. Esta mensagem foi lida na Segunda Assembleia Geral da Kongra-Gel.

Em 2006, quando Bookchin faleceu, a assembleia do PKK referiu-se a ele como “um dos maiores cientistas sociais do século XX. Ele nos apresentou a ideia de ecologia social e contribuiu para o desenvolvimento da teoria socialista, a fim de progredir sob uma base mais firme. Mostrou como tornar um novo sistema democrático uma realidade. Propôs o conceito de Confederalismo, um modelo que acredita-



À esquerda, Murray Bookchin (1921 - 2006); à direita, Abdullah Öcalan (1948 -)

mos ser criativo e realizável. As teses de Bookchin sobre estado, poder e hierarquia serão implementadas e realizadas em nossa luta... Colocaremos essa promessa em prática como a primeira sociedade a estabelecer um confederalismo democrático tangível.”

ALB – Por que Öcalan tem essa influência tão grande no movimento curdo de libertação nacional, até o ponto de seguirem suas mudanças ideológico-estratégicas?

SK – Öcalan foi o principal líder do PKK desde sua fundação, sua importância foi chave para a criação de um movimento que aglutinara as aspira-

ções sociais e nacionais do povo curdo. Enquanto outros líderes abordaram a questão curda a partir de perspectivas somente étnicas, esquecendo a questão social, na Turquia os movimentos socialistas e marxistas evitaram ou desprezaram a questão curda. Öcalan começou então a criar em torno de si um movimento que reformulou os paradigmas da libertação social e nacional, aglutinando-os e criando o *Partido dos Trabalhadores do Curdistão* (PKK). O prestígio que o PKK foi alcançando acompanhou o prestígio de Öcalan, que sempre foi a cabeça mais visível do partido. O PKK estava à beira de divisões e traições em várias ocasiões, mas a unidade e a força do movimento fo-

ram possíveis graças a Öcalan, que trabalhou incansavelmente para manter essa unidade que dotava o PKK de tanta força e que conseguiu torná-lo o movimento de libertação nacional curdo mais forte e mais enraizado na Turquia e em outras partes do Curdistão. O papel de Öcalan foi fundamental para o PKK, pois exerceu uma grande atividade como ideólogo e coordenador do movimento.

Com a prisão de Öcalan o Estado turco acreditava poder enfraquecer o movimento e, por isso, junto com os serviços secretos de outros países, como os EUA e Israel, planejou uma conspiração internacional que acabou com a prisão ilegal de Öcalan, no Quênia, em 1999. Mas essa prisão não teve o efeito esperado e a figura de Öcalan inclusive conquistou influência e prestígio, e o PKK, após um breve período de confusão, fortaleceu-se e manteve sua coesão em torno daquele que ainda consideram seu líder, que embora ainda permaneça atrás das grades, continua cumprindo suas responsabilidades. Foi durante o seu encarceramento, e apesar das terríveis condições a que foi submetido, que dotou o movimento da grande solidez teórica do Confederalismo Democrático e de onde tem feito incontáveis esforços para a paz, mas sabendo também quando é o momento da autodefesa armada diante do fracasso dos processos.

Öcalan é o exemplo de uma vida dedicada à luta pelo Curdistão e de um líder que soube manter-se à altura das circunstâncias mais difíceis; é por isso que tanto o movimento de libertação como o povo curdo em geral têm uma grande confiança naquele que até agora tem sido capaz de guiá-los e inspirá-los em sua luta. Não é só que Öcalan tenha uma grande influência no movimento de libertação curdo e que este siga suas mudanças estratégicas, mas que, com o seu projeto para alcançar a liberdade e a paz do Curdistão, Öcalan atende às necessidades do movimento de libertação e do povo curdo, e é por isso que este responde com seu carinho, apoio e confiança.

ALB – O Confederalismo Democrático foi resultado de um processo coletivo ou nasceu de uma preocupação de Öcalan?

SK – O Confederalismo Democrático nasceu da necessidade à qual o PKK se confrontava, de reformular os seus objetivos e estratégias depois de observar a realidade do momento, que mostrou a ineficácia do projeto estatista e do socialismo real para a libertação da sociedade e das nações. Diante disso, o movimento começa uma busca por maneiras de se tornar um movimento verdadeiramente libertador e democratizador. Isso é algo que já pode

ser visto nos últimos congressos que o partido vinha realizando, o PKK reconhecia-se em um processo de mudança necessária e buscava novas maneiras de atingir seus objetivos.

Neste contexto, Öcalan começou a trabalhar na reorientação política e ideológica do movimento. O processo foi brevemente interrompido por sua prisão, mas os efeitos deste trabalho, que ele já vinha realizando, vieram à luz principalmente com a chegada desse confinamento. Esta nova situação amplificou tudo o que Öcalan dizia diante do tribunal de julgamento e ele começou a preparar a sua defesa com base nestas novas ideias. Öcalan falava de solução política e de autonomia democrática para o povo curdo, e criticava as perspectivas estatistas e os erros anteriores do PKK em conformidade com essa perspectiva.

Podemos considerar o Confederalismo Democrático como fruto de um processo coletivo, uma vez que surgiu a partir da situação e das contribuições do movimento de libertação curdo na época, mas seria Öcalan que forneceria a estrutura fundamental e as bases teóricas sólidas para esse novo paradigma de democratização. Não só Öcalan, mas outros militantes e figuras de movimento de libertação curdo têm continuado a trabalhar na linha do Confederalismo Democrático e este é atualmente objeto de estudo, debate

e desenvolvimento por todo o movimento e o povo curdo.

ALB – As organizações que defendem o Confederalismo Democrático têm raízes em todo o Curdistão ou apenas em partes?

SK – O Confederalismo Democrático nasceu dentro do PKK, foram suas atividades e lutas que levaram à necessidade de desenvolver um projeto de libertação que superou as ideias estatizantes e hierárquicas que o partido adotava antes, e foi seu líder Abdullah Öcalan que desenvolveu os fundamentos do Confederalismo Democrático. O PKK, embora tenha se espreado pela maioria do Curdistão, teve o seu principal centro de atividade na Turquia, e sua luta esteve direcionada contra o estado turco. Atualmente, o PKK é o partido confederalista democrático que atua na Turquia, e é no Curdistão turco que o Confederalismo Democrático mais se enraizou, tendo o PKK uma grande força, assim como o *Partido Paz e Democracia* (BDP), partido legalizado que também é influenciado pelas ideias de Öcalan e que atua no espaço limitado que a repressão do governo turco o permite, já que este partido sofreu uma grande repressão e tem centenas de presos políticos.

No Irã, a luta pela libertação do Curdistão sob o paradigma do Con-



Curdistão e a população curda. Infográfico feito pelo jornal O Público, de Portugal

federalismo Democrático é realizada pelo Partido por uma Vida Livre no Curdistão (PJAK). No Curdistão iraquiano têm sido tradicionalmente fortes o PDKI socialdemocrata e comunista Komala, mas com a expansão das ideias de Öcalan e o exemplo da luta do PKK, seguidores dessas ideias e movimento fundaram em 2004 o PJAK, que tem ganhado progressivamente muita influência e força entre os curdos do Irã. As ideias do Confederalismo Demo-

crático têm cada vez mais enraizamento entre essa população e esta proposta política apresenta-se como ideal para uma sociedade multiétnica como o Irã.

A força do PJAK está crescendo no Irã e o valor de suas novas ideias, sua resistência e seu trabalho de autodefesa do povo curdo o fazem ganhar uma reputação que outros partidos curdos antes predominantes no Irã estão perdendo.

No Curdistão iraquiano o povo

curdo goza de um estatuto especial e criou uma região semiautônoma, emergindo o Governo Regional do Curdistão. Assim os curdos, pela primeira vez, podem desfrutar de plenos direitos culturais como povo. Mas o estado semiautônomo do Curdistão iraquiano está longe de ser um exemplo de uma sociedade organizada sob o paradigma do Confederalismo Democrático. A corrupção e o despotismo na política são comuns, o Curdistão iraquiano está organizado sob algumas instituições semiestatais, não sob instituições democráticas autogovernadas pelo povo, e implementou uma economia capitalista que é uma agressão tanto à população como à natureza. No Curdistão iraquiano o povo curdo tem uma quase independência do Iraque, mas caíram sobre ele novas cadeias que o colocaram sob o domínio do sistema-mundo capitalista, e sob a influência direta das potências ocidentais que se valem dessa região semiautônoma para os seus fins. É por isso que a luta pela democracia, pela liberdade e pelo autogoverno ainda é uma luta necessária no Curdistão iraquiano e, com isso, no Iraque encontramos as ações do *Partido pela Solução Democrática para o Curdistão* (PCDK), que luta pelo objetivo do Confederalismo Democrático. Esse partido tem que enfrentar muitas vezes a repressão do GRK (o governo regional do Curdistão iraquiano). Seu

apoio não tem sido muito alto, porque os partidos que tradicionalmente têm sido instituídos no Curdistão iraquiano têm grande poder e ainda guardam algum prestígio pela luta armada que lideraram, mas a política atual está descobrindo qual é o paradigma em que estes partidos se movem e as ideias de Öcalan estão se difundindo e ganhando importância especialmente entre os jovens.

Também se deve notar que é nas montanhas do Curdistão iraquiano que estão as bases do PKK e onde, portanto, a influência do partido é enorme, têm um enraizamento profundo do comunalismo curdo e que, deste modo, encontram-se áreas nas quais a organização em assembleias comunais é uma realidade.

Em relação ao Curdistão sírio, a influência do PKK foi sempre muito forte, o partido nutriu-se de numerosos guerrilheiros com origem em Rojava e Öcalan passou uma grande parte de sua vida na Síria, de onde exercia seu trabalho de liderança da organização. É por isso que a influência do movimento de libertação curdo sempre teve força e que o Confederalismo Democrático alcançou um grande apoio entre os curdos. O movimento comunalista na Síria agrupa-se sob o TEV-DEM (*Movimento por uma Sociedade Democrática*), ao qual está ligado o *Partido da União Democrática* (PYD), que é o

partido curdo que defende as ideias do Confederalismo Democrático na Síria e que foi fundado em 2003, que vem realizando um grande trabalho político para aumentar a sua influência e a difusão de suas ideias. Mas foi desde o início da revolução na Síria que este partido ganhou importância especial e tornou-se o mais importante e influente partido curdo que trabalha para obter a autonomia do povo curdo na Síria.

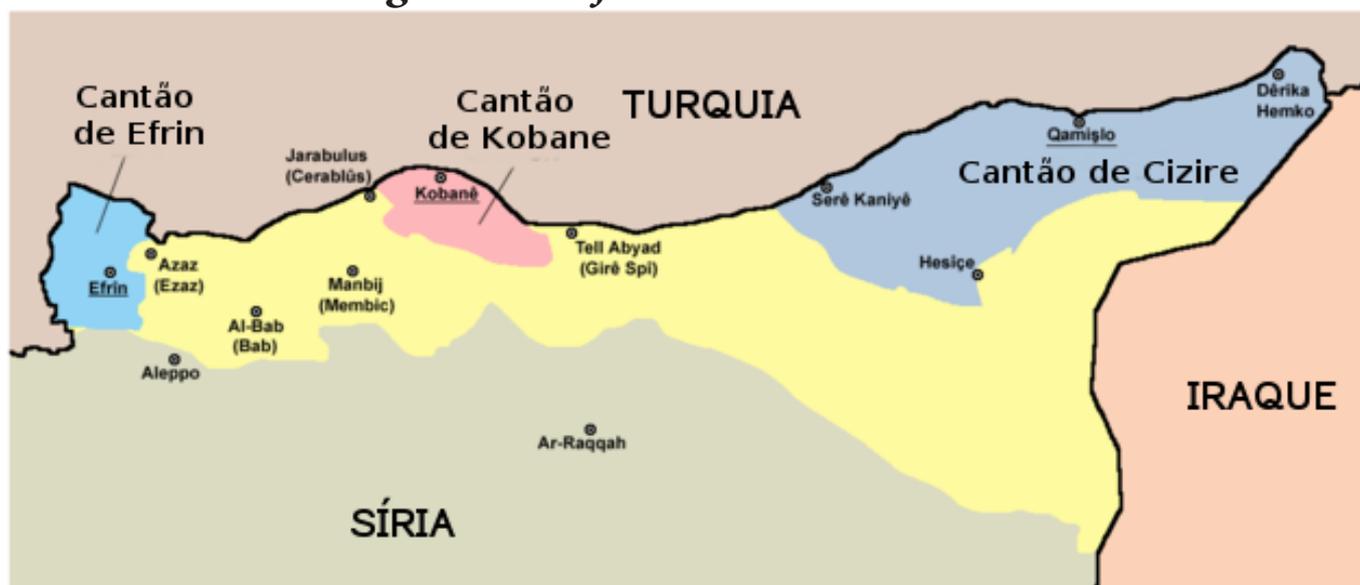
Todas estas organizações reconhecem como seu líder Abdullah Öcalan e como o legítimo parlamento do povo curdo a Kongra-Gel, a Assembleia da *União das Comunidades do Curdistão* (KCK).

ALB – Todos os partidos da KCK defendem o Confederalismo Democrático? Existem correntes internas com outras ideologias e tendências?

SK – Tem-se querido falar, por vezes, de tendências diferentes dentro da KCK, inclusive de facções mais “duras” ou “brandas”. No que diz respeito a essas opiniões, os membros da KCK manifestaram em diversas ocasiões que falar de facções dentro do movimento é um erro que busca dar a impressão de sua fraqueza ou de sua divisão. A KCK luta por um único objetivo que se encontra bem definido sob o conceito de Confederalismo Democrático.

É verdade que a evolução ideológica foi uma questão difícil e que causou certas distensões no PKK, mas aqueles que não aceitaram o novo caminho para a libertação e seguiram presos aos velhos paradigmas que não eram úteis para a libertação foram abandonando o movimento, fato que não enfraqueceu, mas fortaleceu o PKK. Hoje, aqueles que ainda estão no PKK ou se unem a

Região de Rojava e seus três cantões



●●● - Domínios do Curdistão Ocidental (Rojava), a partir de Fev/2014.

● - Territórios proclamados pelo Curdistão Ocidental (Rojava), porém não controlado pelos curdos em Fev/2014

ele (ou a outros grupos da KCK) sabem que lutam pelo objetivo claro do Confederalismo Democrático. As declarações de Öcalan, as resoluções das Assembleias da Kongra-Gel, os pontos de vista do quadro e as estratégias e ações do movimento não deixam dúvidas.

ALB – Na definição do Confederalismo Democrático esclarece-se que a sociedade local e os municípios são o núcleo da nova sociedade curda. A partir daí é que as localidades começam a federar-se e confederar-se. As populações não curdas estão incluídas nesse esquema? E se uma parte dos curdos não desejar federar-se com o resto? Não esqueçamos que no Curdistão existem inúmeros partidos políticos que não defendem o Confederalismo Democrático.

SK – O Confederalismo Democrático é a proposta que o movimento de libertação curdo desenhou para a libertação do Curdistão, mas não é uma organização política e social aplicável somente a ele. Öcalan sublinhou a importância do Confederalismo Democrático para superar os grandes problemas do Oriente Médio, e indicou a aplicabilidade e potencial de organização confederalista democrática para povos concretos, como o árabe, o turco e o turcomano, o Irã multiétnico, o povo armênio ou o judeu. Por-

tanto, não é uma proposta fechada para o povo curdo, mas uma solução que se conecta com a luta pela democracia para todos os povos.

Seu objetivo está longe de ser o paradigma do Estado-nação, cujo objetivo é a assimilação da diferença. A nação democrática que o Confederalismo Democrático cria é uma nação flexível, multicultural e multiétnica. Não está buscando a criação de fronteiras, mas a ideia de nação do Confederalismo Democrático é aberta e ultrapassa as fronteiras. Essa proposta não surge apenas como uma forma de organização para os curdos, mas para todos os povos que procuram a sua libertação. Na nação democrática do Curdistão, aquelas minorias de outros povos poderiam organizar-se de forma autônoma sob as instituições democráticas e de autogoverno que o Confederalismo Democrático cria e poderiam escolher suas relações com os outros povos.

Trata-se de um sistema no qual o poder vem de baixo, do povo organizado em assembleias, é um sistema de poder descentralizado, é a única maneira de conseguir a democratização e não a dominação. Portanto, nesse esquema ninguém é forçado a colocar-se sob qualquer poder e aqueles que não querem colocar-se sob a organização do Confederalismo Democrático não tem porque fazê-lo e nem estão obrigados. O povo organizado a partir

dessa proposta só fará uso da violência para autodefesa, para aqueles que não respeitem a legitimidade da nação democrática criada pela confederação do povo.

Os problemas com os outros grupos curdos não viriam pela questão do Confederalismo Democrático, pois é um sistema flexível e aberto, no qual cada grupo social, político, étnico ou religioso pode autogovernar-se de forma autônoma se assim o desejar; os problemas com os grupos curdos que defendem um modelo diferente do Confederalismo Democrático é pelo fato de que eles propõem um projeto político que se, colocado em prática, impõe sobre às comunidades curdas livres, organizadas sob o Confederalismo Democrático, como no caso da criação de um Estado curdo ou uma região federal paraestatal federais sob o domínio de outro estado.

Não seria assim o Confederalismo Democrático o causador de problemas, mas aqueles que procuram soluções políticas com base na dominação e na hierarquia.

ALB – Vimos o apelo recente de um membro da KCK (Cemil Bayik) aos curdos exilados no estrangeiro ou que vivem em cidades para repovoar as aldeias vazias do Curdistão. Segundo esse esquema a aldeia parece fundamental. É este o modelo social precon-

zado pelo Confederalismo Democrático? Realiza-se um apelo seguindo uma base ecológica - já que as cidades não são ecologicamente sustentáveis - ou uma base étnica - que os curdos sempre viveram em aldeias?

SK – Cemil Bayik, fundador do PKK e atual copresidente do Conselho Executivo da KCK, em um artigo para o diário curdo *Azadiya Welat*, fez o apelo para o povo curdo repovoar as aldeias, envolvendo nesse apelo uma demanda legítima e necessária do povo curdo bem como uma profunda crítica da modernidade capitalista.

Em primeiro lugar, deve-se ter em mente uma questão-chave, é que os curdos que fugiram de suas aldeias não o fizeram por sua vontade própria, tampouco pelas condições econômicas impostas pelo capitalismo, mas grande parte deles foi expulsa diretamente pelo exército turco, no marco da política de destruição da identidade curda. Para destruir as raízes profundas da tradição e da cultura curda, e o grande apoio e implantação com que contava o PKK nas áreas rurais, o exército turco destruiu as aldeias curdas, fazendo com que surgissem milhões de refugiados. É importante ter em conta esse fato, como você apontou na pergunta “os curdos sempre viveram em aldeias”, e isso é verdadeiro, deixar esse modo de vida não foi uma decisão voluntária,

mas forçada pelo exército e o Estado turcos.

Poderíamos indicar por isso que sim, esse apelo tem uma base étnica: “os curdos sempre viveram em aldeias”, e abandonar esse modo de vida não foi uma decisão voluntária. Mas deixar essa questão nesse ponto simplificaria a visão integral de mudança de vida que traz consigo o Confederalismo Democrático e a profunda crítica à modernidade capitalista que o apelo de Cemil Bayik implica.

Bayik fala em seu artigo de como as cidades foram usadas para destruir a identidade curda, condenando-os à precariedade e à instabilidade de emprego. O capitalismo foi implementado à força no povo curdo; ao expulsá-lo de suas aldeias, como Bayik nos diz, condenou-os a viver uma “vida quase morta nos subúrbios criados pelo capitalismo na Turquia.”

Por outro lado, ainda que Bayik não fale sobre isso explicitamente em seu apelo, não podemos descartar, como apontou a pergunta, a questão ambiental. O movimento sempre lutou contra as megaestruturas que o governo tentou construir no Curdistão, a defesa do meio ambiente é uma questão primordial. O industrialismo é, com o estado-nação e o capitalismo, um dos pilares da modernidade capitalista que o movimento visa combater. As grandes cidades são uma agressão à terra do

Curdistão que o movimento de libertação não pode permitir.

O retorno às aldeias é uma questão fundamental para recuperar a identidade do povo curdo e é o enquadramento ideal para o desenvolvimento da democracia e das comunas ecológicas e econômicas, o retorno do povo curdo permitirá o desenvolvimento da autogestão; como assinala Bayik, é essencial que o retorno da população permita o florescimento da agricultura e da pecuária. Öcalan o expressa assim, “em nenhum outro momento da história a humanidade esteve tão distante da natureza, da vida e sociabilidade”. O retorno às aldeias curdas e a regeneração da vida rural e aldeã no Curdistão é uma questão fundamental para a criação da nação democrática. Voltar para as aldeias curdas significa para Bayik “a construção de uma sociedade democrática e de uma vida democrático-socialista baseada no desenvolvimento da vida social.”

ALB – Que tipo de socialismo propõe o Confederalismo Democrático?

SK – Como já foi discutido, o PKK começou no marxismo-leninismo, de modo que a influência socialista esteve presente desde o início na ideologia do movimento de libertação curdo. Ao reformular o ideário e adotar o Confederalismo Democrático, o movimento

abandonou o chamado socialismo real e o criticou, para apostar em um socialismo democrático em seu lugar. Essa proposta requer uma alternativa econômica para cumprir os seus objetivos de democratização, libertação, igualdade e respeito ao meio ambiente. Essa economia é o socialismo, a única maneira de combater os problemas produzidos pela busca contínua de acumulação de capital imposta pela modernidade capitalista. No socialismo do Confederalismo Democrático os recursos da sociedade não estão nas mãos do estado, mas nas mãos do povo, a economia está destinada a servir à sociedade e busca-se a autogestão.

Em sua última Assembleia Geral a Kongra-Gel chamou a atenção para a importância de desenvolver assembleias comunais e cooperativas, as instituições básicas do socialismo pelo qual o movimento aposta.

ALB – Passemos a outra questão importante: qual é o papel da mulher no processo revolucionário do povo curdo?

SK – Tradicionalmente, a mulher no povo curdo tem sido muito mais reconhecida, valorizada e tem desfrutado de mais autoridade e liberdade do que em outros povos do Oriente Médio. Mas mesmo com isso, a mulher curda não pôde escapar à influência

do patriarcado e têm existido na sociedade curda abusos contra as mulheres, como os chamados “crimes de honra”, juntamente com outras atitudes e práticas machistas. Também certas áreas do Curdistão têm sofrido mais intensamente as interpretações sexistas do Islã, muitas vezes impostas por autoridades estatais e religiosas. A tudo isso é preciso acrescentar o sexismo institucionalizado e a mercantilização da mulher que a modernidade capitalista impõe aos povos sob seu jugo.

Diante dessa situação, se o que se busca é um projeto de libertação nacional e social, temos que considerar fundamental a libertação das mulheres. Assim o entende Öcalan, que assinalou que se pode considerar a mulher como uma nação explorada em si mesma, e cuja libertação é ainda mais importante do que a de classe ou nacional. Öcalan indicou o sexismo como um dos pilares ideológicos do estado-nação e criticou os projetos do socialismo real por haver entendido a questão do gênero como algo secundário. Portanto, a liberdade e os direitos das mulheres são uma questão-chave na luta pela democracia e pela liberdade no Curdistão, “sem a mulher livre não pode haver um Curdistão livre”.

Essas ideias profundas sobre a libertação das mulheres são evidentes na organização do movimento de libertação.



YPJ, a milícia curda especificamente feminina

Entre os fundadores do PKK tivemos uma mulher, Sakine Cansız, assassinada em Paris, cujo crime ainda não foi resolvido. A presença de mulheres no movimento aumentou progressivamente e logo eles formaram sua própria organização dentro do partido. Com as mudanças sucessivas no partido, o grupo de mulheres foi se reorganizando e renomeando, até chegar à forma de organização que hoje as mulheres têm dentro do PKK (por sua vez integrado à KCK). As mulheres do movimento de libertação curdo que atuam na Turquia estão organizadas em três organizações de mulheres: PJAK, o movimento ideológico das mulheres; YJA, o movimento social das mulheres e YJA-Star, a força de autodefesa das mulheres. Estas três organizações são coordenadas

sob a organização guarda-chuva KJB.

No Irã, o movimento de libertação curdo formado em torno do PJAK também tem sua própria organização autônoma de mulheres que recebe o nome de YRK. O sexismo institucional imposto pelas interpretações machistas do Islã, tão intenso no Irã, torna especialmente importante a luta da mulher curda no Irã, duplamente dominada, como curda e como mulher.

Na Síria, as mulheres curdas sírias também criaram a sua organização, a *Union-Star*, relacionada com o TEV-DEM e o PYD. Esta organização foi fundada em 2005 e tem “como objetivo a construção de uma sociedade democrática e ecológica. Seu desejo é abolir as construções sociais de gênero como base na desigualdade e buscar a liber-

tação das mulheres da coerção e da injustiça”.

Além disso, devido à grande presença de mulheres e à importância da questão feminina, nas YPG, a guerrilha organizada pelos partidos curdos sírios para sua autodefesa, foi efetuada a criação de sua própria seção dentro dessas, a YPJ.

Tomando uma visão geral do movimento, encontramos uma grande importância da mulher no movimento, uma atividade contínua contra o sexismo e uma enorme presença feminina. Na KCK encontramos um sistema de co-presidência nos cargos, nos quais encontramos uma mulher e um homem à frente deles. E em muitas plataformas, como o TEV-DEM e o PYD, os cargos eleitos têm 40% de presença masculina, 40% de presença feminina e 20% são deixados à escolha neutra. As mulheres, tanto nas assembleias das organizações como zonas libertadas em que foram estabelecidas assembleias comunais, participam com plena independência e igualdade com relação ao homem. A partir do movimento, faz-se um intenso trabalho em toda a sociedade para combater as mentalidades patriarcais implantadas tanto em mulheres, como uma forma de submissão, como nos homens, sob uma forma de dominação.

Como podemos ver, um movimento verdadeiramente libertador não

pode ser de outra forma, a importância e a presença das mulheres no processo revolucionário curdo é crucial e a questão da libertação destas é tão fundamental como a questão nacional ou social.

ALB – O Confederalismo Democrático bebe de outras fontes que não seja a Ecologia Social aplicada ao povo curdo?

SK – Em primeiro lugar, como já observamos durante toda a entrevista, a principal causa para o surgimento de Confederalismo Democrático foi a capacidade de autocrítica e a análise da realidade do momento, questões que levaram ao desenvolvimento de uma ideologia distanciada do paradigma clássico de libertação nacional ligada à criação de um estado-nação. Portanto, a experiência de luta, capacidade de autocrítica e as contribuições teóricas e práticas de militantes do PKK primeiro, e dos outros movimentos da KCK em seguida, são a principal fonte da qual o Confederalismo Democrático bebe e a que tornou possível o surgimento dessa proposta de libertação do Curdistão, exemplo para o Oriente Médio e para os povos do mundo.

Uma influência que é essencial quando se trata de compreender o Confederalismo Democrático é a tradição histórica e a cultura do povo curdo

e do Oriente Médio, como diz Öcalan “a democratização não é um fenômeno que aparece com a modernidade europeia, é uma preocupação que vem de longe. As tendências democráticas sempre fizeram parte das sociedades”. O Confederalismo Democrático não é um novo paradigma para a libertação, mas surge a partir da história dos povos na sua luta pela liberdade. Öcalan assinalou a organização em assembleia dos primeiros sumérios, ou a concepção de pátria e a organização descentralizada dos clãs e tribos, como esses exemplos históricos e da tradição que fazem parte do Confederalismo Democrático.

Quanto aos intelectuais que foram identificados como importantes na formação do pensamento do Confederalismo Democrático, temos Immanuel Wallerstein, cuja análise do sistema capitalista e sua crítica ao *modus operandi* do que ele chamou de movimentos antissistêmicos (socialistas e nacionalistas) exerceram uma influência importante na conformação da análise e da atuação do movimento de libertação curdo. Como salienta Wallerstein, um dos grandes erros dos movimentos antissistêmicos foi “fazer da tomada do poder do estado o eixo das atividades do movimento”, algo que a KCK entendeu e aplicou em sua estratégia e objetivos. As análises desse sociólogo sobre o sexismo e o racismo no sistema capitalista mundial são questões de

grande interesse e têm sido capazes de enriquecer a visão que o movimento de libertação curdo tem dessas questões. A influência de Wallerstein fez-se sentir até o ponto que este prefaciou uma das obras de Öcalan.

Outra influência que não podemos esquecer é a do marxismo. Como já foi observado, essa ideologia constituía o núcleo das ideias do movimento na época de sua fundação. O movimento de libertação curdo não rompeu com o marxismo, mas a partir de uma abertura de perspectiva e de um processo de autocrítica evoluiu para o tipo de socialismo democrático que encarna o Confederalismo Democrático. No artigo “A Revolução Industrial e o socialismo científico”, Öcalan expressa qual a sua posição sobre o marxismo e o socialismo científico: “Em vez de pensar no socialismo científico como derrotado pelo capitalismo, é mais apropriado e significativo que seja considerada a necessidade de complementar, porque tem realizações muito importantes para o seu crédito. O que precisa é de uma explicação e conclusão de suas deficiências. Minhas tentativas estão inclinadas a ser assim. Em todo caso, deve-se fazer uma aproximação crítica nova e mais saudável. Isto é o que eu estou tentando”. Além do que foi teoricamente definido por Öcalan, o Confederalismo Democrático curdo

ou comunalismo curdo, em cuja luta estão envolvidas tanto a guerrilha como grande parte da sociedade civil, vê-se enriquecido e influenciado por movimentos como o neozapatismo, intelectuais como Foucault, e em geral a leitura de feministas, (neo) anarquistas, comunistas libertários, comunalistas e ecologistas sociais, tais como Ercan, um ativista envolvido em lutas ambientais, e o comunalismo curdo, diz Janet Bielh na entrevista *Kurdish Communalism*.

No entanto, deve-se assinalar Öcalan como pilar fundamental, que em sua época foi um pioneiro ao unir a questão curda e a social, que foi capaz de, chegado o momento, fazer a auto-crítica necessária para avançar para o Confederalismo Democrático, reunindo as várias influências que citamos, suas ideias e contribuições pessoais, as da tradição curda e o movimento curdo em geral.

Solidaridad Kurdistán é um coletivo espanhol criado para apoiar e divulgar a luta curda. **Alabarricadas.org** é um blog espanhol. Entrevista originalmente publicada em setembro de 2013. Traduzido para o português por Biblioteca Terra Livre.

